

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

MANUEL JOÃO RAMOS

Memórias dos Pescadores de Sesimbra Santiago de Sesimbra no Início dos Anos Oitenta do Séc. XX

Memórias dos Pescadores de Sesimbra



LISBOA 2009



SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

MEMÓRIAS DOS PESCADORES DE SESIMBRA:

SANTIAGO DE SESIMBRA NO INÍCIO DOS ANOS 80 DO
SÉCULO XX

Manuel João Ramos







NOTA PRÉVIA

O livro Memórias dos Pescadores de Sesimbra: Santiago de Sesimbra no início dos anos 80 do séc. XX é um ensaio oportunamente apoiado pela Câmara Municipal de Sesimbra, que resulta do trabalho etnográfico realizado pelo Prof. Doutor Manuel João Ramos no final da sua licenciatura em Antropologia em 1982.

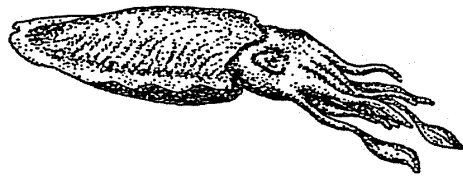
Este trabalho esboça e esclarece aspectos do sistema social desta vila piscatória em finais do século passado, descrevendo e decompondo, sob o ponto de vista antropológico, temas centrais para a caracterização e conhecimento de Sesimbra: a vila, as artes de pesca e suas variações (pesca artesanal, arte do anzol, arte do anzol simples e desportiva e artes locais), a vida no mar (as companhas, assimetrias sociais, os arraíses e falas de mar) e a vida na terra (o casal, parentes, família, vizinhos e culto), entre outros. Estes aspectos, abordados com grande qualidade e pertinência, resultam da experiência de um ano vivido na vila de Sesimbra, período este em que o autor teve a possibilidade de privar de perto com pescadores locais de várias artes, saindo para o mar em diversas oportunidades, inclusivamente para as mais longínquas pescarias no banco do Gorrinche.

A informação e conhecimento disponibilizados neste trabalho constituem uma mais-valia para o conhecimento e salvaguarda do património sesimbrense, sobretudo no que diz respeito àquele conjunto de bens que se situam num plano intangível: o património imaterial, beneficiando da chancela de qualidade da Sociedade de Geografia de Lisboa.

A obra que agora se dá à estampa é por nós considerada, a par de outros estudos a cuja publicação a Autarquia se associou, como mais um passo na consolidação de uma estratégia de valorização e consolidação dos patrimónios sesimbrenses.

Felícia Costa
Vereadora do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Sesimbra

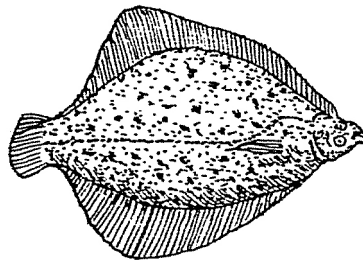


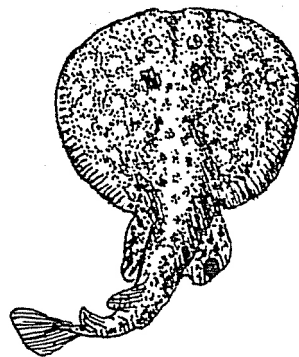




ÍNDICE

<i>Apresentação (por Luís Aires-Barros)</i>	7
<i>Prefácio</i>	9
<i>Introdução</i>	15
<i>A vila</i>	19
<i>A pesca</i>	29
<i>Vida no mar</i>	61
<i>Vida em terra</i>	77
<i>Nota final</i>	89
<i>Bibliografia</i>	97







APRESENTAÇÃO

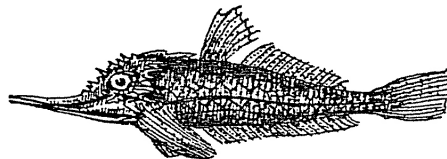
Publica-se o volume 10 das “Memórias da Sociedade de Geografia de Lisboa”, lançadas em 2002 com o estudo “Os metais preciosos na expansão portuguesa em África” do falecido Prof. Artur de Figueiredo Nunes.

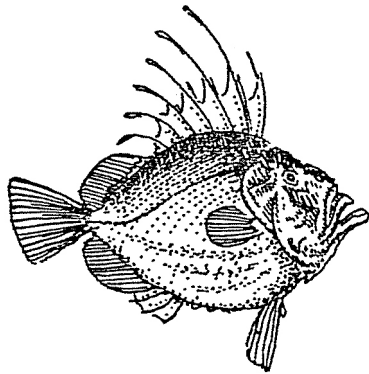
O estudo que agora se publica é uma monografia preparada para ser apresentada em provas universitárias de fim de curso de Licenciatura em Antropologia.

O seu autor é Sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, exercendo neste momento a presidência da Secção de Estudos do Património onde tem tido acção muito relevante. Acresce que o Prof. Manuel João Ramos é um antropólogo com créditos científicos, sendo professor associado do Departamento de Antropologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

O texto agora dado à estampa sob o título “Memórias dos pescadores de Sesimbra: Santiago de Sesimbra no início dos anos 80 do século XX” é um bem estruturado estudo da comunidade de pescadores de Sesimbra “fotografados” num tempo-espaço bem definido: o último quartel do século XX. É um trabalho modelar quer no que concerne à contextualização geográfico-sociológica das populações estudadas (e do seu carácter diria anfíbio), quer quanto à riqueza antropológico-etnográfica inclusivamente expressa em inúmeros desenhos à pena do autor, de real valia.

Luís Aires-Barros
Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa







PREFÁCIO

Le risque tragique qui guette toujours l'ethnographe, lancé dans cette entreprise d'identification, est d'être la victime d'un malentendu.

Claude Lévi-Strauss
Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss

I

Este curto ensaio resulta de um trabalho etnográfico realizado no final da minha Licenciatura em Antropologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1982, como “Monografia” de final de curso, uma exigência curricular aí introduzida nesse ano, e que perdurou até às recentes remodelações impostas pela adopção do chamado Modelo de Bolonha. Foi o resultado de um ano de permanência na vila de Sesimbra, ano em que optei por quase não frequentar as aulas daquele curso, lá aparecendo apenas para realizar os testes, trabalhos e exames das disciplinas do quarto ano.

Num período de intensas transformações sociais e económicas no país e no pequeno microcosmos daquela vila, antecedendo a integração de Portugal na então Comunidade Europeia (hoje, União Europeia), a pesca de Sesimbra começava a revelar vários dos sinais de crise que a política comum de pescas e as exigências comunitárias de abate da frota pesqueira nacional viriam causar nesta e em muitas outras comunidades marítimas portuguesas.

Tinha-me iniciado no mundo da pesquisa em ciências sociais e humanas participando em campanhas estivais de escavação arqueológica da Universidade do Minho em Braga, dirigidas por Francisco Alves, em 1977 e 1978, que tinham todas as características da chamada “arqueologia de emergência” (devido à explosão da construção imobiliária naquela cidade, que colocavam em perigo os testemunhos romanos de Bracara Augusta). Alguns anos mais tarde, via-me a braços com um projecto equivalente, desta vez solitário, de “etnografia de emergência”, face a uma comunidade que (des)conhecia, como veraneante, desde a minha infância: a comunidade de pescadores de Sesimbra.

Este trabalho esteve durante mais de vinte anos escondido num caixote repleto dos papéis inúteis que todo o universitário guarda porque o espírito colecionista e nostálgico se sobrepõe ao bom senso da limpeza e da reciclagem. Em 1983, quando os primeiros sinais da explosão da construção imobiliária em Sesimbra se tornavam manifestos, troquei os mares de Sesimbra (e o pó das obras) pelo pó da literatura



de viagens e depois pelo pó das estradas de montanha do Norte da Etiópia. No início do novo século, caiu-me nos braços a co-coordenação de um projecto de investigação pomposamente designado Gestão Social dos Recursos Naturais no Barlavento Algarvio: o caso das comunidades piscatória e viveirista da Ria Formosa¹. Foi então que fui buscar, por curiosidade arqueológica, o volume envelhecido e tipografado à arca de despojos da minha iniciação à antropologia. Reli-o e retornei-o ao depósito. Anos mais tarde, a Direcção de Cultura da Câmara Municipal de Sesimbra considerou a hipótese de publicar o estudo na colecção que entretanto iniciou sobre pesca e pescadores. O projecto morreu devido à habitual instabilidade administrativa suscitada pelos ciclos eleitorais que regem os executivos autárquicos.

Foi muito recentemente que me confrontei com uma evidência, ao encontrar-me com Cibele Dias da Silveira, uma jovem investigadora brasileira da área da ecologia humana que, ao estudar, no âmbito da preparação da sua dissertação de Mestrado em ecologia humana na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, os efeitos devastadores das políticas comunitárias e das políticas ambientais sobre a comunidade que eu tinha estudado há vinte e sete anos, me pediu para consultar o meu texto, o qual regressou assim à vida. Face aos problemas presentes da pesca em Sesimbra, que a Cibele Silveira procurou identificar no seu trabalho, verificámos que o meu pequeno estudo constituía uma memória bastante fresca, ainda que plena dos lapsos próprios de um trabalho de juventude, de um tempo em que etnógrafo e informantes partilhavam uma saudável inocência quase primeva do mundo exterior (materializado seja na entrada de Portugal na União Europeia ou na criação do Parque Marinho Luís de Saldanha, no litoral costeiro da Arrábida), que os viria, a um e aos outros, a perder, de algum modo.

Mas este estudo representa também a memória de outra coisa: do tempo em que a Universidade ainda julgava ser alguma coisa que não um empreendimento mercantil e de sujeição hegemónica, que vê os estudantes como clientes, o ensino como um produto e as avaliações como créditos. Hoje, que observo, involuntariamente cúmplice, os estudantes da Licenciatura onde ensino (Antropologia, no ISCTE – agora Instituto Universitário de Lisboa) saírem pela porta baixa da Universidade com um certificado inútil e uma quase garantia de desemprego, sem terem nela ganho motivação e entusiasmo para investigar além, ou aquém, do interminável fluxo informativo que a *internet* lhes oferece, este ensaio é – talvez só para mim – um testemunho claro do “antigamente”. Publico-o, nestas Memórias da Sociedade de Geografia de Lisboa, com a consciência nítida de estar a dar a ver um objecto que não resistiu ao tempo.

¹ Resultante de um protocolo entre o Centro de Estudos de Antropologia Social – ISCTE e o então Instituto para a Conservação da Natureza.



II

A vila de Sesimbra era, na altura em que o trabalho de recolha de informações e dados aqui coligido foi realizado, o segundo porto pesqueiro do país, em quantidade de pescado (em tonelagem e total de vendas, seguindo de perto o porto de Lisboa; INE, 1981) e o primeiro, desde há muito, porto de “pesca artesanal”, isto é, da pesca realizada com aparelhos de anzol ou “espinheis” (i.e., espineis ou palangres), e com redes de “emalhar”.

Sesimbra não é hoje, nem era então, exclusivamente um centro piscatório. A proximidade da capital e o melhoramento recente (já na década de setenta do século XX) da rede de comunicações rodoviárias, transformou-a num centro de veraneio e de turismo nacional e estrangeiro privilegiado, cuja massificação se iniciou após 1974.

Apesar da progressiva diferenciação profissional e da multiplicação de postos de trabalho não conotados com a actividade da pesca, esta era até aos anos oitenta o principal e quase único mercado de trabalho e proposta de especialização profissional e social dos habitantes da vila.

Esta importância era bem confirmada pela existência dinâmica e consciente de uma comunidade de pescadores, que não coincidia, como acontecia noutros centros pesqueiros, pelo menos no Sul do país (como Lisboa, Peniche, Sines, Portimão), com a ideia de uma “classe de operários marítimos”. Em Sesimbra, o sentimento de pertença a esta comunidade ultrapassava, em muito, no tempo em que lá trabalhei, o das relações de trabalho e mercado, enquadradas num sistema planificado da economia nacional.

A actividade da pesca em Sesimbra constituía, aos meus olhos pouco maduros, um meio de contínua adaptação às exigências económicas, políticas e sociais dos centros urbanos com os quais a vila (a comunidade) tem mantido relações desde o fim da idade média. À volta desta actividade desenvolveram-se laços sociais, codificaram-se modos de existência e coexistência dos que a praticavam, tanto no mar como em terra, e dos que a ela estavam afectos.

A comunidade de pescadores criou-se e desenvolveu-se num quadro geográfico e histórico bem localizado, que lhe permitiu o cimentar de tradições e instituições específicas que sempre ordenaram a vida na vila, e se foram adaptando, mantendo esse carácter de comunidade, aos acidentes e evoluções da história da sua região e da macro-história social e económica do país.

Se até às décadas de vinte/trinta do século XX, Sesimbra beneficiou de um certo isolamento, ou foi condicionada por ele, que contribuiu para o estabelecimento e estabilidade dessas tradições comunaes, podendo facilmente impor um controlo





e uma pressão muito forte sobre as pessoas e instituições, depois disso passou a estar mais condicionada pela evolução social e económica que a ordem urbana lhe passou a impor.

Desde o início dos anos oitenta, muitas coisas se modificaram na vila. Não se deveria esperar o contrário nesta comunidade que vive a quarenta e dois quilómetros de Lisboa. A cada novo condomínio “de luxo” que rasgava a periferia e o coração da vila eu perdia mais uma ponta de vontade de lá regressar. Até que um dia, deixei pura e simplesmente de a frequentar. Perduram, na minha memória amarga, as imagens e as sensações de um tempo de intensa felicidade, e condói-me saber que os meus filhos, os meus estudantes, e a jovem investigadora brasileira nunca poderão experimentar umas ou outras.

III

Quando decidi inquirir como as pessoas em Sesimbra coexistiam com as imposições de Lisboa, como viviam os pescadores e suas famílias, como trabalhavam, entre turistas, banhistas, casas de câmbio, lojas de pronto-a-vestir, clubes nocturnos, automóveis e barcos de recreio, tinha feito uma breve profissão de fé. Não era minha intenção valorizar uma qualquer ideologia saudosista e reclamava então contra os postulados exotistas que sentia filtrar-se dos livros de etnografia portuguesa que lia então (mas não só deles, que em Portugal tudo é de importação). Pensava que, numa altura em que o “património intangível” ainda não tinha sido inventado, mas em que já então se sobrevalorizavam, em processos de auto-legitimação discursiva, os testemunhos folcloristas nordestinos, a beleza murcha dos arados radiais, e a fatuidade dos espigueiros e dos cultos açorianos. Para observar os homens em Portugal, pensava eu, não precisávamos buscar comunitarismos agro-pastoris ou dialectos arcaicos. Julguei que Sesimbra, tão perto de Lisboa, não deixava de ser Sesimbra por causa disso.

Confrontei-me assim com uma comunidade “solidária” e consciente de pessoas que se diziam pescadores mas que, para além, do seu trabalho (a pesca), se relacionavam e conviviam integrados num grupo com tradições – porque não dizê-lo? – próprias, com instituições que os pressionavam socialmente, num registo que sem ser “exótico” ou “folclórico”, não era, em definitivo, o mesmo que eu podia observar nas cidades ou nas zonas rurais.

Mal adivinhava então os estragos que o “momento pós-moderno” a as autofágicas preocupações de reflexividade viriam a fazer nas décadas seguintes na antropologia portuguesa, progressivamente colonizada pelas escolhas editoriais do mercado livreiro anglo-saxónico.





IV

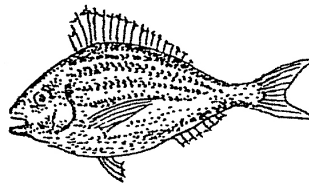
O que me moveu ao realizar este pequeno e sobremaneira incompleto trabalho, foi o tentar esboçar e esclarecer alguns aspectos do sistema social de uma vila piscatória de fins do século XX, sem procurar exaltar o rústico e o pitoresco que, ao tempo, eram exigências da disciplina em Portugal. A sua tão tardia publicação pretende também ser um incentivo para que nova investigação possa realizada sobre as resilientes comunidades piscatórias portuguesas e o seu extraordinário património de saberes sobre o mar, os fundos, a etologia e a ecologia dos seus habitantes.

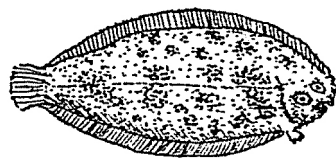
É certo que, como em anos passados, continuam a despontar aqui e ali estudos pontuais, de história, geografia, economia e antropologia, sobretudo, sobre pesca e pescadores em Portugal. Sobre Sesimbra, em particular, além da já citada colecção da Câmara Municipal, identificam-se textos apenas disponíveis em formato de dissertação de mestrado ou de tese de doutoramento. Nada, pois, que permita adivinhar grande entusiasmo científico ou editorial pela temática. É para esse vertedouro de ensaios relativamente obscuros que esta publicação seguramente cairá, porque mais também não se lhe deve pedir.

V

Foram muitos os pescadores que me aceitaram a bordo das suas embarcações e me confiaram os seus segredos de pesca. Agradeço-lhes aqui, sabendo que vários já faleceram entretanto. Agradeço também à minha colega Rosa Perez que, sendo na ocasião a minha orientadora do trabalho de Monografia na Universidade Nova, me deixou suficientemente à vontade para que eu trabalhasse sem me sentir conformado aos condicionamentos metodológicos próprios do gosto da época – uma atitude saudável que os Acordos de Bolonha certamente não valorizam.

Manuel João Ramos







INTRODUÇÃO

Foi da comunidade de pescadores de Sesimbra que me ocupei quase exclusivamente neste trabalho, no rasto de preocupações mais emotivas que analíticas, que a minha estadia “no terreno” foi propiciando – falo do interesse crescente pelas pessoas que fui conhecendo nas “lojas de companhia”, na muralha da marginal, e muito especialmente no mar, na faina diária da pesca marítima.

Pensando do mesmo modo que eu, os pescadores pensam noutras coisas, devido a outras coisas e para outras coisas. E sentem, da mesma maneira, objectivos diversos, agem e evoluem com outros códigos, com outros programas, com outras linguagens. Aprendem a intuir e a perceber, grosseira ou refinadamente, outras paisagens e outros ritmos diários, sazonais, enfim de toda uma vida.

O mar molda profundamente estes homens, a sua fisionomia, a expressão dos seus pensamentos e emoções, os seus comportamentos individuais e de grupo, os seus códigos de relação, de valores éticos e religiosos; comportam-se perante os poderes, perante os amigos, os colegas de trabalho, os parentes, e perante si próprios, sempre envoltos em espaços condicionantes de uma ecologia e de uma sociologia específicas, em que o mar é o sempre necessário pano de fundo.

Santiago, ou a Ribeira, é uma das duas freguesias que compõem o Concelho de Sesimbra, demarcado na área ocidental do maciço da Arrábida, confinando a leste com Palmela e Setúbal, a oeste com o mar, na ponta do Cabo Espichel e a norte com Almada e a Lagoa de Albufeira. Em Santiago, freguesia ribeirinha, implanta-se há já vários séculos a sede do Concelho na vila de Sesimbra. A outra freguesia do Concelho, o Castelo, compõe-se de várias povoações e lugares espalhados a oeste e norte de Sesimbra – Santana, Cotovia, Quintinha, Castelo, Pedreiras, Alfarim, Meco, Lagoa, Azóia, Corredora, Maçã.

Sesimbra, fundada antes da “Reconquista”, e aforada por D. Sancho I, desceu cedo dos limites estreitos do castelo (fig. 1) para a baía de mar aberto que lhe fica abaixo, a sudoeste. A baía, na vertente meridional da serra da Arrábida, é um recesso abrigado dos ventos e correntes de noroeste. A leste e oeste até a Figueirinha e até ao Cabo Espichel, o litoral é recortado na serra, numa sucessão de falésias e arribas penhascosas. Nele se intervalam pequenas enseadas (os “calhaus”) de pequenas dimensões. Sesimbra encaixa-se no único vale de maiores proporções desta faixa costeira.

A península de Setúbal, da qual a serra da Arrábida constitui a faixa meridional, tem comprovada autonomia na geografia física de Portugal. “Uma nesga mediterrânea entre terras e águas atlânticas” (Ribeiro, 1937), assim a define Orlando Ribeiro, ao considerar o seu revestimento arbustivo original e diferenciado das regiões circunvizinhas, os acidentes tectónicos que lhe deram





origem, a composição do solo e subsolo, o planalto submarino, e os factores locais que contradizem o condicionamento climático da região (o “Portugal atlântico”, na tipologia de Orlando Ribeiro; cf. Ribeiro, 1961).

A baía, como toda a costa a sul da península, está ao abrigo de todas as correntes marítimas e de vento dominantes que não venham de sul e sudoeste, graças ao promontório calcário do Cabo Espichel e à cadeia de montanhas que limita a acção dos ventos e condicionam um microclima.

O clima de Sesimbra, se bem que apresente as características gerais do clima litoral de toda a região de Lisboa, é no entanto condicionada pela grande exposição ao mar, a sul, e pela protecção envolvente do relevo da serra. A total exposição ao mar implica naturalmente que está aberta à influência das massas de ar vindas de Sul. Esta dualidade de circunstâncias causa dois tipos de tempo ao longo do ano, de características demarcadas: Um Verão longo, quente e seco, de Maio a Setembro, e um Inverno tépido e chuvoso, de fins de Novembro a Fevereiro (Cruz, 1966). Esta situação resulta da inserção num vale escavado, e do facto de confinar, a sul, com o oceano – um regularizador do clima. Daí uma temperatura média moderada, fracas amplitudes térmicas anuais e uma média baixa de humidade e pluviosidade durante o Verão.

Durante a época estival, Sesimbra encontra-se à margem dos centros depressionários que podem surgir na Península Ibérica. A atmosfera é límpida e a temperatura moderada pela proximidade do mar. O Outono prolonga o Verão, embora quando o anticiclone dos Açores se desloca para Sul, comecem a ocorrer nevoeiros nocturnos e matinais, e originados pela passagem de depressões (pelos ventos sul e sudoeste) que vão condicionar as primeiras chuvas de Inverno. Este é chuvoso e ameno, mas é comum a interferência das altas pressões mediterrâneas e do norte de África determinar ventos com grandes ondulações marinhas, que se vão quebrar no areal da praia.

A Primavera marca um compromisso entre o tempo de Inverno e o tempo de Verão, revelando localmente a subida progressiva, em latitude, do núcleo de altas pressões dos Açores. Em suma, nota-se a independência do clima de Sesimbra em relação a todas as perturbações que não venham de sul (cf. Bernardo, 1941; Cruz, 1966).

Um elemento de relevância, porque determinante da evolução humana de Sesimbra, são as condições oceanográficas da baía, e mais latamente, da zona de influência do estuário do rio Sado. Rico em elementos físico-químicos, com um pH superior ao de mar aberto, e temperaturas médias das águas relativamente estáveis, influenciado pela subcorrente do estuário, e de um relevo marinho pronunciado, o mar costeiro reúne um conjunto de condições óptimas para o desenvolvimento de uma flora e fauna de microrganismos bastante diversificada (bentos e plâncton)



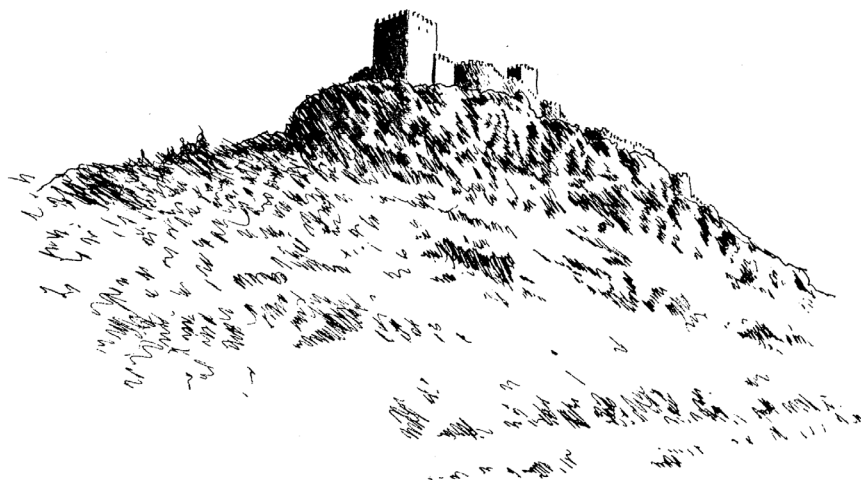


Fig. 1: O castelo, núcleo original de Sesimbra.

que constitui o alimento de numerosas espécies piscícolas, tanto as domiciliadas no planalto como as migratórias, que buscam o estuário para a postura de ovas. Essas condições físicas tornam (ou tornavam) a costa da Arrábida um local privilegiado para a desova e criação das espécies atlânticas (cf. Candeias, 1930, 1942).

No entanto, ou porque a corrente do Golfo deixou de se fazer sentir como antigamente (Cruz, 1966), ou porque as águas se poluíram entretanto, ou porque os fundos de algas e sargaço foram sendo “criminosamente saqueados” (Monteiro, 1950), esta zona que foi uma das mais ricas de toda a costa atlântica portuguesa em espécies piscícolas, e por isso um local privilegiado de pesca, está agora quase estéril, como se pode deduzir do facto de estarem decadentes a maioria das “artes” de pesca local, em Sesimbra como em Setúbal.¹

Ao contrário da freguesia rural, Santiago corresponde a uma urbe bastante concentrada, cujos limites são os próprios limites da freguesia, do vale, da baía. Deve o seu nome à ordem de Santiago da Espada, desde o século XII sediada em Palmela, à qual Santiago de Sesimbra, como aliás todo o concelho e as terras até ao estuário interior do Sado, foi cedida por D. Afonso III, no fim do período da conquista cristã medieval.

¹ Se tal era já verdade em inícios dos anos oitenta do século passado, hoje a situação é ainda mais dramática, como evidencia o recente estudo de Cibele Dias da Silveira (Silveira, 2009).

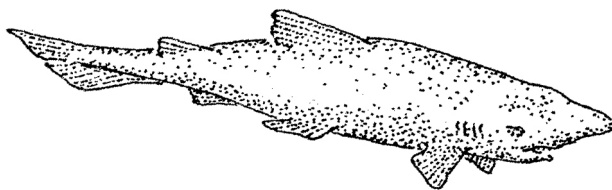


A baía teve, pela sua localização à entrada do rio Sado e na rota costeira para a capital, ao norte, importância estratégica e simbólica, como ainda são presenças testemunhais o Castelo de Sesimbra, o Forte do Calvário, a Fortaleza de Santiago e a do Cavalo.

Foi também a sua localização a razão do seu interesse comercial e da importância do seu estabelecimento e da sua permanência (sobrevivendo através de várias crises, por intervenção exterior, estadual – povoamentos, repovoamentos, estabelecimentos de forais e privilégios, cf. Bernardo, 1941; Monteiro, 1973). Ponto de passagem marítimo obrigatório para as embarcações que seguiam a costa da Arrábida e do Alentejo e Algarve para norte, e paisagem marinha privilegiada, Sesimbra desenvolveu-se, senão uma vila florescente em termos económicos, pelo menos uma póvoa que se soube adaptar aos vários sistemas económicos e sociais que passaram perante si, sem nunca perder a sua identidade nem a da sua população. Não foi uma nem duas póvoas marítimas as que se despovoaram ou descaracterizaram devido aos “homens dos municípios” ou às administrações medíocres, (cf. Brandão, 1980). A cadeia de montes que lhe fica por trás manteve-a relativamente imune a Lisboa, e o mar fronteiro raramente suscitou a deserção dos seus habitantes.

Sesimbra é uma vila de pescadores virada para o mar. Sempre dele se alimentou, por ele sobreviveu. Ligou-se aos centros urbanos por ele, e nele edificou a sua teia de relações com outras terras do litoral. Também as relações com a freguesia rural foram determinadas pelo mar.

A comunidade de pescadores, que até anos recentes compunha a quase totalidade dos habitantes da vila, possivelmente derivada da combinação do povo pescador-agricultor que vivia no castelo e de gentes emigradas de localidades piscatórias nortenhas que aqui chegaram por via marítima, é também testemunho vivo de um mundo construído na proximidade do mar e de um “cabo do mundo”.²



² Cf. Ribeiro, 1937. As teses sobre as origens das comunidades de pescadores portugueses são normalmente hipotético-especulativas e romanceadas. Ver, em todo o caso: Cortesão, 1974; Bernardo, 1941; Monteiro, 1953; Preto, 1967; Brandão, 1980).



A VILA

A vila de Sesimbra, na sua fisionomia actual, revela hoje uma dupla existência: como aglomerado de uma antiga comunidade de pescadores, e como conjunto recente adaptado ao turismo de Verão.³

O seu núcleo central, dividido longitudinalmente pela avenida principal, a Avenida da Liberdade, é habitado pelos pescadores e infiltrado nas ruas centrais por casas de comércio e escritórios, num traçado de xadrez irregular. À sua volta distingue-se outro, a antiga periferia onde se situavam a maioria das “lojas” (armazéns das “companhas” de pesca onde eram guardados, consertados e preparadas os aparelhos de pesca) e os velhos arruinados armazéns das “armações”, assim como os antigos barracões de salga e as fábricas de conservas. – vestígios destruídos da grande época das armações valencianas; aqui se situam também os bairros sociais da Casa dos Pescadores, da Câmara e dos bombeiros voluntários.

Recentemente, desde o fim dos anos sessenta do séc. XX, construíram-se vários complexos residenciais, hotéis e edifícios de apartamentos e grupos de vivendas e moradias que cintam a vila, especialmente erigidos para suportar o acréscimo da população durante os meses de Verão, suscitado pelo turismo balnear.⁴

Grosseiramente, estes três anéis denunciam as três fases maiores do desenvolvimento do que começou por ser uma pequena póvoa subsidiária da vila que foi fundada dentro dos limites das muralhas do Castelo. O desenvolvimento da vila, até meados do século XIX foi gradual, com algumas evidentes épocas de recessão (Monteiro, 1973). Apontam-se nomeadamente o período dos Descobrimentos no século XVI, que originou a dispersão para o exterior de quase metade dos habitantes, e o terramoto de 1755, de graves consequências na vila. Acrescentam-se ainda vários surtos epidémicos – que acompanham os grandes surtos com epicentro em Lisboa – encontrando nas então más condições sanitárias e de higiene da vila, terreno propício para a sua propagação (Bernardo, 1941, Monteiro, 1973).

³ Tentei, porventura aleatoriamente, fazer uma triagem da vida social de Sesimbra. centrando-me nos factos que se referem ao primeiro aspecto apontado.

⁴ Este cancro, já evidente nos anos oitenta do séc. XX, sufoca hoje a vila a nascente, norte e poente, e apenas não se expande mais porque o território urbanizável confina com o do Parque Natural da Arrábida, que age assim como o mais eficaz instrumento de regulação urbanística da Península de Setúbal.



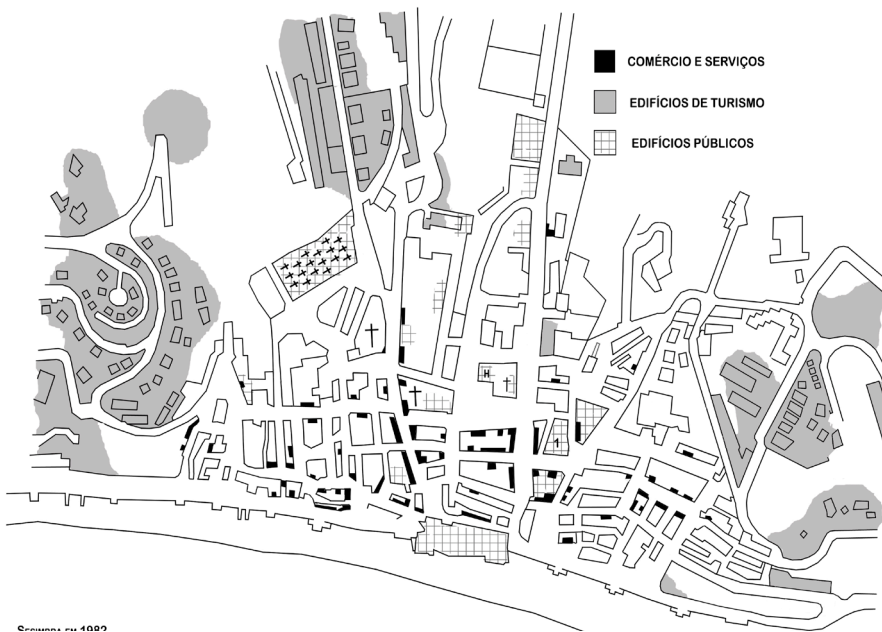
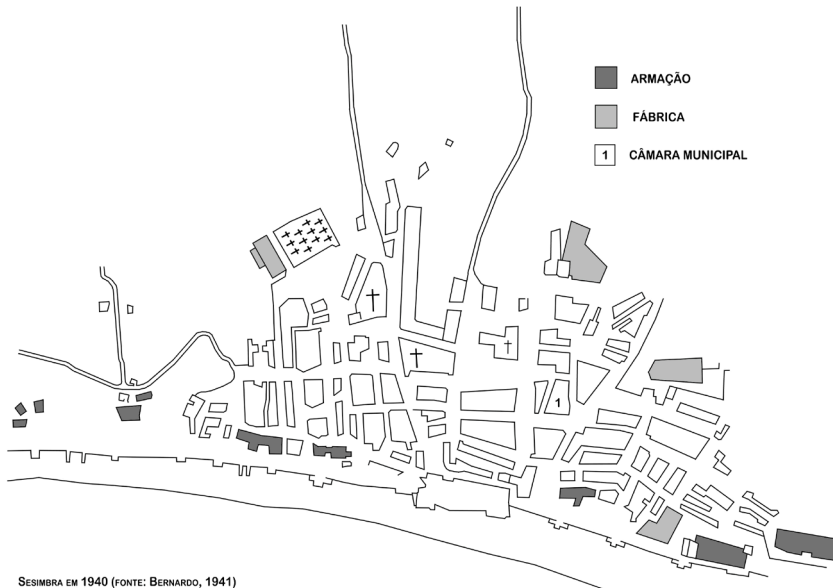


Fig. 2: Sesimbra nos anos quarenta e nos anos oitenta do séc. XX.





Desta época datam as grandes construções públicas, religiosas e militares: a igreja matriz, a capela da Misericórdia, a reconstrução da capela do Espírito Santo, e as fortalezas de Santiago, do Calvário e do Cavalo, bem como o edifício da Câmara no Largo do Pelourinho.

Desde meados do séc. XIX, a proliferação das armações e o crescente rendimento desta forma de captura originaram um sistema de pesca organizado em moldes industriais que teve o seu apogeu nos primeiros anos do séc. XX, altura em que, tendo a sardinha desaparecido dos mares mediterrâneos e da França Atlântica, Portugal passou a ser o principal centro pesqueiro desta espécie piscícola. Instalaram-se em Sesimbra numerosas fábricas de conservas, quase todas de capital francês e alemão (Bernardo, 1941). A decadência das armações foi em grande parte motivada pela destruição dos mares locais, a que não é estranho o desenvolvimento da pesca de arrasto e a pouco idónea e acanhada regulamentação sobre o limite das zonas a preservar da acção dos arrastões.

Ao fim das armações começou a corresponder a descoberta das férias de Verão entre os habitantes de Lisboa e a possibilidade de ir a banhos de mar nos arredores. Desde 1930, Sesimbra passou a ser frequentada como praia de banhos por várias famílias abastadas de Lisboa que aí possuíam ou alugavam moradias perto da vila para despendar quinze dias ou um mês junto à beira-mar. Mas foi sobretudo com o crescimento exponencial do turismo de massas e a abertura da ponte sobre o Tejo na década de sessenta que a vila veio a ser submergida sazonalmente por vereaneantes nacionais e estrangeiros (fig. 2).

Em termos económicos, até aos anos oitenta a comunidade de pescadores não beneficiava senão lateralmente com esta situação (através do aluguer temporário de quartos e casas), sendo o comércio, grande e pequeno, feito por “gente de terra” muitas vezes imigrada (também as empresas e trabalhadores da construção civil vêm do exterior). Mais recentemente, o investimento no comércio e a especulação imobiliária tornaram-se um atractivo para as famílias de pescadores que possuem capital suficiente para tal.

Ainda assim, tal como não tinham beneficiado do desenvolvimento das indústrias de pesca da sardinha, não se tendo alterado o seu nível económico senão a partir dos anos quarenta, com a construção do molhe de abrigo e o asfaltamento da estrada que liga Sesimbra a Cacilhas, também nas décadas mais recentes os pescadores se conservaram relativamente à margem do desenvolvimento turístico (fig. 3). Espectadores até certo ponto passivos de um modo de vida dissemelhante do seu estão condenados a adaptarem-se às sempre novas condições sociais económicas da evolução da área metropolitana de Lisboa e Margem Sul.



O tempo das armações

Desde meados do século XVIII que começaram a surgir em vários pontos do litoral português, à semelhança do que acontecia na Bacia da Biscaia, na Costa Mediterrânea e nos mares de Nantes e da Bretanha, as “armações de pesca” que aqui se chamaram “à valenciana”, para as distinguir das primitivas armações de rede quadradas, as “redondas” ou “almadravas” (cf. Silva 1968).⁵

Em Sesimbra, estavam instaladas seis artes “à valenciana” que eram propriedade de companhias “de terra”. A sua existência revestiu-se de aspectos que ultrapassaram a simples evolução técnica da cultura material dos pescadores. Os “armadores” proprietários da “arte”, eram então uma força política e económica nascente na vila, como em todos os portos de mar onde se fixaram. Só podiam ser armadores – isto é, só podiam “armar”, financiar e organizar as campanhas – mediante uma “comesse” real (uma espécie de comenda) e uma licença especial da ordem de Santiago (e dos Duques de Aveiro que foram os últimos comendadores da vila de Sesimbra), não transmissível (Monteiro, 1973). As restrições à proliferação destas companhias começaram por se dever à política económica proteccionista e monopolista do Marquês de Pombal – através também da imposição de pesados tributos às pequenas “artes” locais, pretendia-se desenvolver grandes empresas que monopolizassem a pesca, venda e distribuição de peixe especialmente destinado à exportação (cf. *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV).

Com os governos de Mouzinho da Silveira e de Costa Cabral o privilégio das “comesses” reais perdeu-se. As armações multiplicaram-se de seis para vinte em meados do século XIX, para vinte seis em finais do século (cf. Baldaque da Silva, 1891; Monteiro, 1973) – decrescendo drasticamente a partir dos anos vinte do séc. XX.⁶ Em 1960, subsistiam apenas duas, de proprietários locais, que desapareceram

⁵ Esta política, que favorecia a companhia de pesca de Vila Real de Santo António (pequena vila totalmente (re)construída depois do terramoto de 1755, sob a direcção do Marquês de Pombal) teve como consequência, a nível global, arruinar várias portos do país. Teve, em particular, consequências muito negativas na actividade da pesca artesanal que, desde o período Filipino, vinha sofrendo várias vicissitudes, Claro sinal do estrangulamento causado pelas armações é o facto de durante os reinados de D. Maria I e de D. Pedro II terem sido levantados e aliviados os tributos da pesca artesanal, e de no período de regência de D. João se ter descondicionado a pesca do alto em todo o país.

⁶ O “Burgau” de J. Preto e a “Varanda” de C. Franco. Muitos mares costeiros são hoje designados e referenciados pelo nome das armações que aí “armavam” (da Arrábida ao Espichel): Greta, Restauradora, Risco, S. Penedro, “o Zenhador”, Cabo de Aires, Cova, Agulha, Figueirinha, Xaranga, Torre, Remexida, Cavalo, Varanda (na Baía), Ilhéu, Burgau, Bulará, Mujona, Baixas, Roquete, Raposa, Baleeira Velha, Baleeira Nova, Cruz de Água, Guindaste.



Fig. 3: Pescador amanhando redes de pesca no areal da praia de Fortaleza.

no final dessa década. Apenas as ruínas dos armazéns, os barcos negros (“batéis”) apodrecidos e grupos de fateixas enferrujadas ao longo da rua marginal da vila, lembravam ainda, no início dos anos oitenta, o “tempo das armações”.

Os “armadores” vinham maioritariamente de fora da vila. Estabeleceram-se em Sesimbra e, ao fim de algumas gerações, tornaram-se uma elite coesa, vivendo em moradias e palacetes nos arredores da vila ou em Lisboa, com um “clube” em que a admissão era reservada a uma minoria – armadores e famílias, proprietários do concelho, vereação da câmara, etc. (os “coques” do Grémio, diferenciados e opostos aos “trapilhas” da Sociedade e do Refugio; Monteiro, 1973) apartados da comunidade de pescadores.⁷ Com o cabralismo, a Ordem de Santiago tinha entretanto perdido totalmente os direitos de imposto sobre a pesca, bem como o controlo sobre o estabelecimento das “armações” (Monteiro, 1550).

⁷ Acerca deste “distanciamento”, refira-se que o modo de pagamento nas “armações” contrastava, não tanto em termos económicos, mas sobretudo ideologicamente com o das outras “artes”. Porque





No período áureo desta “arte”, como existisse falta de pessoal para as armações, os proprietários abriram a possibilidade de matriculação nas companhias a agricultores do concelho e não apenas: durante vários anos vieram do Alentejo e da Beira Baixa grupos de agricultores que aí vinham trabalhar durante a safra de Verão, até ao início das colheitas de Outono (Cruz, 1966). Como o trabalho consistia principalmente em lançar e “alar” as redes e trazer o peixe para a terra próxima, não era necessária grande experiência marítima. O único “camarada” que não podia ser “verde”, que devia conhecer pormenorizadamente os fundos, as zonas de peixe – a “arte da pesca” em suma –, era o “mandador”, equivalente do arrais das pescas do alto.

Nas armações acontecia trabalharem mulheres em certas tarefas auxiliares, inclusivamente provenientes do interior da comunidade. A causa directa desta participação feminina pode ser buscada nos por vezes magríssimos recursos das famílias de pescadores, devido às más condições de pesca artesanal em certos anos, que o desenvolvimento do arrasto veio acentuar (Monteiro, 1950). No entanto, era assim a ser posto em causa um hábito secular da organização económica da família dos pescadores sesimbrenses. Mais, era violada uma regra do seu código moral: é que em Sesimbra, como em todo o Algarve piscatório, a mulher não devia nunca, por costume, trabalhar – ela é “a prenda da casa” (Brandão, 1980).⁸

os armadores não desejavam a participação dos pescadores em sociedade, o pagamento não era feito era feito em partes igualitárias, mas por ordenado fixo: Um escudo por dia (em 1940), mais uma percentagem do produto da pesca, arcando o armador com todas as despesas e riscos de azar da “faína” (que não eram muitos). Esta medida transformava os pescadores em “assalariados” em vez de “camaradas”; o armador auferia de 60% a 70% do produto da pesca, livre de encargos (Cruz, 1966).

⁸ Não foi um costume que se perdeu nos antigos caminhos da evolução social de Sesimbra. Em 1980 ainda, as mulheres novas, que tendiam a ser “donas de casa”, e apenas em casos excepcionais trabalhavam na pesca (existia aliás, no período coberto por este estudo, apenas uma mulher pescadora, figura conhecida na comunidade, que trabalhava com o marido numa pequena “motora” e era vista e tratada como um homem; era frequentemente descrita como o “mestre” do barco, sempre à proa a dirigir o marido e o filho, e a praguejar contra os pescadores dos outros barcos). As “filhas da revolução” já casadas, com idades oscilando entre os dezassete e os vinte e cinco anos, formavam um grupo de idade com outra mentalidade. Havia as que trabalhavam e as que não trabalhavam (que não eram uma minoria). Se há trinta anos, as reservas dos maridos ou, na maior parte dos casos, dos pais era já muito fluida, hoje é quase nula. Existem razões de ordem familiar e psicológica muito diversa que impelem as jovens a trabalhar. Se a mulher-dona-de-casa ainda subsiste em Sesimbra, isso deve-se à estabilidade e rendimento económico da comunidade de pescadores. Mas a educação familiar é já outra e não repugna a um pescador que a sua mulher ou filha trabalhe em terra (não ligada à pesca), como repugnava até aos anos setenta.





Quando as fábricas fecharam e os pescadores simultaneamente passaram a viver melhor (graças à construção do molhe de abrigo e à subida dos preços do peixe depois da 2ª Guerra Mundial) (Cruz, 1966), as mulheres que trabalhavam nas armações deixaram de o fazer. Não que não houvesse possibilidade de trabalho: no Norte (e na Costa da Caparica e Fonte da Telha) as mulheres participam ou participavam no trabalho da campanha: ou remendando e produzindo as redes ou ajudando a descarregar o peixe, vendendo-o ou, como na Galiza e Minho, trabalhando na agricultura e na apanha do sargaço ou do “pilado” (ver por exemplo: Brandão, 1980; Veiga de Oliveira, 1975; Tolosana, 1979).

Na visão dos pescadores, a razão desta opção, em Sesimbra, assenta num mecanismo moral, no que poderíamos designar o seu “código de honra” (ver Peristiany, 1965), e tem bases profundas na educação e na formação da mentalidade da comunidade, e no conjunto de regras de existência e organização desta pequena e relativamente isolada vila. Note-se que até ao séc. XX as comunicações com Lisboa e Setúbal, faziam-se sobretudo por via marítima, e embora o contacto de barcos de Sesimbra com os de outros portos da região sul de Portugal fosse frequente e regular, estava-se ainda assim longe de uma relação de imposição administrativa.

Essa imposição sobreveio com o incremento do poder dos armadores. Estes presidiam a todas as funções de autoridade; integravam o corpo camarário, tinham um pequeno grémio e ocupavam a Mesa da Santa Casa da Misericórdia (Rumina, 1936; Monteiro, 1973). A única forma estruturada de oposição e de poder dos pescadores, desde meados do séc. XIX, era a *Corporação Marítima de Sesimbra*, que esteve na base dos diversos conflitos laborais e políticos com as companhias de armação e com a Câmara Municipal. Tratava-se de um órgão eleito, com uma “mesa”, com funções de assistência aos pescadores e de actuação política.

De certa maneira, a *Corporação* era um modelo reduzido do que tinha sido muito anteriormente a *Confraria do Espírito Santo dos Mareantes de Sesimbra*,⁹ que foi por alguns séculos o meio de defesa e garantia de imunidade da comunidade de pescadores face ao poder do ducado de Palmela e da Ordem de Santiago, e constituiu desde a sua fundação em meados do séc. XIV um verdadeiro movimento actuante de força política na vila para que se fizessem respeitar os privilégios recebidos por foral (de D. Sancho I, D. Diniz I e D. Manuel I) e para impedir os exageros fiscais e imposições monetárias do Estado (cf. Bernardo, 1941).

⁹ Grande parte dos documentos relativos à *Confraria do Espírito Santo* foram destruídos durante a revolta de 1899, e no saque da Capela de São Sebastião (antiga sede daquela irmandade) em 1922 e 1940 (cf. Monteiro, 1952, Serrão, 1981). A *Corporação Marítima* tomou em 1894 o nome de *Associação de Socorros Mútuos Marítima e Terrestre da Vila de Sesimbra*.



Graças à actuação da *Confraria*, nomeadamente, os pescadores de Sesimbra conseguiram vencer a “guerra do sal” que se prolongou por decénios e os opôs às autoridades do Concelho de Setúbal – que preferiam beneficiar da venda do peixe pescado os seus próprios pescadores, fosse na capital, fosse para exportação, e impedindo a venda de sal a Sesimbra, que não tinha meio de o produzir. A venda de peixe médio para Lisboa era feita por almocreves ou por barco; para o Alentejo era vendido peixe de grandes dimensões: toninha, raia, espadarte e mesmo baleia (*Dicionário de História de Portugal*, vol. IV). Em ambos os casos, eram necessárias grandes quantidades de sal (Monteiro, 1958, 1973). Mediante a apresentação de queixas, de pedidos de audiência e de recusas de pagamento da dízima, foi conseguida uma ordem real em 1393 para que o sal pudesse ser livremente comprado pelas barcas de Sesimbra.

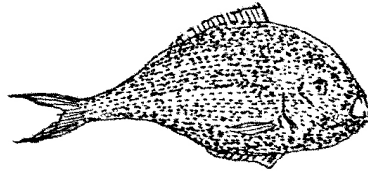
“O Senhor das Chagas é o melhor político de Sesimbra”, escreveu uma vez um escritor, historiógrafo da vila e proprietário local de armação (Rumina, 1936). Esta afirmação sugere ser entendida no contexto da festa e da procissão religiosa do “Senhor Jesus das Chagas” e conotado o surgimento desta imagem de culto na vida religiosa da vila com o florescimento das armações. Esta festa foi, e continua a ser (noutros moldes, com outros protagonistas), simultaneamente um instrumento e um mediador político-religioso (ver adiante, pp. 83-87). A imagem começou a ser venerada em procissão por iniciativa dos armadores e da Santa Casa da Misericórdia, em cuja igreja continua a ser guardada durante o ano. Em várias das fases mais importantes da evolução da estrutura de relações e oposições entre a comunidade de pescadores, o grupo dos armadores (e recentemente dos poderes políticos “de terra”), e os camponeses (actualmente também a “gente de fora”, de Lisboa), a Festa do Senhor das Chagas evidencia bem os meios porque o político se interliga ao religioso, numa dialéctica das relações de poder entre os pescadores e os armadores, dialéctica essa que circunscreve a festa e o culto; ou seja, a (re) criação de uma fonte de poder exterior à comunidade (na esfera do religioso) veio mediar as relações demasiado contrastantes e conflituais entre esta e o poder político e económico do Estado, representado localmente pelos armadores, que acaparavam os órgãos de autoridade administrativa.¹⁰

¹⁰ Talvez por via desta situação, os representantes da Igreja local, marginais ao culto das “Chagas”, tomassem muitas vezes o partido dos pescadores, e foram várias as ocasiões em que os defenderam publicamente. Houve mais do que um ou dois destes padres de província que foram tomados por “amigos dos pescadores” (mas nunca “guias espirituais” de um culto que não era o seu): além do conhecido Padre Marcos (o “Papa Português”, que pretendeu a regionalização da Igreja e foi por isso politicamente perseguido), muitos outros padres são citados em Sesimbra: o P. Domingos, o P. Nogueira, o P. Cardoso, P. Nascimento e o P. Gomes Pólvora. Nos anos oitenta, o prior da igreja matriz de Santiago era um declarado seguidor das ideias de Lefèvre e do humanismo de L. Boff;



Considerado como manifestação de poder religioso pelos pescadores de Sesimbra, o “Senhor das Chagas” era para os armadores, que promoviam e controlavam o seu culto, tido como instrumento de poder político sobre a comunidade (Monteiro 1953, 1958).¹¹

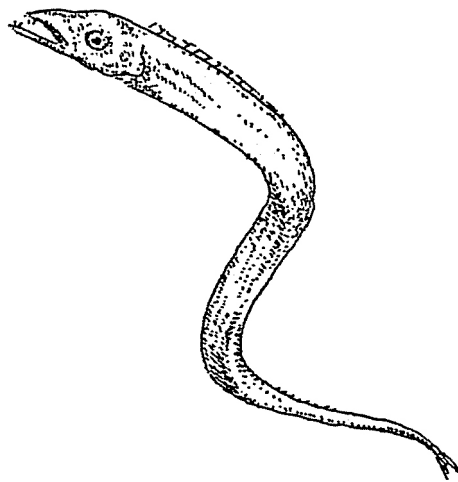
A função da imagem religiosa foi, no caso, a de mascarar a fonte de dominação política, aproximando do pescador um mediador no plano religioso. O pescador cultuava o Senhor das Chagas pela promessa, a oração e o ex-voto, na vida quotidiana. A procissão anual da comunidade, ao permitir a conjugação entre esta e os armadores, no plano religioso, evitava o conflito político, refazia e justificava uma ordem social.



como muitos outros padres que o antecederam, era muito conceituado mas nem por isso conseguia atrair a população à missa dominical.

¹¹ Ser-se pescador, viver pobremente, era uma condição “quase natural”. Contribuir para o enriquecimento de um grupo que, ao contrário de outros (negociantes de peixe, ordens religiosas, o rei e seus ministros – o Estado), não lhes era exterior geograficamente, era uma situação social que suscitava oposição e conflito, nos termos de uma estrutura ideológica estabelecida.







A PESCA

Artes e variações

Os vários sistemas de pesca (as “artes”, como são comumente designados) praticados pelos pescadores de Sesimbra servem dois tipos distintos de actividade pesqueira, a pesca costeira e a pesca do alto, de modo a permitir a apanha de espécies diversas em diferentes profundidades. Actualmente, a pesca costeira local processa-se sobretudo com a “arte” do cerco com redes de malha miúda (ou “cerco americano”) lançado pela traineira para a sardinha, a sarda, o carapau e a cavala, e com as chamadas redes da “malha”, que se subdividem em dois tipos. Além destas, contam-se uma profusão de artes “menores”, usadas por pescadores que, em pequenos botes e “aiolas”, se dedicam à captura do polvo e de outros moluscos, de peixes domiciliados na costa, e de crustáceos. Quanto a outras “artes” de que existem referências documentais, ou desapareceram (de longa data – os acedares, a xávega – e mais recentemente a armação valenciana), ou estavam já decadentes e com baixos rendimentos em 1980: a “chinha” ou “a arte do Caneiro” (o Caneiro é a faixa mais oriental do areal) e a “sacada” – empregando muito poucos pescadores, quase todos imigrantes ali fixados, sobreviventes ao desaparecimento das armações e das fábricas de conserva de peixe.

A pesca do alto, praticada com aparelhos de anzol (dita do “espinhel” devido à configuração do aparelho, quando armado no fundo do mar) evoluiu bastante desde os anos quarenta do séc. XX (altura em que o molhe de abrigo foi edificado e em que o processo de pesca com redes de arrasto pelo fundo se intensificou, destruindo largas faixas de vegetação aquática costeira e impelindo os pescadores para o alto). É hoje a arte mais praticada em Sesimbra e que emprega a maioria dos pescadores da comunidade.

Pesca artesanal

Desde o princípio da década de setenta que os mares da região de Sesimbra, Sines e Cascais deixaram de ser rendosos, optando por isso os pescadores do alto pela pesca a sul dos Açores, Madeira, a oeste do cabo de S. Vicente (no banco do Gorrinche, ou, como os pescadores o designam, “Garrincho”), Marrocos,¹² a norte das ilhas Canárias e Mauritânia, constituindo este empreendimento uma verdadeira aventura que se encontrava no início dos anos oitenta relativamente bem estruturada e em expansão.

¹² A entrada de Portugal na então Comunidade Europeia levou à revogação de um Acordo bilateral de pesca com o Reino de Marrocos que datava de 1976. A redução das quotas de pesca dos barcos





As viagens são feitas por períodos de uma semana a quinze dias, em embarcações de madeira ou ferro com vinte a trinta metros de comprimento e, apesar de bastante árdua, proporcionam um elevado rendimento, o que explica que seja Sesimbra, desde há vários anos, um dos principais portos de pesca artesanal (esta é a fórmula oficial por que é tratada, distinguindo-a assim a pesca industrial praticada por traineiras e arrastões) e o segundo em quantidade de pescado capturado anualmente do país. Salienta-se que esta arte de pesca, como as outras usadas em Sesimbra, à excepção do cerco com traineira, se faz segundo métodos artesanais e vagamente cooperativos, segundo moldes que configuram uma tradição antiga. Todo o sistema é sensivelmente o mesmo daquele praticado desde o século XV; tanto o aparelho propriamente dito, como a organização do trabalho e a divisão do produto da pesca em quinhões repartidos igualmente por todos os “camaradas” (termo que expressa a categoria de pescador matriculado numa embarcação) da “companha”, não diferem substancialmente hoje das formas antigas (cf. Monteiro, 1950, 1973; Cruz, 1966).

Uma “companha”, isto é, o conjunto da tripulação do barco, é sempre comandada por um “mestre” ou “arraís” que é normalmente o proprietário da embarcação – excepto nos casos recentes de companhas que formam uma cooperativa, inscrita legalmente como tal e pescam unicamente em barcos de trinta metros.¹³ Este é o padrão sobre o qual a actividade da pesca em Sesimbra se estrutura. Ele implica um sistema assimétrico segundo códigos de valores éticos e profissionais e o estabelecimento de grupos de idade e que promovem a edificação de uma teia de solidariedades e de relações sociais ultrapassando o estrito quadro funcional da divisão do trabalho de grupo.

Por vezes, são em Sesimbra esboçadas algumas tentativas de constituição de empresas capitalistas “da gente de fora” que introduzem o princípio do trabalho assalariado, mas até hoje o resultado foi sempre negativo, nunca sobrevivendo por mais de um ano à declaração de falência. A razão sugerida para a pouca durabilidade deste sistema é que “o pescador de Sesimbra não gosta de trabalhar para os outros”. Com efeito, a motivação para suportar o trabalho da pesca nas condições exigidas (na pesca “do longe” trabalha-se em média quinze a vinte horas diárias no mar e dez a quinze em terra – tanto o pessoal especificamente de terra, como a tripulação que chega do mar e permanece três a cinco dias em terra, devem preparar os vários conjuntos de cabos, linhas e anzóis para cada “caçada”) parece surgir apenas porque

portugueses no quadro do Acordo de pesca entre a União Europeia e Marrocos, e o seu posterior cancelamento em 1999, tiveram efeitos dramáticos nas frotas algarvias e também em Sesimbra, efeitos que a sua renegociação em 2007 só muito parcialmente veio atenuar.

¹³ A cooperativa parece um dos meio eficaz, ainda que pouco usado em Sesimbra, para conseguir pagar e suportar os custos elevados destas embarcações, uma vez que firmas com capital para esse empreendimento são inexistentes: em vinte anos, foram fundadas quatro, que imediatamente faliram





cada pescador sabe que é ele que paga os custos do barco e dos aparelhos e que quanto melhor trabalhar (como associado da pequena empresa), melhor ganhará. Empresas organizadas por gente de terra em que os pescadores se tornam empregados assalariados parecem estar condenadas a fracassar, seja porque o arrais não exige tanto trabalho da companhia (ele não arrisca o seu dinheiro e o dos camaradas, mas o de pessoas a que não se sente ligado por laços de solidariedade específicos da classe e da comunidade), seja porque o pescador não parece disposto a trabalhar mais que o mínimo sabendo que pode dispor de um ordenado fixo no fim de cada mês, quer pesque, quer não pesque. Mais ainda, o ordenado terá de ser elevado para poder competir com o sistema de divisão das “partes” (dos “quinhões”). O trabalho assalariado acaba por interessar apenas os “maus pescadores”.¹⁴

Partir deste facto para perspectivar os pescadores como naturalmente indolentes ou moralmente irresponsáveis resulta numa valoração apriorística e especulativa. A verdade é que o seu esforço e a sua responsabilidade, para com o grupo de trabalho, para com a família, são estimulados quando o “pescador” toma consciência de que participa livremente num empreendimento de que é impulsionador, em circunstâncias económicas igualitárias.

O pescador de Sesimbra, trabalhando nas artes da “malha”, no “anzol”, ou na “traineira”, auferir em média, seis a dez vezes mais que o ordenado mínimo nacional mensalmente. O principal garante deste nível económico relativamente alto e estável, é a existência de instituições tradicionalmente reconhecidas que asseguram o sistema de pesca em moldes artesanais: mantém-se um sistema de transmissão de conhecimentos relativos à pesca e ao mar; um sistema hierárquico de trabalho; reconhecem-se estatutos diferenciados entre moços, camaradas de pesca, pessoal de terra e arraises; todo o trabalho da pesca se organiza de acordo com o costume; existem códigos particulares de relacionamento na companhia e no mar.

Todos estes elementos convergem numa ocupação que não é compatível com o trabalho puramente assalariado como acontece actualmente na maioria dos portos de pesca do país e principalmente na “pesca industrial” (e muito se poderia dizer sobre a pesca do bacalhau – mas porque esta “emigração” temporária teve uma incidência muito fraca em Sesimbra, sendo apenas pontual não a tratarei aqui. Hoje, a pesca longínqua em bacalhoeiros é uma forma de pesca industrial e o trabalho é assalariado). De notar ainda que os meios que promovem e codificam o estatuto do pescador são demasiado enraizados para que sejam eliminadas num processo de evolução rápido. O que faz que um pescador ou um arrais sejam considerados “bons” ou medíocres, o que estabelece o “espírito da companhia” é um complexo de valores éticos e práticos que se integra nos próprios códigos da vida da comunidade. É muito importante que estas categorizações sejam mantidas numa actividade tradicional

¹⁴ cf. infra sobre o valor de um “mau pescador”, p. 62 e seguintes.





praticada no quadro de uma comunidade em que as pessoas se conhecem entre si e que aceitam formas e normas de relacionamento social que se baseiam nesses códigos éticos. Uma “companha boa” terá “bons” pescadores e um “bom” arrais. Uma “companha má” é menos estável, os conflitos são maiores, pesca menos peixe, este é menos apreciado pelos compradores na “lota”, o estatuto do “mau pescador” será mais baixo, profissional e indirectamente, socialmente.

Este tipo de organização em que laços de solidariedade, amizade, códigos de “honra” e uma assimetria ética e profissional rígida contam para o seu perfeito funcionamento, adapta-se, e segundo as estatísticas de produção e o nível económico da comunidade, muito bem, à vida económica do país, organizada segundo leis de mercado e concorrência, mas apenas a partir do momento em que o barco chega a terra e o pescado é descarregado na lota do porto de abrigo.

Além disso, e depois, na taberna, no café, em casa, na “loja” (a “loja” é o armazém onde se guardam os apetrechos da pesca e onde o trabalho de preparação e concerto dos aparelhos é feito, quando há um mau tempo e não se pode trabalhar na rua ou na praia), o relacionamento e o trabalho não depende de um sistema de preços, custos, consumos e produções – a vida social e o trabalho decorrem segundo padrões estabelecidos tradicionalmente, entre indivíduos que são parentes, amigos ou vizinhos desde sempre.

No mar, “apanha-se”, “colhe-se”, “mata-se” o peixe, não se produz. Ele sempre ali esteve, e não se pensa que ele poderá desaparecer. Se foge, vai-se atrás dele.

A faina da pesca não é quantificada no momento. Os pescadores, no mar, não consciencializam, porque não se orientam ideologicamente nesses parâmetros, o seu estatuto em termos de agentes de produção, os seus aparelhos como meios de produção, os peixes como objectos de produção económica. Estar no mar, pelo menos enquanto o sistema de relações e de trabalho estiver organizado da forma ainda actual, não se pode significar o mesmo que estar numa fabrica, empregado. No mar, a ideologia prevalecente convida os pescadores a sentirem-se e a dizerem-se “livres”. E isto apesar de se submeterem a uma vida extraordinariamente dura e não verdadeiramente compensadora (uma existência anacrónica se a compararmos com os padrões actuais de trabalho, assistência e regalias sociais em terra), de estarem submergidos por um horário e um ritmo de trabalho pesadíssimos.¹⁵

¹⁵ Este será aliás um dos principais motivos para a fraca renovação hoje verificada nas campanhas sesimbrenses, preferindo os jovens procurar empregos “de terra” (Silveira, 2009).





Arte do anzol

O espinhel

Sempre qualificada nos documentos oficiais como “pesca artesanal”, a arte de pesca com aparelho de anzol ou “espinhel” praticada no alto mar, segue em Sesimbra os princípios conhecidos em todos os portos de pesca portugueses que a utilizam ou utilizaram, mas com certas variantes que fazem do aparelho de Sesimbra, e da técnica a ele adaptada, um instrumento de muito superior produtividade. Trata-se de uma “arte” em que se utiliza em larga escala o anzol médio, empatado e iscado com sardinha ou savelha.



Tendo em conta que a partir do aparelho geralmente usado no país, os pescadores de Sesimbra introduziram duas variantes, dois aperfeiçoamentos, começarei por esboçar quais os seus princípios para depois apresentar o aparelho específico de Sesimbra.

O “anzol” é uma arte em que se emprega uma grande quantidade de anzóis, linhas e cabos, cujo conjunto constitui o “aparelho”. Os cabos e linhas têm diferentes espessuras, resistências e comprimentos segundo a sua função particular. Os cabos (a “tralha”, hoje de polietileno, tem espessuras variáveis entre os cinco e doze milímetros de diâmetro) e as linhas medem-se em braças ou em “linhas” – a cada “linha” correspondem onze braças.

A “tralha”, quando aparelhada, designa os “calamentos” que ligam verticalmente as linhas (“talas”) horizontais em que se suspendem outras mais curtas em cuja extremidade se empatam os anzóis (fig. 4). As linhas, que eram até aos anos sessenta de algodão entrançado, são hoje de nylon. Os calamentos ligam portanto as linhas que vão para o fundo, com a ajuda de pesos (normalmente pedras, ou por



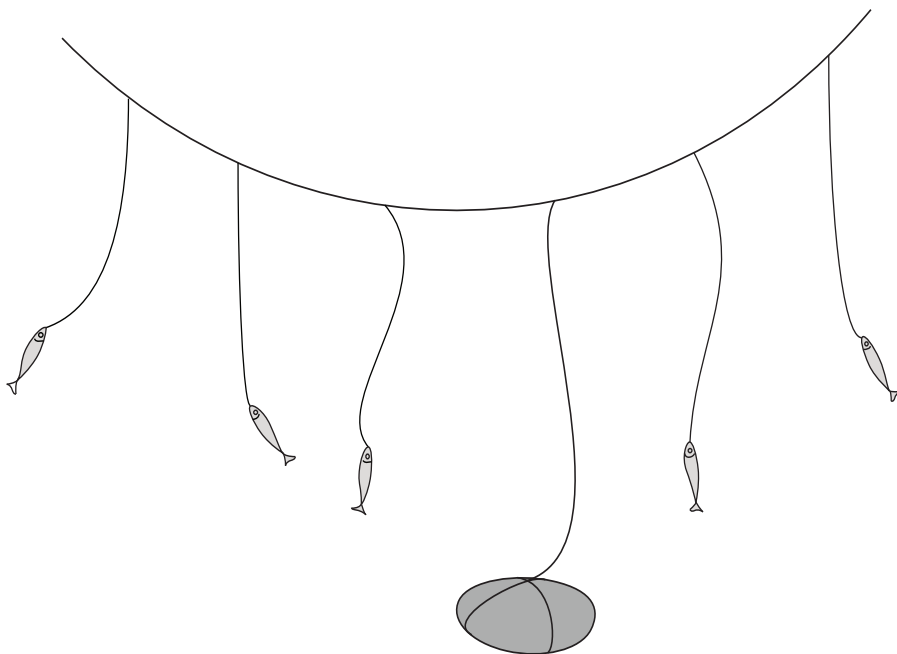


Fig. 4: Tala, pitas e peão do aparelho de espinhel simples.

vezes “chumbeiras”, mas não em Sesimbra), às bóias ou cabeças que ficam a flutuar à superfície, para que o aparelho não se afunde totalmente e se prenda (fique “fiche”) nas rochas.

Das talas – ou seja, das linhas horizontais suspensas aos calamentos, cada uma constituída por duas linhas, as “meias talas”, do mesmo comprimento (onze braças) de um a dois milímetros de diâmetro –, suspendem-se as pitas “estrovadas” ou “aramadas” consoante o género de peixe que se pretende apanhar: o aparelho “aramado” – o mais comum, pesca peixes de dentes fortes como a pescada, o goraz ou o peixe-espada, porque não se corre o risco de a “pita” ser cortada e o peixe se liberte. Antigamente, eram usados pedaços de arame de lata, mas com a substituição do algodão pelo nylon, mais resistente, a extensão de arame deixou de ser necessária. Os aparelhos “estrovados” (isto é, com “pita” de algodão sem a extensão de arame) reservavam-se à apanha de peixes que morrem rodopiando, como a chaputa.

Na união das meias-talas é fixado o “peão” ou pedra que mantém o aparelho em posição vertical, cada tala formando assim um V, seguro nas extremidades ao calamento que a puxa para cima enquanto o peão mantém o meio da tala no fundo (fig. 5). As pitas com os anzóis são suspensas na tala, de meia em meia braça

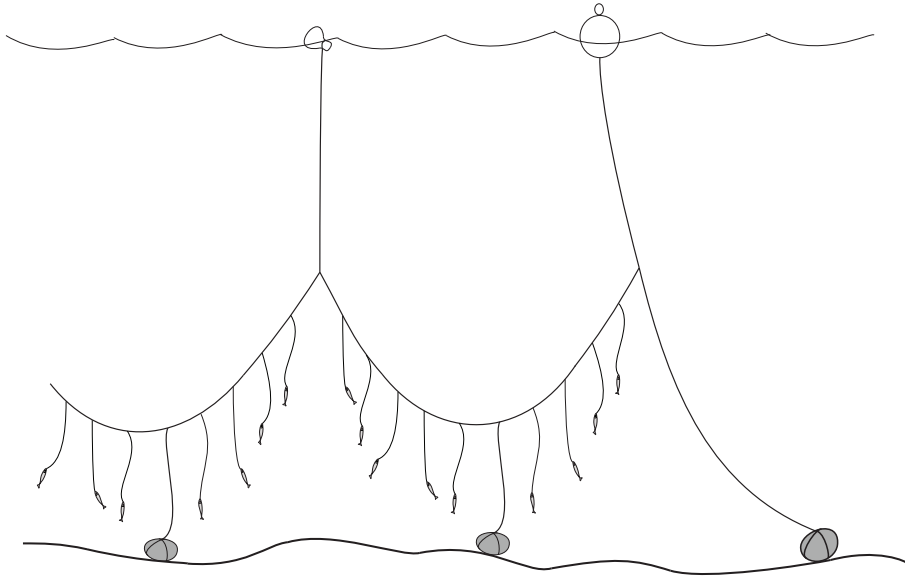


Fig. 5: Tralha do aparelho de espínhel simples: talas, calamentos, peões e cabaças.

(em Sesimbra os espaços entre cada uma são habitualmente menores), em direcção oblíqua, o que permite que o aparelho não se enrodilhe (“emachuche”, diz-se em Sesimbra) facilmente e possibilitando a captura de peixes a profundidades variáveis.

Os cabos que constituem a tralha e servem de calamentos são de polietileno, mas até fins dos anos sessenta eram feitos de algodão e caíro por artesões da vila, em pequenas fábricas familiares de cordoaria. O nylon parece apresentar a vantagem de ser praticamente invisível dentro de água, o que não acontecia com as linhas de algodão.

Por volta de 1970, os pescadores desta arte aplicaram a “retenida” aos seus aparelhos. Esta inovação foi compartilhada pelas companhas de Setúbal até à altura em que a pesca artesanal naquela localidade decaiu, a partir de 1975. A retenida é um cabo que se estende horizontalmente sobre o conjunto das talas, ao longo de todo o aparelho, sendo lançada pela popa do barco (fig. 6). Originariamente, a retenida era um dos elementos do aparelho de redes de “saco” empregada no “cerco americano” das traineiras para a pesca de sardinha: da retenida se suspende neste caso a rede, por meio de “aranhas”, cabos verticais que as ligam entre si.



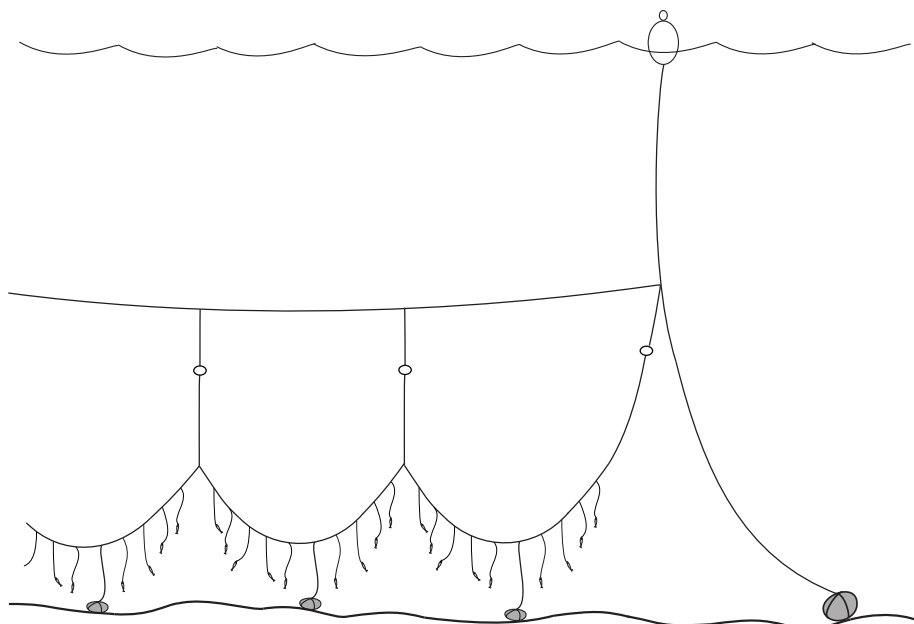


Fig. 6: Aparelho de espinhel simples, com retenida.

Aplicada aos aparelhos de anzol, teve como resultado que deixassem de ser necessárias as inúmeras cabaças a superfície, e os cabos de calamento. Até então, cada calamento tinha um comprimento máximo de cem braças que era regulado individualmente, segundo a profundidade variável dos fundos, para que as talas com os anzóis se não “deitassem” no fundo. O trabalho de regular o comprimento de cada calamento era feito no momento em que este era lançado, enrolado o excesso de cabo à volta da cabaça, o que implicava uma “largada” muito mais lenta e trabalhosa.

Em vez de bóias (cabaças) de superfície passaram a ser usadas bolas de vidro na intersecção das talas (e, naturalmente, pedras na intersecção das meias-talas). A partir destas, sobem até à retenida os “beribelhos” – cabos verticais com a mesma função dos calamentos. O aparelho “assenta” no fundo mas não se “deita”, não precisando por isso de ser regulado em cada linha.

Partindo deste aparelho (dito “simples”), os pescadores em Sesimbra aprenderam também a utilizar um de enfiamento duplo: ou seja, dois aparelhos paralelos, que alternam entre si pedras e cabaças, presas às mesmas “balizas” nas extremidades do aparelho (quer dizer, o conjunto das bóias e grandes pedras, ou “poitas”, que o sinalizam à superfície e que impedem que ele se desloque pelo fundo; fig. 7).

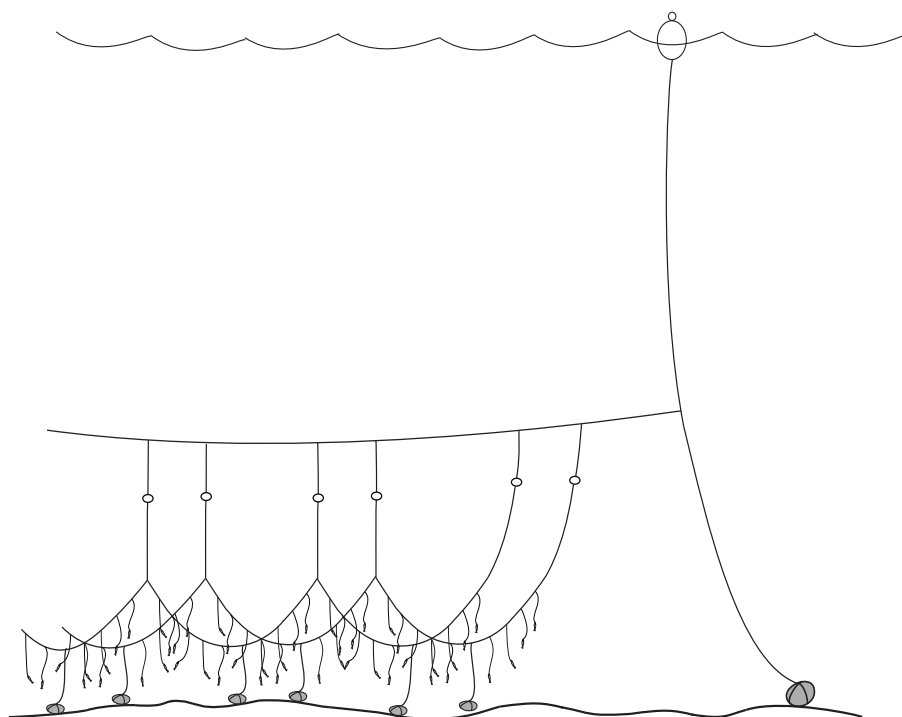


Fig. 7: Aparelho de espinhel duplo com retenida.

Desta forma, o conjunto de anzóis duplica, e duplicam também as possibilidades de apanhar peixe num mesmo espaço. Acresce que, ao contrário do que se faz noutras terras, o aparelho não é largado em linha recta, mas sim em círculos ou em ziguezague de modo a que os anzóis permaneçam dentro dos limites do pesqueiro onde se sabe haver peixe, e para que “o aparelho não venha perdido” (quer dizer, para que, ao colher, a maioria dos anzóis traga peixe).

Os pescadores de Sesimbra conhecem perfeitamente a configuração e a qualidade dos fundos onde pescam, optando por percorrer apenas aqueles onde existe possibilidade de pescar bastante peixe, não “largando” aleatoriamente, “a direito” – embora saibam que o irão colher “emachuchado”.

Esta maneira de pescar demonstrou ser muito mais rendosa, logo a partir do momento em que começou a ser usada, em meados do século XX, apanhando “o dobro do peixe em metade do tempo”. Este processo implicou, no entanto, que simultaneamente passassem a ser necessárias companhias maiores a bordo – o aparelho é lançado (de noite) pelos dois bordos do barco, que se desloca a uma velocidade reduzida, e não de um só bordo como até aí, e como, hoje ainda, nos





outros portos que praticam a pesca do anzol (Peniche, Sines, Olhão, Fuzeta, etc.) – por dois “largadores” e seus ajudantes, e não apenas por um. Em terra, igualmente, multiplicou-se o número de trabalhadores que devem “desemachuchar” os aparelhos, e prepará-los para serem de novo utilizados (devem ser empatados os anzóis, iscados, dispostos as linhas dentro de selhas, etc.). Nos outros locais não existem sequer trabalhadores em terra (“pessoal de terra”): são os próprios pescadores que preparam e iscam os aparelhos, em terra e a bordo. Estes são muito menos, dado que são sempre os mesmos a serem utilizados, sendo sempre colhidos para bordo lentamente, procurando-se que não se enrodilhem. Em contraste, o trabalho em Sesimbra, apesar de mais eficaz, é muito mais intenso. As “companhas de terra” e as “de mar” são mais numerosas e os aparelhos são em muito maior número.¹⁶

A vantagem que o aparelho com retenida trouxe foi o de economizar tempo na “largada”, feita impreterivelmente antes que o sol nasça, podendo assim ser lançados mais aparelhos por noite, e poupando-se também tempo e esforço no “alar” (colher) do aparelho, basicamente devido à aplicação de um pequeno “guincho” conectado ao motor do barco, que puxa para a superfície, para bordo, à proa, a retenida e os beribelhos (enquanto à ré vai sendo colhido o aparelho e “safos” os anzóis – quer dizer, retirado o peixe).

Graças à retenida, tornou-se possível aumentar extraordinariamente o número de talas dos aparelhos, e portanto de anzóis. Se, antes, os aparelhos comportavam em média sessenta talas (isto é, duas vezes trinta linhas), com dezoito a vinte anzóis em cada uma, hoje levam uma média de trezentas talas.

Para este aumento concorre também o facto de o comprimento dos barcos ter evoluído de onze a quinze para vinte a trinta metros, sendo agora possível transportar bastantes mais selhas iscadas, na sobrecoberta e nos porões do peixe, muito mais pedras e bolas.

Se hoje os barcos de trinta e vinte metros vão caçar em pesqueiros longínquos, que implicam viagens de sete a quinze ou mais dias (sendo um a cinco dias o tempo de navegação para o pesqueiro), exigindo uma preparação rigorosa do barco e dos aparelhos, subsistem no entanto pequenas “motoras” do tipo das traineiras (com onze metros) que pescam nas águas costeiras por um ou no máximo dois dias, com aparelhos mais pequenos, mas ainda assim com retenida – é também chamada pesca “do alto”, mas realizada entre as dez e as vinte milhas ao largo de Sesimbra.

¹⁶ Não apenas o dobro. Sendo cada aparelho duplo, existem para além disso dois conjuntos de aparelhos: um que se prepara em terra, enquanto o outro se está a usar no mar. Em cada noite no mar são lançados quatro ou cinco aparelhos duplos.



*A turina*

Os barcos partem de madrugada, por volta das duas horas da manhã, e voltam ao fim da tarde. O “aviso” (de comparência) é geralmente dado pelo arrais para a uma hora e meia da manhã na “loja da companhia”. Partem depois a pé até ao porto de abrigo (que fica a dois quilómetros a oeste do centro da vila, no limite da baía). Até anos recentes, (década de sessenta) era função de um dos moços da companhia¹⁷ ir de porta em porta a fazer a “chama”, gritando o nome do pescador para o acordar e avisar da partida do barco, ¹⁸ que era feita não do porto de abrigo mas da praia, frente à qual se encontravam as embarcações ancoradas. Apenas durante o Inverno ou durante os temporais recolhiam ao porto de abrigo. A lota, que aí se situa desde 1969, era antes realizada na praia, dos dois lados da Fortaleza de Santiago.¹⁹

¹⁷ Existem moços de terra e moços de mar, que são “moços a merecer” (a merecer o estatuto de camarada).

¹⁸ O grande afluxo de turistas e veraneantes, desde meados dos anos sessenta, e a vulgarização, na vila, dos relógios despertadores foram as causas directas que os pescadores apresentam para o termo deste costume – que acordava a vila inteira, várias vezes por noite (os “avisos” são dados a cada companhia em função da arte e da distância do pesqueiro).

¹⁹ Os barcos descarregavam o peixe para os botes e aiolas, que o transportavam para terra. O peixe era estendido sobre montículos de areia por lotes (ou “eiras”) e por espécies, e era aí mesmo leiloado e rematado. A lota começava ao princípio da tarde e durava até meio da noite. A compra era feita “a olho” pois o peixe não era pesado nem estabelecido como peixe de 1ª, 2ª, ou 3ª qualidade. Exceptuada a introdução de medidas de higiene, da pesagem, da demarcação do peixe e dos serviços de conservação frigorífica (e naturalmente, o facto de existir agora um espaço interior construído para essa função) a lota actual processa-se substancialmente do mesmo modo: o “falador” (loteador) começa o leilão de cada lote anunciando um número alto que corresponde ao preço máximo que o peixe pode valer, e vai fazendo uma contagem decrescente muito rápida até que o comprador interessado no lote assinala ao falador que o compra, com um “chui” discreto, que é normalmente um gesto quase imperceptível da mão ou da cabeça. Se há dois compradores a fazerem o “chui” simultaneamente, cumpre ao falador escolher entre um deles. O leilão exige muita atenção já que cada algarismo corresponde a cem ou dez escudos (na altura da realização do estudo, equivalentes a cinco euros e a cinquenta cêntimos): cem escudos para o “peixe de renda” – ou seja, o de qualidade mais apreciada: normalmente pescada, peixe-espada, linguado, imperador ou cherne) e, no caso da venda do lote da sardinha, que se faz à beira do barco aportado, ainda com o peixe no convés, cada algarismo “falado” correspondia então a mil escudos (ou cinco euros; a avaliação da qualidade e quantidade da sardinha era e é feita “a olho” sobre o lote inteiro da traineira). O comprador deve avaliar o lote e, quando a “fala” desce ao preço que lhe interessa, deve assinalar rapidamente a sua intenção, pois os outros compradores poderão estar igualmente interessados na compra. A “fala” faz-se do seguinte modo: O falador anuncia um lote de peixe, a sua espécie, o seu valor máximo, e a proveniência (o barco que o pescou); e vai enunciando: “Cem...9, 3, 7, 6, 4, 3, 2, 1, noventa... 9, 8... 3, 2, 1, oitenta...” etc., até que alguém o mande parar com um “chui”.





A “turina” (a faina da pesca) inicia-se quando o barco chega ao “mar de pesca” previamente escolhido pelo arrais. Este determina o local para se começar a “largar a caça”. Os “mares de peixe” são perfeitamente conhecidos por ele, sabe a sua profundidade sem necessitar da confirmação pela sonda de fundos eléctrica, qual o tipo de fundo (de areia, de rocha, de lodo), e os seus limites. Chega ao pesqueiro com o auxílio da “agulha” (bússola) e do relógio (calculando a velocidade do barco e a distância que deve percorrer. Os mares são referenciados pelo “enfiamento” de vários pontos da costa (“marcas de terra”). Assim, está-se no mar do “cabo raso” quando, numa determinada direcção, se avista o Cabo Espichel ao nível das águas; está-se no mar do “Cabo feito” quando o farol do Cabo deixa de se avistar; se se imaginar uma linha recta entre o farol do Forte do Cavalo e a silhueta leste do Castelo de Sesimbra o mar em que se está é o “Mar novo”; se a linha entre o castelo e o barco passa a um “palmo” do forte, então o mar é já o do “Farol ao canto”.

A “Estrela do Norte” (Estrela Polar) é também um recurso precioso para os arraises poderem calcular o rumo para os locais de pesca, servindo de confirmação para determinarem os vários enfiamentos das “marcas de terra”: Sírío e as “Sete Irmãs”, que surgem a leste desde o “S. João” (Solstício de Verão) ate às “marés do Levante” (fins de Setembro) são outras estrelas comumente usadas. As “Duas Guias” da Estrela do Norte, que giram sobre esta, indicam pela sua posição a hora da noite. A “Estrela de Alva” (Vénus) dá o sinal de que o sol vai nascer (servindo portanto de aviso para terminar a “largada”).

Para além de uma visão bastante aguçada, os pescadores, e especialmente os arraises, demonstram ter um sentido de orientação excepcionalmente desenvolvido. Uma espécie de “faro”, como escreveu Raúl Brandão a propósito dos pescadores de Sesimbra. Mesmo nas noites de nevoeiro são capazes de encontrar as balizas que sinalizam o local onde o aparelho está submerso, usando apenas a “agulha” (bússola) e o relógio. Até à década de trinta nem sequer os usavam; calculavam o tempo e recorriam-se do “prumo” ou sonda manual, (Brandão, 1980; Monteiro, 1973).

A largada demora em média uma hora para cada aparelho. É chamada a “largada de avião” (ver fig. 12, adiante). Os milhares de anzóis são lançados²⁰ de dentro de selhas, um de cada vez, em espaços de menos de um segundo, da ré do barco em movimento. O “largador” terá de ser um pescador experimentado porque a largada é uma tarefa perigosa: basta que o anzol se lhe espete num braço (o que não é raro) e ele terá de se lançar à água para que o metal não lhe rasgue a carne.

²⁰ Iscados cuidadosamente com sardinhas salgadas, pela “companha de terra”, são presas pela boca, entre as guelras e a espinha dorsal, e não pelo lombo como nos outros locais piscatórios onde o iscar se faz a bordo, por isso mais rapidamente, preferindo-se que se perca o isco e não o anzol, porque o aparelho volta a servir sem ter de ir a terra – porque não vem “emachuchado”, porque o número de aparelhos é limitado e porque não há aparelhos já preparados em terra para a viagem seguinte.





Entretanto, já os “proeiros” largaram as “balizas” iluminadas e com reflectores (para serem captadas pelo radar, se o houver a bordo) e as várias braças de “tralha” que ligam o aparelho à superfície. O “largador” de cada bordo é ajudado por um “moço” que vai girando as selhas numa “mesa” à medida que a largada é feita (o aparelho é “acamado” nas selhas com os iscos dispostos em espirais nas margens interiores desta) e atando os cabos que unem cada parte do aparelho a outra, numa selha suplementar.²¹ Um outro pescador vai prendendo as bolas e os peões entre as talas e os beribelhos, e lança-os alternadamente ao mar, em simultâneo com um camarada que opera outro o aparelho no bordo oposto da ré do barco. Assim, ao lançar uma bóia de vidro, grita: “Bola!” (contando mentalmente o número de bóias e pedras lançadas) enquanto, ao mesmo tempo o outro grita: “Pedra!”, ficando as duas partes do duplo aparelho sempre alternadas no fundo. Um outro pescador vai soltando a retenida à popa, enquanto um outro, também na popa, vai atando a esta os cabos verticais (os beribelhos).

Depois de lançados os aparelhos e antes do nascer do sol, espera-se um tempo para “alar” aquele que foi lançado em primeiro lugar (e que esteve mais tempo “no molho”, “a matar”). Cada pescador tem funções específicas, tal como durante a “largada”. Há já vários anos que os pescadores se revezam nas suas funções, não se especializando necessariamente numa particular. No tempo da navegação à vela e a remo, no entanto, cada um tinha uma função na pesca e um lugar permanente num dos bancos do barco (os barcos eram naturalmente muito menores: sete a onze metros). Algumas das designações das funções mantêm-se, mas outras, como “remo de barlavento” e “remo de sotavento”, “seis de barlavento” e “seis de sotavento” (que ocupavam o terceiro banco da embarcação), bem como o termo de “pretos” deixaram de ser usados.²² “Colhedores” – que “colhem o aparelho e a retenida” (respectivamente, “colhedor” de ré e de proa), “ensaieiros” – que estripam o “peixe de renda” e de difícil conservação, como a pescada, a abrótea e o peixe-espada, e o preparam para as “ensaios” ou “quartos” (os recipientes onde são colocados; fig. 8), “proeiros” e “moços” (que têm por função ajudar os pescadores nas suas funções – estando a mando de todos), são designações perfeitamente correntes a bordo dos barcos de Sesimbra, como o eram há dois séculos (ver Cruz, 1966).

Vieram-se aditar novos termos que correspondem a funções que não existiam na pesca com barcos à vela e a remo: O “leme” ou “chofer”, que dirige o barco (podendo subsidiariamente ajudar a colher o aparelho, ocupando neste caso o

²¹ Em cada local de pesca é lançado um “aparelho duplo” que é constituído por 2x4 selhas unidas entre si e seguras à mesma retenida.

²² Os “pretos” não tinham função específica e eram os últimos a receber o seu quinhão. Os “proeiros” eram os primeiros; ainda hoje são dispensados do “quarto de vigia” e os primeiros a poder descansar no fim da faina; mas devem ser também os primeiros a estar preparados para a largada.





Fig. 8: Ensaieiro estripando peixe-espada a bordo.





arraís o seu lugar nas manobras para impedir que os cabos e linhas se entrelacem no leme ou na hélice), o “motorista” (maquinista) que desempenha normalmente uma das outras funções, e ainda o “homem do bote”, que veio substituir a tarefa do “cão da companhia”.²³ O bote está equipado com um pequeno motor fora de borda. Nele, o pescador desloca-se perto do barco, colhendo com uma “bicheira”, ou com uma “chalaceira”, o peixe que se solta dos anzóis e é levado, à superfície, pela corrente.

Estas três funções são fixas, não rotativas. Os “homens do gelo” (ou “geladores”) tem por função quebrar os blocos de gelo armazenados nos porões e cobrir os “ensaíos” com camadas de gelo desfeito, arrumando-os uns sobre os outros no porão do peixe. Somente os barcos maiores, que pescam nas águas das ilhas ou do norte de África dispõem destas funções específicas. Na pesca costeira “do alto”, é normalmente o arrais que dirige o leme e que está apto a consertar o motor do barco. O gelo não é necessário e muitas vezes dispensa-se o bote, já que os barcos têm maior capacidade de manobra e vão eles mesmos apanhar o peixe que se solta; na maioria das vezes ou está morto ou atordado pela subida rápida à superfície, que o descomprime e “aventura” – isto é, as tripas enchem-se de ar e fazem-no boiar com o ventre para cima (isto acontece sobretudo com a pescada, a abrótea e o peixe-espada).

O arrais nunca participa nos trabalhos da largada e do alar, nem descarrega ou transporta o peixe à chegada a terra, para a lota. A sua missão é de supervisionar o trabalho, impedir e resolver problemas e conflitos na companhia, e sobretudo escolher o local de pesca, chegar lá, voltar a terra, e aí proceder à divisão dos quinhões, preparar o barco para a viagem seguinte, comprar o material, combustível e mantimentos necessários e, quando existem vagas de trabalhadores na companhia, pedir informações e escolher os potenciais candidatos a integrá-la.

²³ O cão que era utilizado no mar era da raça conhecida como o “cão de água português”, uma variante do caniche grande. Tinha por função apanhar o peixe que fugia do aparelho quando era puxado para bordo, lançando-se à água, abocanhando-o e trazendo-o de volta; os pescadores lançavam seixos na direcção do local onde se encontrava o peixe “aventurado”, para dirigir o cão para a presa. Em terra, o cão da companhia ficava ao cuidado do arrais, mas era tido como pertença da companhia, e “ganhava”, como todos os camaradas, a sua quota de peixe e um quarto de parte em dinheiro, o que assegurava a sua alimentação, finda a temporada de pesca. Note-se que até à construção do molhe de abrigo, não havia a possibilidade de sair ao mar durante todo o ano; os barcos ou varavam em terra ou dirigiam-se para Cascais, que se tornava a base invernal de muitas campanhas sesimbrenses. Para o seu desaparecimento, cita-se frequentemente o facto de, ao lançarem-se à água, serem frequentemente mordidos e mortos pelos tubarões e cães que rodeiam o barco, comendo o peixe “fiche” nos anzóis. Não me pareceu ser esta uma causa suficiente para o desaparecimento, mas não pude dispor de outros dados que pudessem completar a explicação. Hoje, tem ressurgido em Sesimbra, mas como animal de companhia, por influência exterior.



Na verdade, acumula as funções de proprietário-armador (na maioria dos casos), de gerente, de capataz e de guardião de conhecimentos tradicionais do mar. É um “mandador” de homens, um verdadeiro “mareante”.

As campanhas dos barcos da pesca costeira nunca ultrapassam os vinte membros, incluindo o “pessoal de terra”, que é geralmente constituído pelos “moços de terra” e pelos velhos que já não podem ir ao mar (quando lhes “pesa o cu”).

Assim foi sempre até ao surgimento das embarcações maiores que efectuam viagens longas. Nestas, não é raro a companhia exceder os quarenta membros, dos quais metade trabalha em terra, ganhando um quarto de parte, meia parte, três quartos de parte, ou parte inteira, conforme o estatuto e a idade, e não sendo necessariamente “moços” ou “velhos”. Actualmente, muitos filhos de pescadores – isto é, muitos pescadores jovens –, recusam-se a embarcar por períodos tão longos, a que nunca estiveram habituados. Preferem matricular-se como pessoal de terra a ir pescar para o alto ou mesmo na costa, pois ganham substancialmente menos aí, dado que o litoral está muito empobrecido (“A terra dá batatas”, diz-se). Sendo que nem todos podem ser bons pescadores e aguentar a vida de mar”, antes tendiam a emigrar ou encontrar emprego no comércio da vila. Hoje, muitos trabalham no “desemachuchar”, concertar e “armar” dos aparelhos de pesca.

A distribuição dos quinhões em dinheiro, resultantes da venda do peixe, livre de encargos,²⁴ é feita da seguinte forma (em partes iguais): duas partes, ou duas partes e meia para o arrais; uma parte para cada “camarada”; três quartos de parte para cada “velho” (ou uma parte para o “camarada de terra”, assim como uma parte e meia para o “mestre de terra” quando existe); um quarto ou meia parte para os “moços de terra”; três quartos de parte para os “moços de mar” (ou uma parte, actualmente, mas sem “alcavalas”;²⁵ quatro partes para o aparelho e seis partes para o barco.

²⁴ Desde que, durante o período caetanista se estendeu a assistência da *Caixa de Previdência* aos pescadores e a pesca deixou de suportar imposto – isto é, passou a ser cobrado o Imposto Profissional (o antecessor do Imposto sobre o Rendimento Singular, ou IRS), no momento da venda do pescado os “serviços de vendagem” da lota descontam imediatamente 4% para a “Caixa” a toda a companhia (incluindo o “pessoal de terra”). Estes “serviços de vendagem” vieram substituir os prestados pela *Casa dos Pescadores*, que colhia durante o período do Estado Novo, um tributo mensal às campanhas, para o seu “fundo de assistência”. A *Casa dos Pescadores* veio, nesta área, por sua vez substituir-se, nestas funções, à antiga *Corporação Marítima de Sesimbra*, ela própria herdeira da “*Confraria do Espírito Santo dos Navegantes de Sesimbra*”, as quais contavam com um “mealheiro de ajuda mútua” suportado por doações das campanhas (cf. Cruz, 1966; Monteiro, 1971, 1973).

²⁵ “Alcavalas” são partes extras (“partes de fora”) que o arrais distribui pelos camaradas de mar, recompensando os melhores pescadores, e ainda como pagamento de trabalhos subsidiários como descarregar o peixe e transportá-lo para a lota, aparelhar o barco; atribui também subsídios de fim de temporada (que equivale hoje a férias de um mês, no Outono) e de Natal, e ainda por



Das partes que o barco recebe, retira-se o ordenado do “homem do leme” e do “motorista” (que ganham também um quinhão como camaradas). No caso de não haver ordenado fixo, o “motorista” e o “homem do leme” recebem no conjunto uma parte e meia. Esta era a regra geral, que vigorava costumeiramente, mas quando se começou a pescar fora da costa, nos “mares do longe”, com embarcações e companhias maiores, os arrais amadores começaram a fazer cobrar para o barco catorze a dezasseis partes (não se discriminando entre partes de aparelho e partes de barco), para poderem suportar os encargos suplementares,²⁶ e possivelmente, se bem que nunca admitida, por ambição de melhores rendimentos, pelo menos de alguns deles, arrecadando para si o dinheiro que sobrava anualmente das partes do barco, livre de encargos. Este dinheiro era sobretudo despendido em pormenores materiais de ostentação sem que deles desfrutassem completamente: em grandes automóveis que mal eram ou são utilizados por gente que pouco vive em terra, em electrodomésticos, televisões a cores (anos antes desta se instalar em Portugal), inovações tecnológicas nos aparelhos de radar, intercomunicação e detecção de peixe, a bordo. Valerá a pena notar que quase sempre a iniciativa do processo de ostentação social, na comunidade, parte das mulheres dos pescadores e dos arrais: são elas que guardam o dinheiro familiar e que decidem a forma de o gastar.²⁷

Depois da revolução em 1974, durante o período comumente chamado de “gonçalvismo”, em 1975, Sesimbra viveu um período bastante conturbado. Conflitos laborais opuseram os sindicatos de pescadores, recém-surgidos, aos arrais de barcos de pesca artesanal, especialmente dos maiores, de vinte e cinco a trinta metros. Nessa altura, os arrais eram ostensivamente tratados por proprietários e armadores, fazendo-se sentir um mal-estar na comunidade e no mar. Surgiram oposições partidárias e laborais. Os armadores-arrais sofreram os efeitos de um sistema ideológico de oposições que nunca tinha sido manifesto na comunidade. Passaram a ser identificados como membros de uma “classe exploradora”, oposta à “classe de trabalhadores explorados” e não como arrais (com todo o significado ético e social que a expressão implicava). Este foi um reflexo local de uma

ocasião da “Festa das Chagas”. Os almoços de confraternização, oferecidos pelo arrais, são também considerados como “alcavalas”.

²⁶ Por um lado, para ajudar a pagar os empréstimos bancários sobre a compra dos barcos e dos aparelhos; por outro, devido a despesas maiores que passaram a incluir a aquisição de aparelhagem electrónica e de instrumentos de bordo.

²⁷ É comovente ouvir as histórias de compras de material do barco pelas arrais de Sesimbra: falam de conseguir “convencer a mulher”, de pedir para levantar dinheiro do banco “para pagar as despesas do barco”, de longas lutas de guerrilha para poderem trocar de barco, e acabam invariavelmente por admitir que as mulheres têm razão nas discussões sobre dinheiro. Um apontava-me triunfante os novos aparelhos de bordo do seu barco, mas de seguida dizia-me: “E agora, como é que vou dizer à minha mulher que o barco precisa de um radar?”.





forma de codificação das relações sociais e políticas recentemente “descoberta”, que agudizou uma crise social latente no país, sob a forma de êxtase ou euforia político-partidária. Toda a situação de conflito, em Sesimbra, foi transportada para bordo, conduzindo até a formas de desobediência obstinada dos pescadores em relação às ordens do arrais, ao corte de relações afectivas e ao mutismo, e propiciou o surgimento de vários conflitos e problemas de relacionamento, tanto no interior das campanhas como entre camaradas de diferentes barcos, defendendo cada pescador as suas cores partidárias e opondo-se a outros por razões políticas. Mesmo que a origem de um conflito fosse de outra ordem, passava ser traduzido (ou camuflado) pela retórica político-partidária: dissensões familiares, inimizades, ressentimentos e invejas latentes eram frequentemente a substância que motivava o confronto ideológico.

Foi a partir deste período que a Guarda Nacional Republicana veio substituir o polícia da vila, até então uma figura pitoresca de Sesimbra (note-se que a população nessa altura pouco ultrapassava os 1.000 habitantes). O efectivo foi reforçado, de um polícia em 1974 para dois guardas em 1975, quatro em 1970; durante o período balnear de 1982, foram destacados cinquenta militares da GNR para policiar a vila.

Dado que na maioria dos casos o sistema de oposições não tinha bases sólidas, essa situação conflitual foi efémera e não teve consequências graves, e o sistema de pesca e de relacionamento foi só parcialmente alterado. Por um lado, porque os conflitos e inimizades entre pescadores tendem por hábito a não assumir um cariz permanente;²⁸ por outro, por inadequação da lógica discursiva do conflito de classes face ao sistema tradicional das companhias da pesca artesanal: fosse porque os dirigentes dos sindicatos tendiam a ser indivíduos indicados para esse lugar por compadrio político e não eram vistos como representando uma “classe”, ou porque era desajustada a ideia de que os arraises eram armadores-exploradores que sujeitavam e oprimiam historicamente a “classe” dos pescadores, que deveria ser assim compelida a lutar pela libertação política e económica. Há antes uma complicidade na comunidade na atribuição desse estatuto de explorador ao aparelho de Estado e às desaparecidas companhias das “armações”, ou mais recentemente aos negociantes de peixe, que sempre fizeram em Sesimbra lucros inusitados (comprando barato aos homens do mar e vendendo caro aos consumidores de terra) – todos, afinal, “gente de terra”, no dizer de Raul Brandão.

²⁸ Ao contrário do que acontece muitas vezes nas zonas rurais do concelho, em que problemas sobre limites das terras, confrontos entra famílias vizinhas se prolongam por vários anos – por vezes se herdam, de pais para filhos. No mar não há marcos e “vozes de mar não chegam a terra”.





Ainda assim, em 1975, foram exigidos novos contratos aos armadores-arraises, que baixaram o número de partes a dividir para oito ou para nove. Mas, desde 1978, o quinhão do barco voltou a ser de dez e, desde então, alguns barcos de trinta metros “recebem” quinze partes – única forma de serem mantidos a pescar. Várias reivindicações dos sindicatos acabaram por não ser aceites pelos arraies, até porque nunca foram exigidas com grande convicção. Relacionavam-se com os quinhões de peixe que é permitido a cada pescador trazer para casa, para alimentação da sua família (exigia-se que o arrais pagasse o peixe que trazia, e que não houvesse limite ao peixe trazido pelos camaradas), e com a parte do bote, que se distribuiu em meia parte para o “homem do bote” (além da sua parte como camarada), um quarto de parte para as despesas e manutenção do bote, e um quarto de parte a dividir pela companhia do seu próprio quinhão, ficando os camaradas com meia parte para dividirem entre si (exigia-se que o arrais pagasse o quarto para despesas e manutenção do bote – do motor, gasolina, pintura, etc.).

Diz-se muitas vezes na vila que o intuito dos sindicatos (afectos à *Confederação Geral dos Trabalhadores*) era de “acabar com a pesca artesanal”, na medida em que era vista como um empreendimento privativo e de natureza capitalista. A razão citada para que tal não tenha acontecido é a de que “aqui os sindicatos não têm muita força”. Nesta época, a pesca artesanal com “artes de anzol” praticada em várias outras póvoas de pescadores do Centro e Sul de Portugal desapareceu totalmente (casos de Setúbal e de Sines) ou passou a ter uma frota insignificante (em Peniche, dos sessenta barcos para o anzol restavam em 1980 apenas oito). Não existiam nesses portos as condições socioeconómicas necessárias e suficientes para que a pesca se pudesse manter como estava estruturada – sem inovações técnicas, com companhias assalariadas, e confrontada com um progressivo desinteresse dos jovens pela vida de pescador. A esta situação correspondiam naturalmente safras menos rendosas, perda gradual das tradições relativas ao saber do mar, e outras motivações educacionais e profissionais (a emigração em Peniche, ou o trabalho na indústria em Setúbal, em particular na Setenave, e em Sines, nas refinarias da Quimigal).

Se em Sesimbra tal não ocorreu, isso deve-se em grande parte à eficácia da “arte do anzol”, a inovações como a do aparelho duplo, à consequente expansão das companhias, e ao que poderíamos eventualmente definir como uma certa “mentalidade comunitária”,²⁹ ou seja, a um conjunto de factores educacionais e de solidariedades sociais, tipificadas num quadro local que, sem serem totalmente específicas de Sesimbra, reflectem a possibilidade de um grupo social restrito permanecer relativamente fiel a um conjunto de princípios ideológicos e éticos que comandam as relações sociais familiares, de vizinhança e de trabalho em grupo,

²⁹ Este termo não é taxativo nem especialmente objectivo – refere-se mais a um conjunto de impressões e observações que a uma realidade demonstrada.





que têm sido capazes de se adaptar à “macroevolução” social e económica urbana do país. Exemplos disso são o facto de a crise provocada pela decadência da pesca costeira ter sido superada, de a emigração ser quase nula³⁰, e de os jovens deixarem de estudar, muitas vezes antes dos quinze anos, para trabalharem como “moços” a tempo inteiro (até essa idade, e desde os dez anos vão ajudando no trabalho de terra, devido à insistência dos familiares, ou porque os companheiros de escola também aí trabalham).

Relativamente ainda à distribuição de partes da campanha, era costume, até meados do séc. XX, os pescadores do alto tomarem a seu cargo as viúvas dos camaradas que morriam, recebendo elas a parte inteira que cabia ao marido (Brandão, 1980; Cruz, 1966), Hoje isso só raramente acontece, quando um pescador morre no mar, o que é pouco frequente,³¹ recebendo a viúva a sua parte durante um mês ou no máximo dois; depois, fica a viver com a pensão da Caixa de Previdência (actualmente, da Segurança Social).

Devido às águas geralmente calmas da baía e do litoral da Península de Setúbal até ao Cabo Espichel, as mortes no mar foram sempre raras. Actualmente, o maior calado dos barcos minimiza as hipóteses de adornarem ou afundarem durante os temporais, e os aparelhos transmissores de bordo, presentes em todas as embarcações³² reduz muito o perigo de, quando o barco sofre grandes danos durante os temporais ou se avaria, os pescadores não serem socorridos por outros. Nos cinco anos anteriores ao presente estudo apenas um barco encalhou, na costa da Mauritânia, por “descuido do piloto automático” com que estava equipado (não revelou uma coroa de recifes, de noite, enquanto a tripulação descansava), e um outro que, em duas ocasiões, sofreu um rombo no casco à proa, foi salvo porque o arrais e a companhia conseguiram trazê-lo para Sesimbra – uma das vezes desde costa algarvia, na outra desde as ilhas Canárias.

Actualmente, atribui-se a designação de “parte da viúva” às “alcavalas” que se destinam a distribuir pela companhia na altura da “Festa das Chagas”. A expressão “a viúva vem abaixo”, que era usada até aos anos sessenta, referia-se ao partir do

³⁰ Houve um surto migratório temporário nos inícios dos anos setenta, de pescadores, para Cacilhas, para a CUF Lisnave (eram cerca de cem indivíduos) mas um ou dois anos depois voltaram para Sesimbra reintegrando as suas companhas (se o lugar continuava vago, ou então mudando de companhia e/ou de “arte”; em Sesimbra não existia, pelo menos nos anos oitenta, falta de trabalho na pesca.

³¹ Em 1982, ocorreram duas mortes, devido a acidentes na largada dos cercos da traineira, ambos por afogamento causado pelo enrodilhamento das “aranhas” no corpo, no momento em que são largadas ao mar (levando-os para o fundo).

³² Excepto, naturalmente, nas aiolas, chatas e botes, e nas “motoras” e “bateiras”, de nove metros.





mealheiro colectivo da campanha onde eram guardados os dinheiros para a festa, que provinham da venda do peixe apanhado por uma tala específica, a “tala do Senhor das Chagas” (cf. Monteiro, 1952).

Arte do anzol simples e a desportiva

Com a arte do anzol simples consegue-se em Sesimbra a captura de variadas espécies piscícolas que habitam profundidades variáveis. Consiste na utilização de um aparelho de dimensões reduzidas, não ultrapassando as cinco ou seis talas simples, presas entre si, alternando peões e bolas de vidro ou bóias de cortiça ou plástico. Suspende da superfície por apenas dois cabos verticais, seguros às duas extremidades do aparelho. Os cabos são mantidos verticais por duas balizas de superfície.

Este aparelho é utilizado pelas aiolas (pequenas catraias com quilha algo saliente, semelhantes às meias-saveiras do norte do país) e chatas (idem, sem quilha) de pescadores que pescam sós ou a dois, junto ao litoral, a leste e oeste da baía de Sesimbra.³³ O aparelho é iscado e disposto (“acamado”) na selha pelo próprio pescador.

Os barcos do alto utilizam-no também em certas épocas do ano para espécies “da fundura”, sendo, neste caso, os aparelhos lançados em mares de grandes profundidades (sempre para além das cem braças) ficando a roçar o fundo onde os peixes se deslocam.

Por sua vez, a “desportiva” é um processo de pesca que utiliza apenas um anzol, de grandes dimensões, iscado com uma cavala, um chicharro grande ou um robalo, e que serve para pescar o atum e a albacora (espécie de atum pequeno, mais esguio), de um dos bordos dos barcos do alto, na época própria, quando os peixes se dirigem em grandes cardumes para “a desova” no Mediterrâneo – ou seja quando vêm “de direito” (termo empregado igualmente nas armações do atum no Algarve, que o pescavam em Abril a Junho, e também ao regressar ao oceano em Setembro-Outubro, mais magro; nessa altura pescavam-no “de través”; Baldaque da Silva, 1891; Silva, 1968). Nos anos oitenta, os pescadores de Sesimbra pescavam o atum apenas no pesqueiro do “Garrincho” e na Madeira, mas até meados do século XX o atum e a albacora “iam terrenos”, contornavam a costa atlântica de Portugal, passando ao largo do Cabo Espichel originando uma temporada própria da pesca do alto.

³³ Esta arte de pesca costeira, como as dos covos e das redes de emalhar, encontra-se hoje especialmente ameaçada, dadas as restrições impostas à pesca comercial, nas áreas de protecção total do Parque Marinho Luís Saldanha, pelo plano de ordenamento do Parque Natural da Arrábida (Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de Agosto; ver Silveira, 2009).





De um dos bordos, a companhia bate a água com remos e paus enquanto vai sendo lançado engodo (tripas e pedaços de pequenos peixes), esperando a aproximação de um cardume “à luz da água”. Quando este começa a passar, em grande velocidade, lançam-se as “canas”, em que vai preso, por meio de um fio grosso de três ou quatro braças de comprimento, “aramado” (com arame de aço) na ponta, o anzol iscado, na esperança de que o atum “fisque”.

Um último apontamento sobre a “pesca do anzol” reporta-se ao problema que o isco representou durante muito tempo. Sesimbra dedica-se em larga escala à “arte do aparelho”. Este pressupõe o dispêndio de grandes quantidades de isco de sardinha (ou savelha, ou petinga, ou ainda sarda) salgada. Ora, a salga da sardinha para isco é um fenómeno recente (desde os anos trinta, cf. Aldeia & Baptista, 1973). Se hoje pode ser conservada no sal e no gelo durante o tempo em que não é permitida a safra do sardinha (que se inicia em Março e se prolonga até fins de Dezembro), antigamente o problema do abastecimento do isco às artes era por vezes de difícil solução,³⁴ devendo as companhias em último caso recorrer a outras espécies (carapau, chicharro, cavala ou tintureira cortados em pequenas postas e colocados nos anzóis)³⁵ o que representava um aumento substancial dos custos do isco ou a diminuição da quantidade desse pescado para venda. Actualmente, se o isco falta em Sesimbra é normal ser comprado noutros portos de pesca.

Acrescente-se que a pesca do anzol se destina, em Sesimbra, particularmente ao peixe-espada, de que os pescadores daqui são exímios “caçadores” (diz-se “caçada” à “turina” do alto, e “caçar” à captura pelo anzol) conhecendo os seus hábitos, migrações, profundidades variáveis que percorrem, locais preferenciais de passagem), à pescada, à abrótea, ao pargo, ao goraz, ao “charréu” (ou chicharro mouro), à chaputa,³⁶ ao cherne e às “espécies da fundura”, como o “salmonete da fundura”, o imperador, o príncipe, o congro (ou safio), o tamboril e a tintureira.

³⁴ Enquanto durava a safra nas armações, era costume as barcas do anzol dirigirem-se às da armação e pedir a sardinha que iscavam nos aparelhos, a bordo. Houve várias tentativas de substituição da sardinha por iscos artificiais, mas sempre fracassadas (Aldeia & Baptista, 1973; Cruz, 1966).

³⁵ Quando os aparelhos se perdem no alto e se a pesca não rende, preparam-se novos aparelhos (“desemachucham-se”, “empatam-se”, e colocam-se nas selhas, sendo iscados dessa maneira).

³⁶ A chaputa tem sido pescada, como o chicharro e a corvina, nos mares do norte de África que, dizem os pescadores, não produzem peixe de tão boa qualidade como os mares de Sesimbra, de onde estas espécies desapareceram nos anos setenta do séc. XX. Uma explicação provável para a pior qualidade do peixe “africano” é o facto de ter de ser conservado no gelo por vários dias a bordo. Também do peixe-espada pescado no “Garrincho” e a sul dos Açores se afirma o mesmo; na realidade, os pescadores de Sesimbra são peremptórios ao afirmar que o peixe-espada destes mares, apesar de gordo e muito desenvolvido, não tem um sabor tão intenso, mesmo fresco, quanto o que ainda se consegue por vezes pescar nos mares tradicionais. Mas estas questões são de pormenor e mergulham num substracto ideológico no qual a regra é o “bairrismo” aquático e o saudosismo perante uma situação ecológica desaparecida nas costas agora degradadas.





Estas espécies são caçadas com os aparelhos duplos mas a maiores profundidades e em fundos rochosos, de preferência, ou então com o aparelho simples para peixes dos abismos.

A pesca assim praticada, apesar de muito trabalhosa e sem possibilitar fortunas, ao contrário do arrasto e de outras técnicas modernas, confere ao peixe um rótulo de maior qualidade, devido ao facto de a captura ser feita individualmente (em cada anzol, pesca-se um peixe) e o peixe ser imediatamente limpo e preparado ao ser alado. O seu aspecto é superior, nunca vem “partido”, “escamado”, ou estragado.

Os pescadores argumentam hoje que a arte do anzol é um método de pesca ecologicamente positivo, na medida em que apenas o peixe com o tamanho e idade suficientes é fígado. As redes de arrasto pelo fundo, para além de destruírem grande parte do peixe para venda, devido à pressão a que o sujeitam no interior da rede cheia, em movimento, “mata a criação” – isto é, o peixe ainda não desenvolvido que não consegue escapar da malha fina da rede – e revolve (“rapa”) os fundos de algas, desequilibrando todos os ecossistemas subaquáticos por onde passa.³⁷ Os sentimentos dos pescadores de Sesimbra em relação a estas técnicas não é nunca positivo (para um historial pormenorizado das relações entre o arrasto e os pescadores de Sesimbra, ver Monteiro, 1950).

A diferença entre as “Artes Artesanais” e o arrasto expressou-a melhor que ninguém Raul Brandão:

Temos o condão de estragar tudo, empobrecemos as gentes da beira-mar, para enriquecer meia dúzia de felizes. Cultivar o mar é uma coisa – é ofício de pescadores; explorar o mar é outra coisa – é ofício de industriais (Brandão, 1982: 54).

Artes locais

A rede de emalhar

Se a pesca por meio de anzol, em Sesimbra, se cobre de características específicas, pelos vários aperfeiçoamentos técnicos originados e pelo grande incremento que ela mereceu e a aventura “do longe” a que se adaptou, todas as outras artes se processam aqui da mesma forma que em quase todas as póvoas marítimas do sul do país.

³⁷ Numa entrevista a *O Sesimbrense*, em Fevereiro de 1971, o Arrais Alberto Pitorra dava das algas uma curiosa imagem: “São a cama, os lençóis, e o cobertor dos peixes”. Este arrais era, por muitos, considerado uma figura exemplar do homem do mar de Sesimbra: excelente pescador, corajoso, inovador, e “um homem tranquilo”.





A “arte da rede de emalhar” (a “malha”), com redes de tresmalho de algodão ou com redes “albitanas” (de nylon), baseia-se no princípio de que estando disposto o aparelho (de rede) na vertical, sobre o fundo, com auxílio de pedras e bóias, perpendicular ao sentido da corrente, o peixe, ao tentar atravessar, se “emalha” (se envolve) nas malhas da rede ficando aí aprisionado até que ela seja “alado” na dia seguinte. Ao ser alada a rede e colhido e “safo” o peixe, o aparelho volta a ser depositado no mesmo ou noutra fundo (se a pesca foi pobre). É uma “arte” conotada em Sesimbra com a ideia de armadilha.

A “tresmalha” e a “albitana” são dois tipos diversos de rede e constituem aparelhos distintos. A primeira, de malha fina de algodão “encascado”, é largada sobre fundos arenosos, no litoral costeiro (nas “bordas de dentro” – a dez a vinte braças de profundidade – dos mares costeiros), para a pesca do linguado, do pregado, do rodovalho, da solha, da tremelga e raia, do choco e de polvos pequenos, bem como para quantidade de pequenos peixes como o besugo, a boga, a marmota, a cabra e o peixe-anjo; não é raro a lagosta e santola serem também apanhadas por este método (fig. 9).

A segunda, “da pescada” (que é o “peixe de renda” mais procurado pela arte da malha,³⁸ sofreu a adaptação da retenida. É de malha de nylon larga, e usado para a captura de várias espécies: abróteas, gorazes, pargos, tamboris, raia, salmonetes, patarroxas, polvos, garoupas, corvinas (quando ainda aparecem), ruivos, cações, fanecas e moreias. É lançada nas bordas de fora” – de quarenta a oitenta braças de profundidade – dos mares da “borda de terra” (fig. 10 e 11).³⁹

³⁸ Quando um pescador diz que apanhou X caixas de peixe, costuma referir-se apenas às caixas de pescada que conseguiu capturar.

³⁹ Existem dois tipos de “mar” em Sesimbra – os costeiros, ou “da borda de terra” cujas designações são as das “marcas de terra” e têm bordas “de dentro” e “de fora” ou “do fundo” (que estão mais afastadas de terra); há a Pedra do barril, a Malha, o Penedo”, a Pedra à lagoa”, que vão do enfiamento do Cabo Espichel até à lagoa de Albufeira, mais a norte. Trata-se de vários “mares” pequenos e estreitos. Há também os “mares do alto” (são os mares das cem braças, que ficam entre as dez e as vinte ou mais milhas de Sesimbra), para sul, oeste e norte do Cabo Espichel, e que são limitados por várias bordas. Para norte, os pescadores de Sesimbra pescam (e pescavam) inclusivamente em mares do enfiamento do Ilhéu do Bugio e até às Ilhas Berlengas e, para Sul, até ao Algarve nas pequenas barcas de onze a quinze metros. Estes mares são referenciados pela conjugação das “marcas de terra” com a bússola, os astros e o relógio: a Entrumeoutra, a Afilhadinha (que fica depois, na “borda de mar”, da primeira), a Mé, o Poço da Morte, a Estradinha (que é a “borda de mar” do Poço da Morte), o Bugalhete, a Três Quitanas (a “borda de mar” do Bugalhete), o São Domingos, o Queimados (outra “borda da mar”), o Morre-à-Risca, a Fundura Nova, o Casal, o Mar Novo, o Farol ao Canto, a Malha Encarnada, o Altar e a Mar d’Ádega são mares que ficam entre o enfiamento do farol de Sines e o Cabo Espichel; o Protestantes, o Canto d’Água, o Chão da Regueira, o Maçados, o Mangão, o Bombas, o Graçone, o Cabo Raso e o Pai dos Gorazes são mares que prolongam os anteriores desde o mar dos Queimados para fora e para norte; do enfiamento norte do Cabo Espichel e até ao enfiamento do farol do Bugio (na barra do Tejo) existem o Rapapoitas, o Chapéu,



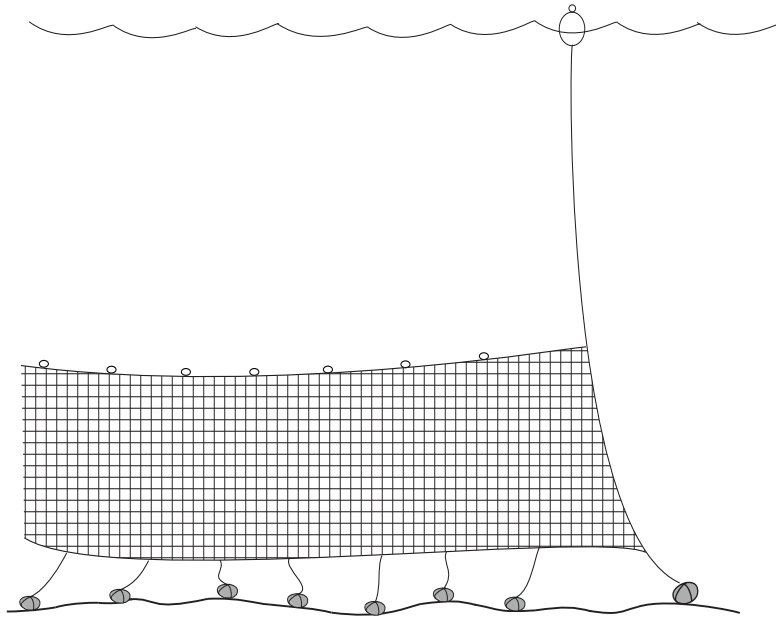


Fig. 9: Aparelho de rede da tresmalha.

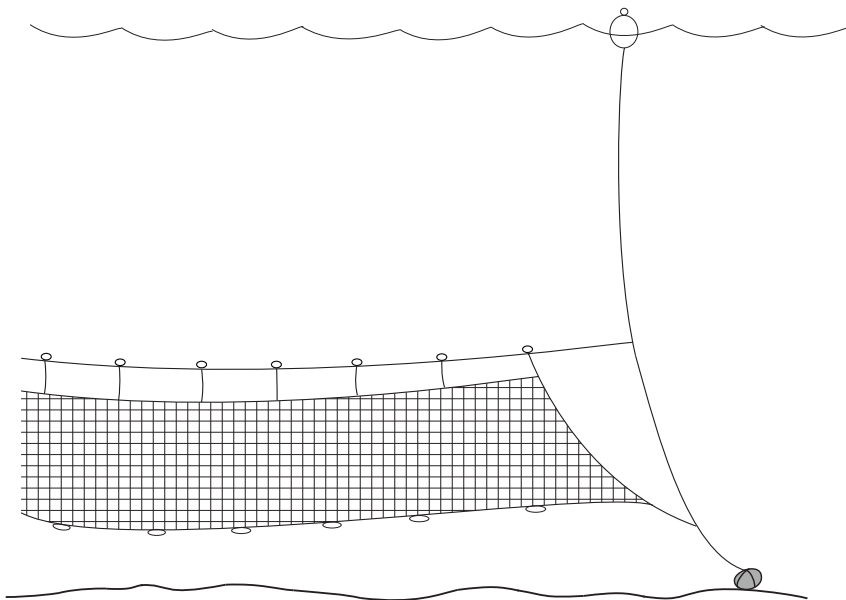


Fig. 10: Aparelho de rede albitana.



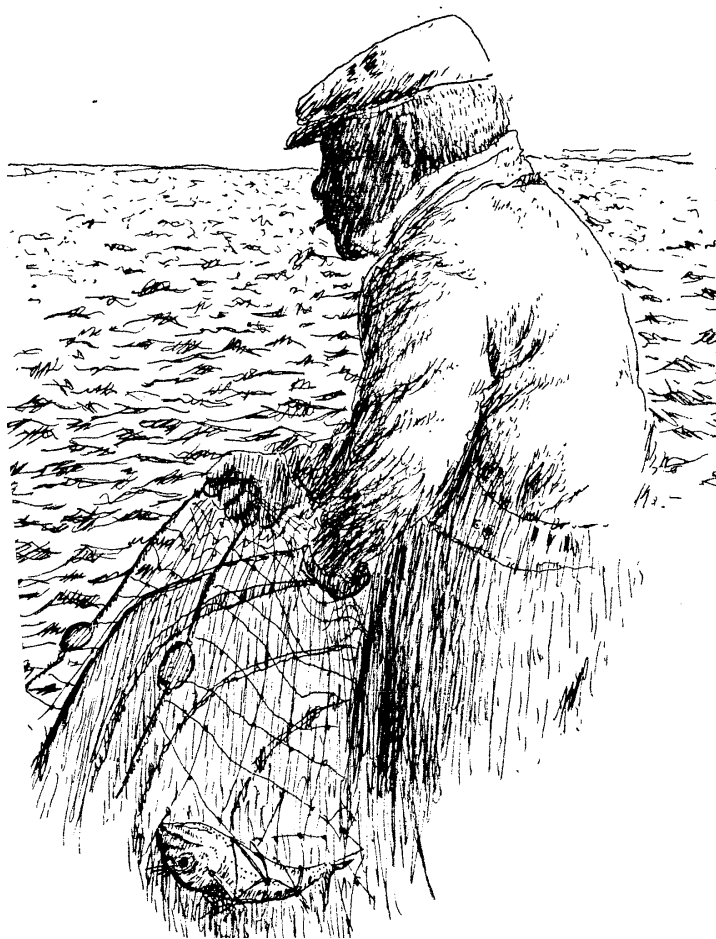


Fig. 11: Pescador alando um aparelho de rede albitana.



Actualmente, esta “arte”, que é de introdução recente em Sesimbra,⁴⁰ tem-se mostrado bastante compensadora, mobilizando um terço dos barcos de pesca local. A divisão do produto da pesca é feita nos mesmos moldes que na arte do anzol, empregando vários pescadores mais velhos que já não vão ao mar e que ganham três quartos de parte, consertando e fabricando as redes (ver fig. 3).

O cerco

A “arte do cerco americano”, da traineira, revela-se “um moderno método de pesca baseado em princípios precisos que permitem uma mais objectiva exploração do mar” (Cruz, 1966: 55). Utilizando a sonda e o radar, localizam-se rigorosamente os cardumes de sardinha, evitando o carácter aparentemente aleatório da lançamento das artes tradicionais (aparentemente, porque um bom arrais considera apenas um índice mínimo de sorte).⁴¹

O “cerco” é feito com um conjunto de panos de rede de malha muito fina. O processo, complexo, consiste em, uma vez detectado um cardume de dimensões razoáveis, lançar uma candeia ao mar, no local onde ele foi detectado, e “fazer-lhe o cerco”, ou seja começar a largar a rede, em cuja extremidade se prende um cabo ligado a um bote que é lançado ao mar em simultâneo com o aparelho. A traineira arranca em grande velocidade (a uma velocidade de quinze nós, em média), rodeando o cardume e fechando o “cerco” junto ao bote.

Imediatamente, o grande guincho, à ré, começa a funcionar puxando as “aranhas”, os cabos que se prendem à extremidade inferior da rede, para que esta se feche formando um saco (o “copo”) onde o peixe fica aprisionado. Quando a rede está quase completamente colhida, a massa prateada do cardume é descarregada para o barco.⁴²

o Pistarolas, o Cabo Feito, a Fundura Achada, os Portais, o Tiras, o Recontro, o Carrancas, o Terras a Meio, o Conassa, o Mané-Zé, o Cabeça, o De Cana, o Guião, o Tranglomares, o Bombaldes, o Borda Atravessada, o Pombal, o Pedroços, o Trezentos, o Bateiras e o Guia-à-Neves; para norte do Bugio ainda se contam o Risca Abandonada, o Risca, o Recovo, o Janelas a Meio, o Janela Aberta e a Mariquinha”. Estes são os “mares do alto”, mares do peixe-espada e da pescada, conhecidos há vários séculos pelos pescadores de Sesimbra.

⁴⁰ Baldaque da Silva não a cita na sua obra, o *Estado actual das pescas em Portugal* (Baldaque da Silva, 1891). Esta obra, extremamente detalhada, apresenta o primeiro, e até hoje o mais completo, panorama das técnicas e da economia da pesca, das povoações marítimas e das características e hábitos das espécies piscícolas da costa portuguesa.

⁴¹ Antes mesmo de mandar colher um aparelho, sabe de antemão quantos “ensaios” de peixe serão cheios. Mais do que uma vez assisti a estes cálculos, que nada têm de adivinha.

⁴² Ou para a “enviada” – a barca mais pequena que duas das nove traineiras de Sesimbra possuem –, que, uma vez carregada, vai imediatamente vender o peixe na lota, ficando a traineira a fazer mais um ou dois “lances”. A razão desta prática é dupla: desta maneira, é possível pescar mais porque se





Esta pesca faz-se de madrugada (o “aviso” costumava ser dado para as nove ou dez horas da noite, num dos largos fronteiros à Fortaleza de Santiago), colhendo principalmente a sardinha e a sarda, mas também o carapau e a cavala. Estes são pescados no primeiro lance, porque a sardinha não “terreia” antes das duas ou três horas da manhã. Através do eco da sonda eléctrica, é possível saber não apenas a profundidade (a traineira opera entre as dez e as vinte braças) e o tipo de fundo,⁴³ mas também que peixe está por baixo do barco, conforme a densidade e a profundidade da sombra do cardume projectada no gráfico.

O regime de partes é o mesmo, embora o arrais não seja o proprietário único da traineira. Os proprietários que não são arraises, em Sesimbra, são sempre arraises a que lhes “pesa o cu”, que “já não têm saúde para a vida do mar”. No caso das nove traineiras que existiam em Sesimbra nos anos oitenta do séc. XX, os proprietários eram sociedades formadas por ex-arraises em que participavam também os mestres da companhia. Desde que apareceu na vila (nos anos quarenta), a pesca da traineira tem proporcionado boas condições económicas a quem as pratica, apesar da progressiva escassez de sardinha na costa portuguesa. É uma “arte” sempre praticada perto da costa.

A safra da sardinha tem três meses de defeso (na altura da desova e de criação). De Inverno, os arraises do “cerco” preferem fazer os lances de dia, porque ela se mantém “terrenha”. Como os dias nesta época são pouco iluminados, ela não se apercebe das redes. Note-se que o alar do “cerco” em tempo frio é extremamente penoso especialmente para o “mestre das redes” e para os “aberteiros”, porque ficam sob o guincho a vigiar a entrada das “argolas” da rede (peças de bronze presas às “aranhas” e por onde a retenida corre), que escorre água precisamente sobre eles. Também o “homem do bote” tem uma tarefa nesta época mais difícil e perigosa, devido à maior dimensão das vagas e ao mau tempo. Uns e outro recebem mais meia parte ou uma parte, além da “parte do camarada”.

Além destas artes de pesca com rede, eram ainda praticadas nos anos oitenta, em Sesimbra, a “sacada”, que é composta por uma rede quadrangular, e a “chinha”, ou “arte do caneiro” (uma rede em copo, praticada no areal) que é um modelo reduzido da “xávega” ou rede de arrasto para terra, comum a todo o centro do

liberta espaço na traineira para os novos “lances”; e, porque as sardinhas em grandes quantidades desvalorizam bastante, a primeira a chegar a que é arrematada por melhor preço – e por vezes a única que acha comprador.

⁴³ O cerco deve ser feito sobre fundos arenosos para que as redes não fiquem “fiches” no fundo. No entanto, um ou outro “mestre” fá-lo ocasionalmente sobre as rochas. “Tem os tomates negros”, quer dizer que “sabe muito” acerca do tipo e forma da rocha, calculando as possibilidades de conseguir um bom lance com um mínimo de estragos na rede. A expressão conota arrojo e sorte.





país, e mais famosamente na Nazaré, outrora puxada por bois e homens, e na actualidade por tractores (é, na zona de Sesimbra, ainda regularmente praticada em Alfarim e em outros pontos do longo areal a norte do Cabo Espichel).⁴⁴

Estas eram então artes decadentes, ou melhor, sem muita implantação e tradição aqui. Eram praticadas por pescadores pobres, na maioria, indivíduos de fora da vila que se mantiveram em Sesimbra após o desaparecimento das armações para onde vinham trabalhar no Verão, vindos do Algarve, Alentejo e Beira Baixa. Tratava-se de um pequeno grupo relativamente auto-marginalizado, vivendo em cabanas de madeira na encosta do Caneiro, onde cultivavam minúsculas hortas.

Estas artes não exigem um conhecimento especial do mar, dos fundos ou dos hábitos dos peixes. São técnicas aleatórias, “de lavradores que se meteram um dia a pescar” (Brandão, 1980).

A pesca de arrasto para terra, ou “chinha”, aproveita a circunstância de que certas espécies de peixe terreiam de noite, ficando próximo da arrebentação das ondas (no Inverno aproximam-se ao fim da tarde) e a sua presença é assinalada pela mudança no voo das gaivotas e calhetas. A “sacada” operava na baía, lançando os pescadores de dois barcos uma rede que se afunda, e “engodando” (de dia), ou “alumiando” (de noite com “fogaréus”, ou “gambiaras”) para atrair o peixe. “Sacava-se” posteriormente para a superfície a rede quando ele se juntava em número razoável.

Um outro grupo de pescadores, originários ou não da vila, pratica uma série de artes artesanais, individuais, que lhes permitia, até à criação do Parque Marinho, viver com algum conforto, auferindo por vezes tanto ou mais que os pescadores de companhia, mas não podendo pescar durante todo o ano, por o mar nem sempre permitir a saída das aiolas. Individualmente, ou a dois, é utilizado o aparelho de anzol simples, pesca-se polvos por meio de “gibos” e de “alcatruzes”, lulas e chocos com “piteira”, e crustáceos usando “covos” de rede e arame. Hoje em dia, esta prática é sobretudo tida como um complemento de reforma dos pescadores aposentados (Silveira, 2009).

Estas as artes que se praticam em Sesimbra, “cultivando” ou “explorando” o mar, em locais e mares diversos, de formas diferentes, apanhando tipos de pescado variados. Outras artes, totalmente extintas, marcaram em períodos diferentes a história económica e social de Sesimbra e marcaram as épocas da sua transformação: os “acedares”, que eram redes artesanais de arrastão pelos fundos, proibidos no fim

⁴⁴ Actualmente, este tipo de pesca realiza-se no Caneiro, durante o Verão, “para turista ver”, por iniciativa da Câmara Municipal de Sesimbra, e já enquadrado por um discurso claramente patrimonializador.





do século XVI (Monteiro, 1950), a “xávega para bordo”, durante o Antigo Regime, e a “armação à valenciana”, até ao princípio do séc. XX. A pesca do anzol sobreviveu a todas elas.

De facto, a pesca do alto com espinhel parece acompanhar o destino da comunidade desde que esta foi fundada. O foral Manuelino, que concede a Sesimbra o estatuto de vila e regimenta os privilégios do Concelho, menciona já o espinhel, com a xávega e os acedares, como as principais artes com que se pescava em Sesimbra, e por isso “as que estavam sujeitas à “redízima” do estado (a “dízima” era paga à Ordem de Santiago da Espada, com sede em Palmela).⁴⁵ Mas o lugar de proeminência que o espinhel ocupa hoje na comunidade deve-se a condições particulares surgidas em anos recentes. Entre estas, deve referir-se a degradação dos mares costeiros próximos, que causou a ruína de outras artes, a construção do molhe de abrigo e o surgimento de embarcações motorizadas de maior calado que as usadas até à década de quarenta (Cruz, 1966). Não menos importante é o facto de o conhecimento tradicional nos mares do alto se ter perpetuado e o “espírito de homem do mar” continuar a ser fomentado.

A “arte da xávega” (de que a chinha é um modelo reduzido), que é praticada no litoral centro do país até à Costa da Caparica e em alguns pontos do Alentejo, fazendo-se o arrasto para o areal, foi usada em Sesimbra até o fim do século XIX. Aqui, consistia num conjunto de redes que acabava num “saco” central de malha fina e exigia a participação de duas barcas de tipo bateira ou lancha. Num dos barcos era preso um cabo que se ligava às redes e ia sendo lançado em semicírculo por uma embarcação mais pequena. Depois, eram lançados os várias panos das redes (as “mãos”, a “boca” e o “saco”) e voltava-se com outro cabo para junto da barca maior. Então, as redes afundadas eram puxadas para terra por uma companhia de trinta homens. Era uma arte que se praticava em fundos arenosos, junto à costa (Cruz, 1966).

A arte da armação, que era usada para a pesca da sardinha, utilizava um conjunto de panos de rede que se “armavam” (colocavam) verticalmente, no mar de dez braças, de modo a barrarem o caminho ao peixe e a encaminhá-lo para um parque vedado (em três secções: o “copo”, o “bucho” e a “legítima”) de malhas diferentes, com o objectivo de levar o peixe ao copo para ser colhido pelo grupo de pescadores que se encontravam em três barcas que rodeavam o copo. Esses panos de rede eram mantidos verticalmente com o auxílio de bóias à superfície e de fateixas na parte inferior. Sendo um conjunto fixo, dependia da passagem regular de peixe por locais certos. Destinava-se a espécies migratórias e o objectivo principal era a captura

⁴⁵ Existe uma cópia do foral nos Arquivo Nacional da Torre do Tombo; cf. reprodução integral do foral em: Bernardo, 1941.





da sardinha, mas apanhava também sarda, carapau, taíinha e a muito apreciada corvina que ia desovar no estuário do Sado. A toninha que se infiltrava na rede atrás dos cardumes era apanhada com croques e arpões.

A armação era disposta perpendicularmente às trajectórias prováveis dos cardumes. A entrada destes no parque era fácil mas a saída era impossibilitada devido a um sistema de pequenas redes afuniladas – a “boca”.⁴⁶ Armar este aparelho era tarefa difícil e durava normalmente três dias, permanecendo depois no mesmo local ao longo da temporada que durava a safra. Revelador da quantidade enorme de peixe pescado em Sesimbra, e do rendimento que prestava, é o facto de até por volta de 1930 as armações ficarem fundeadas o ano inteiro e serem feitas duas colhidas diárias (uma de manhã, outra desde meio da tarde) mesmo no Inverno, apesar do mau tempo e do mar picado (Cruz, 1966).

Depois, durante toda a década de trinta, a produção decaiu rapidamente; várias companhias faliram, outras limitaram o tempo da safra aos meses de Verão. Paralelamente, decaiu a indústria conserveira, fechando as fábricas francesas e alemãs. Só permaneceram duas pequenas fábricas propriedade de proprietários locais, até 1950 (cf. Cruz, 1966; Monteiro, 1973).

Acrescente-se que nesses anos houve temporais particularmente fortes, em que morreram no mar vários pescadores do alto: 1933, 1935, 1937 e no ano do ciclone (1941) foram marcos de mau tempo contínuo e consequentemente de fome e pobreza na comunidade, (ver a evolução dos acontecimentos no jornal local, *O Cezimbrense*; e em Monteiro, 1952, 1973). Às calamidades naturais juntaram-se pequenas revoltas de pescadores que exigiam trabalho nas indústrias de conservas e nas armações que fechavam, e protestos frente à Câmara Municipal.

O rebentar da II Guerra Mundial e a construção do molhe de abrigo nos anos 40, melhoraram claramente a vida da comunidade. Para as armações e fábricas de conserva que sobreviveram, este período foi de florescimento efémero, graças aos pedidos de conservas de sardinha que eram exportadas para as nações beligerantes, cujos exércitos careciam de comida pré-preparada. A venda era feita tanto aos países do “eixo” (Alemanha e Itália), como aos aliados franco-britânicos (Cruz, 1966).

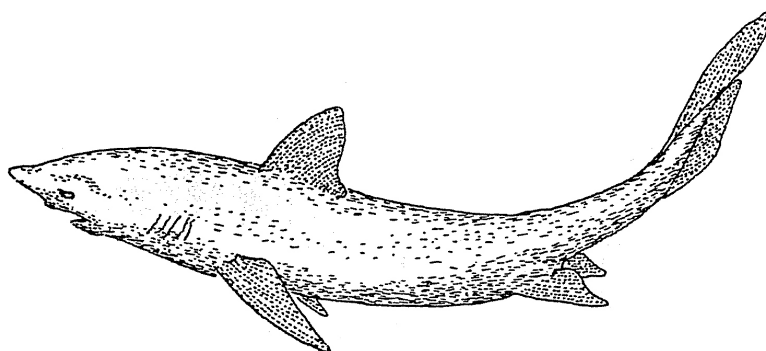
Mas o molhe de abrigo veio favorecer sobretudo os pescadores do alto, que deixaram a partir de então de temer os temporais de Inverno. Até aí, ultrapassar a linha de rebentação durante o “levante”, constituía um perigo para as pequenas embarcações, que tinham de ficar varadas em terra por largos períodos, ou então navegar para Cascais, aí permanecendo até à Primavera seguinte, dado que nesta póvoa a barra era mais fácil de atravessar. Ali existiu mesmo, desde o século XVIII,

⁴⁶ Sobre alguns aspectos do trabalho nas armações, quem a praticava, como trabalho era pago, ver: Cruz, 1966; Monteiro, 1973; Baldaque da Silva, 1891. Descrições da estrutura e funções da armação podem ser recolhidas em: Cruz, 1966; Silva, 1968.





um pequeno bairro de pescadores ainda usado nos anos trinta do séc. XX, que aí iam viver durante dois a quatro meses no Inverno, em casebres de madeira e estuque, situadas no terreno traseiro do actual Hotel Baía. As mulheres dos pescadores atravessavam a Península de Setúbal e juntavam-se aos maridos e pais por terra e pelo rio Tejo. Este núcleo de casas era conhecido em Cascais pelo “Bairro dos Sesimbrões” (Monteiro, 1953, 1962).





VIDA NO MAR

A bordo, o pescador exerce a sua função. É no mar que ele trabalha. Despendendo grande esforço físico, durante longos períodos,⁴⁷ sob vários tipos de tempo, ao frio, chuva, sol, com mar calmo, agitado, etc., só numa barca pequena ou integrado numa companhia, num trabalho de grupo que exige eficiência, atenção, rapidez de movimentos, constante repetição de gestos.

Uma companhia é constituída integralmente por homens que se conhecem desde sempre, que agem em comum e que assim se espera que pensem. O trabalho, nas condições em que é realizado, implica mais que “trabalho”. Um terço ou mais da sua vida, o pescador passa-a no mar. Alterna a sua existência quotidiana entre este e a terra. Aqui e lá submete-se a orgânicas que têm exigências próprias, regras de conduta específicas, formas de relacionamento particulares, e ritmos de vida que não coincidem. Dentro de certos limites, poder-se-ia falar de vidas paralelas, de dois tempos totalmente diferenciados, opostos. Em terra e no mar tudo é diverso e tudo é sentido diversamente: a paisagem, o horizonte e o tempo.⁴⁸

O que estas vidas sociais exigem, e o que evidenciam, é um conjunto de normas aceites da existência individual em relação num grupo – na comunidade, na companhia e entre companhia. É importante lembrar que mais do que o exercício de uma profissão, a pesca constitui o objecto material de uma vida social no mar – em semelhança e oposição à de terra, instituída, assimetria, “codificada”.

⁴⁷ Um pescador da “malha” trabalha em média doze horas diárias no mar, um pescador da traineira nove a onze horas, e o do “anzol” dez horas na costa e dezoito na pesca longínqua, sem contar com o tempo de navegação. Com mau tempo não se trabalha menos mas sim mais lentamente.

⁴⁸ Prever o tempo no mar e em terra equivale à utilização de dois códigos, grelhas de sinais distintos. As cores e os tons que se percebem próximo do sol que se põe, o movimento das nuvens, implicam diferentes estados do tempo atmosférico.

Prever o tempo em terra é sentido como mais aleatório e difícil – para um pescador, naturalmente (um agricultor diria o contrário). Na baía, no fundo do vale, onde o sol nasce e se põe entre montes, onde as águas são acalmadas pelo litoral, o pescador perde os seus referentes (passa a usar outros: um “falso” pôr do sol, um vento alterado localmente, etc. (ou o boletim meteorológico da televisão em que não confia). O conjunto dos sinais expressos pela variação dos factores mar, vento, sol, permitem-lhe, a bordo, a elaboração racional de um juízo sobre as condições atmosféricas e marítimas num futuro próximo. A relação que apreende indica-lhe se o tempo (ou a “temperatura”) “se fica” (se mantém), se “cai” (piora) se “morre” (melhora). Este juízo implica a existência de um conhecimento “prático”, transmitido à priori, e um conjunto de crenças que ultrapassam a necessidade de comprovação. Por exemplo: “o levante traz temporal”; “a névoa anuncia o Inverno”; “a lua nova traz correnteia dos fundos”; “a lua é malandra no quarto crescente”, etc.

Para quem joga constantemente com estes dados climáticos a previsão é quase automática, “é sentida”. Um relance pela linha do horizonte, o vento na cara, o balanço do barco, a visão da água “branca”, “lusa”, ou “negra”, revelam quase imediatamente a informação que se busca.





Em Sesimbra, “toda a gente tem o direito a ir ao mar, toda a gente tem direito à vida. Vai quem aparece, desde que seja marítimo” (Brandão, 1980). Mas não é quem quer que é “marítimo”. Esse estatuto, o estatuto de pescador, de camarada ou de arrais, exige um número de aptidões “naturais” (ou seja, “culturais”, com as aspas devidas): aquilo a que se chama a “inclinação”. A pesca em Sesimbra é feita entre homens de Sesimbra que são definidos valorativamente segundo as suas qualidades de trabalho e de convivência, que aprenderam desde muito novos o ofício da pesca e os “segredos do mar”, a serem responsáveis perante o grupo, a respeitarem outras leis – as leis do mar, que postulam a obrigação de não ultrapassar os limites impostos por essa força natural (e simbolizada) nem sempre previsível, de não correr riscos gratuitos.⁴⁹

Aprendem a cumprir a regra de entreajuda no barco e entre barcos.⁵⁰ A força desta regra é tal que não permite o mínimo desvio. Um pescador que abandone outro, no mar, uma vez que seja, terá para toda a vida sobre si a reprovação dos companheiros, a apreciação do seu carácter estará moldada, será um “mau pescador”. Em casos extremos, dificilmente encontrará trabalho e amizade na comunidade.

Pescadores

Muitos pescadores têm a consciência de que o trabalho no mar exige, a par de um estado de alerta permanente em relação a todas as tarefas em que a pesca se desdobra (desde a “largada”, ao “alar”, à navegação, aos “quartos de vigia”, etc.), um automatismo de gestos e comportamentos. Crêem que o mar os “embrutece”.

Todos sabem que a vida a bordo origina formas de relacionamento e comportamento especiais, e que no mar se altera ou evidencia o temperamento de cada um. Constata-se que um indivíduo extremamente sociável em terra (“uma jóia de rapaz”) pode tornar-se intratável no mar. Um indivíduo calmo, exaltar-se facilmente. Uma pessoa calada, falar “com a sardinha na boca” (falar em demasia). Um apaziguador, tornar-se conflituoso, etc.. E o contrário é também verdadeiro.

Esta modificação não é uma norma, mas é um facto empiricamente verificável. Quer dizer, a pesca, em grupos pequenos, isolados no mar alto, longe de terra, das regras da comunidade, impõe normas de comportamento e de relacionamento

⁴⁹ Diz-se: “o mar traz a fartura, traz a miséria e a sepultura”.

⁵⁰ Entreajuda neste caso não se refere ao auxílio na pesca. Em Sesimbra a competição é tão marcada entre os barcos que praticam a mesma “arte”, que cai fora, em minha opinião, do quadro estreito da concorrência económica. Implica um sistema de relações regradas autónomo; “No mar não há amigos”. Mas a competição restringe-se à pesca: “Zangas do mar não chegam a terra”. Mas entreajuda é outra coisa: “nós guardamos respeito uns dos outros”. A ajuda ao próximo, no mar, é uma “letra” sobre o próprio futuro.





entre os camaradas que filtram e tipificam (para cada um e perante todos) temperamentos que mergulham num fundo comum aceite – esses temperamentos acabam por servir de pistas para que se possa determinar se X é “bom” ou “mau” camarada.⁵¹

O que determina o “tipo de homem que é”, é no fundo o que faz funcionar a companhia, pelo modo de reagir à imposição de trabalho de grupo, definido pelas funções rotativas; como acata ordens e obedece aos superiores hierárquicos⁵² – Ao arrais, aos mais velhos, etc. –; como suporta o esforço físico, o mau tempo e as adversidades; e sobretudo como os camaradas interpretam a sua conduta, ao longo de uma convivência constante, durante décadas (sendo cruciais os primeiros anos).

Assim, o temperamento de cada pescador é valorado positiva ou negativamente – e isso paralelamente ao modo como é considerado em terra. Este é um dos factores que, conjugado com a personalidade, saber e sorte do arrais, com a conduta da companhia perante outros barcos, com a quantidade e qualidade do pescado apresentado na lota, com a coesão do grupo, categoriza como “boa” ou “má” uma companhia.

As consequências são importantes: Uma “má” companhia vende pior o seu peixe – porque os compradores sabem de onde vem o peixe que compram, de que barco; é pouco estável – os pescadores não permanecem muito tempo num barco “mau”; dificilmente pode ascender a ser uma “boa” companhia – que reúne os melhores pescadores sob as ordens dos melhores arraises, que vende o peixe facilmente e que em terra é bem considerada.

A partir do momento em que “maus” pescadores estão em maioria num barco, em terra nas conversas de café, na Sociedade, entre amigos, parentes, etc., desencadeia-se um processo de valorização negativa da companhia. É sempre um assunto “quente”.

Tudo isto se inscreve num processo de codificação que respeita ao estatuto profissional da pesca. Para além disso, em terra, os pescadores de uma “má” companhia não são vistos como tal, socialmente não suscitam reacções emocionais ou éticas. Mas um “bom” pescador, uma “boa” companhia, estão nas melhores condições para ascender ou manter um lugar de proeminência na vida social de

⁵¹ Se um pescador foge a esse fundo comum aceitável de “modos de ser”, se é “manhoso” com os camaradas da companhia, se é vigarista, se “não presta para o mar”, então é como “os do campo”; ninguém o querará no seu barco, não é pescador – na maior parte das vezes, nunca o chega a ser. Fica em terra.

⁵² Que em terra são familiares, amigos ou vizinhos.





Sesimbra. Por curiosidade, note-se que de tal proeminência não resulta geralmente uma entrada na “política”, ou seja, um ganho de influência junto dos órgãos de autoridade e das mecânicas de poder dos partidos políticos.

Companhas

Uma companhia de pesca deve ser coesa. No mar, um elemento perturbador, um companheiro que não obedeça às directivas do arrais, que ponha em causa o sistema de divisão de trabalho, está sempre próximo de arruinar a “turina”. Um cabo que não seja puxado, por desatenção, pode provocar vários danos no aparelho, demoras que desequilibram o ritmo da faina; um atraso a chegar a terra significa peixe vendido por baixo preço ou, no mar, a perda das limitadas horas de descanso. Se a causa da desatenção, do atraso é uma desavença, se a culpa pode ser imputada a alguém sobre quem os outros pescadores e o arrais estavam já de sobreaviso, esse alguém é imediatamente desconsiderado. Se reitera um comportamento criticável, começa a ser marginalizado pela companhia. Não lhe falam, não o ouvem, as conversas param quando ele se aproxima. Sem nunca o criticarem abertamente, sem justificarem o seu silêncio, a sua reacção, tornam explícito, pelo mutismo, que ele é a causa do mal-estar a bordo. É muito raro um arrais despedir um camarada por insubordinação. Se ele modifica o seu comportamento, a marginalização é temporária. Não dura mais que duas ou três viagens. Se não, é ele próprio que abandona a companhia e tenta matricular-se noutra barca. Assisti uma vez a um caso deste género. O “motorista” insultava todos os pescadores e perturbava o trabalho do grupo. Ninguém lhe falava senão para se lhe opor (costumavam repetir: “quem não sabe falar, não sabe estar calado”. Diziam mal dele: “não é boa peça, o que para ali vai”. No entanto, mantinha-se a bordo de um dos melhores barcos de pesca do “anzol” porque era cunhado do arrais (irmão da sua mulher) – este era o motivo porque a marginalização não era demasiado ostensiva. E ele valia-se do seu parentesco, do seu estatuto, como justificação do seu comportamento.

Para além do trabalho, existem regras de convivência. Os atritos entre pescadores são minimizados pelo resto da companhia que intervém sempre, caricaturando a situação – isto é, exagerando a sua importância de tal modo que a discussão é catalizada numa série de jocosidades que não afectam ninguém em particular, até que os que a iniciaram se dêem conta de que o motivo do atrito era ridículo. Isto não obstante estarem sempre a surgir pequenas discussões em que jorram insultos obscenos, tendo os pescadores consciência que estas são inconsequentes – “é só para matar o tempo”. Se, porém, algum se ofende é então que os outros intervêm. Em último caso, a palavra do arrais é conclusiva e os ressentimentos tendem a apagar-se.





A coesão começa por ser um adjectivo valorativo, a constatação da estabilidade e da “agilidade” conjugadas na companhia (fig. 12); mas é também uma relação afectiva. Uma companhia está unida por laços de amizade que ultrapassam o tempo da faina. Fazem almoços e pequenas festas juntos, participam geralmente nas cerimónias e comemorações de cada um, em terra (vão ao casamento, aos baptismos dos filhos, comemoram os aniversários de cada um), vão a Lisboa em grupos (“às putas e ao vinho verde”). A bordo devem ser “todos irmãos”, uma “família”, onde as razões políticas raramente penetram.

Perante outras companhias, em terra, existem regras que obedecem ao código geral da “competição”. Pode-se falar do muito que se pescou, do pouco que os outros pescaram, mas evita-se dizer em que mares se pescou (enquanto se tenta saber em que mares os outros pescaram). Se o arrais de outro barco (mas da mesma “arte”, porque “artes” diferentes não se “empacham”) descobre o pesqueiro, normalmente escondido, irá lá, e tentará pôr os seus aparelhos “empachando” os do barco que ali pescava. Por isso, quando se fala da “pesca”, no café, evita-se falar da pesca propriamente dita. Contam-se situações cómicas ocorridas a bordo, descrevem-se peixes raros que foram apanhados pelo aparelho, comenta-se acerca do tempo e dos companheiros.

No mar, as relações com outros barcos são sobretudo mantidas por intermédio dos arrais. Até certo ponto, a companhia colabora com ele tentando avistar os outras num determinado pesqueiro e observar os seus movimentos para que ele possa saber algo acerca “do que aquele mar está a dar”. Se um arrais tenta “empachar” outro, a companhia colabora geralmente (citam-se frequentemente os casos em que os aparelhos de dois barcos estão entrelaçados – cada companhia tentando deitar mão do peixe da outra).

Os laços no mar com barcos de outros portos são cimentados pelo arrais. Mas os pescadores também se conhecem – comunicando geralmente aos gritos, de um barco para outro, ridicularizando-se mutuamente. Estas relações que nascem no mar e aí são mantidas, são a garantia de um auxílio quando a altura vier. Em relação a barcos de nacionalidades diferentes, não existem sentimentos de rivalidade, não há concorrência (já que a pesca artesanal não tem meios para competir com os navios-fábrica estrangeiros).

O peixe pescado pela arte do anzol é geralmente tido como de melhor qualidade que o das outras artes. No alto, a “pulga” não ataca o peixe morto. Nunca vem “partido” (a rede “parte” o peixe que nela se envolve), e o peixe “trincado” (pelo roaz – um cetáceo – ou pelo lobo, pelo peixe-lixo e pela quelha – todos da família dos esqualos) é deitado fora ou doado para o hospital e para as obras de caridade.





Fig. 12: Largada “de avião”.



Ainda assim, um peixe- espada, uma pescada ou um charréu de uma “boa” companhia não é arrematado na lota pelo mesmo preço que é o pescado por uma companhia pouco reputada. Pelo aspecto, os compradores (negociantes de peixe) avaliam imediatamente o seu valor. Se um peixe de uma companhia menos eficiente aparece a ser vendido, é imediatamente considerada a hipótese de ele estar “cambado” ou “descaído”. A sua qualidade deve-se ao cuidado que é posto pelos pescadores ao tratarem dele logo que é pescado. Se não é estripado (as espécies de melhor qualidade são as que se deterioram mais rapidamente) e metido no gelo, se não é lavado e abrigado do sol, é arrematado como peixe de segunda qualidade (isto apesar de ser depois vendido, pelo negociante, pelo mesmo preço que o de primeira, ao consumidor, que raramente o come fresco). Para que o peixe mantenha a qualidade, o trabalho do “ensaieiro” e dos “geladores”, tal como a colaboração dos “moços”, deve ser eficiente.

Uma companhia “boa” é uma companhia de bons profissionais. Ou, como costumam dizer, “tem agilidade”. O arrais sabe fazer bons “lances” e a companhia deve trabalhar de tal forma que o peixe fique um mínimo de tempo sobre o “bailéu” (o convés), desde que é colhido, “safo” (retirado dos anzóis), “ensaiado” (estripado); importa também que seja rapidamente colocado no “frigorífico” (porão).

Em terra, também os que aí trabalham têm responsabilidade na pesca – quando a companhia de mar chega a terra, os novos aparelhos devem já estar “desemachuchados e “armados”, os anzóis “empatados” e iscados nas selhas. A (re) construção do aparelho pode aumentar ou diminuir os gastos e o lucro. A tarefa de “armar” o aparelho (ligar as várias partes deve ser rápida, mas “ágil”. Os nós devem ser fortes, os anzóis devem ser bem “empatados”, os iscos bem presos, as “talas” “acamadas” correctamente, em espiral, nas selhas.

Assimetrias

É dito que “em terra os homens são todos iguais”. No mar, esse é um “dito maldito”. Aí, os homens são todos diferentes. Eticamente, como estatutariamente, é imposta sobre o pescador uma grelha de relações assimétricas.

Raul Brandão frisou, e com ele muitos dos que escreveram sobre os pescadores da “piscosa Sesimbra”,⁵³ o carácter, o “instinto comunista desta gente” (Brandão, 1980). Referia-se à divisão das partes do pescado, à ajuda às viúvas dos companheiros mortos no mar, à execução em grupo do trabalho. Como é sabido, em muitas póvoas marítimas – do Norte em particular, mas no Algarve também – os pescadores trabalham num barco, são comandados por um mestre, mas pescam

⁵³ Assim apelidada por Luís de Camões, nos *Lusíadas* (Canto IIIº, Est. 65).





para si. O peixe colhido por cada um é marcado, o trabalho é por vezes individual (como na Fuzeta e Vila Real de Santo António, em que a lancha lança os aparelhos de todos os pescadores, mas o alar é feito dentro de botes individuais).

A recorrente maioria comunista na Câmara Municipal e o voto nas eleições nacionais parece corroborar essa “vontade de igualdade” entre os homens do mar. Mas todo o sistema de trabalho social, subjacente à estrutura social da comunidade, nega esta ideologia – quer dizer, impõe-lhe outra, que se revela através de uma estrutura de valores morais e profissionais influenciada pelo sistema de grupos de idade no mar.

Diziam-me uma vez “tal como se nasce mandador [quer dizer, há que ter “inclinação” para arrais], aprende-se para pescador”. Aprende-se a trabalhar no mar, mas aprende-se muito mais: aprende-se a viver no mar, a “respeitá-lo” e a respeitar as leis dos marítimos. Um moço deve obedecer aos camaradas sem ripostar, aceitar que enquanto o for deve ser mandado por todos, e saber que o mínimo deslize, o mínimo erro, o torna objecto de ridículo, de humilhação. Se um pescador deve cumprir as ordens do arrais, os “camaradas” mais velhos, mais experientes, devem ser respeitados e o seu estatuto permite-lhes mesmo, mas só a eles, discordarem das decisões do arrais (mas não em relação à escolha dos locais de pesca ou do tempo que se fica a pescar em determinado local).⁵⁴

Ainda hoje, um “largador” ou um “homem do bote” (não são todos os pescadores que podem ou querem sê-lo) têm um estatuto mais elevado que os outros. Mas foi no tempo da navegação à vela e a remos que as diferenças eram mais claramente marcadas. Desde o momento em que as funções dos camaradas passaram a ser rotativas numa base diária foi eliminada a possibilidade de especialização e com isso se diluíram os mecanismos hierárquicos que essa especialização supunha. Ainda que ganhando o mesmo,⁵⁵ era certo que o “ensaieiro” ou o “largador” tinham

⁵⁴ No entanto, é certo que nos primeiros tempos da pesca no Garrincho e depois nos Açores e Norte de África, alguns arrais tiveram problemas com as companhas (“não tinham mão na gente”). Habitados a jantar em casa, a vir a terra todos os dias, os pescadores ressentiram-se das dificuldades das novas condições. Não queriam ir ao mar com “temporais defeitos”, tentavam reduzir o tempo de estadia no mar, as horas de trabalho, o cansaço e a falta de condições higiénicas eram mal suportados; note-se que ainda hoje apenas alguns dos barcos de trinta metros têm acomodações razoáveis, e nem todos têm duches e latrinas. Geralmente, come-se na cozinha aberta ou, se o tempo e o mar permitem, no “bailéu”. Os beliches têm dimensões reduzidas, sem arejamento – junto à casa das máquinas ou à proa, junto aos porões do peixe.

⁵⁵ Em princípio, as “alcavalas” que hoje são distribuídas equitativamente, eram entregues pelo arrais de formas diferentes, segundo as funções dos pescadores – e só alguns as recebiam. Os quinhões, também divididos, eram entregues por ordem, segundo as funções dos membros da companhia.





um estatuto superior ao “remador dos meios” (que se sentava no banco central).⁵⁶ Também o cão da companhia era, segundo se diz, tratado como um camarada, e tratado melhor que um moço. E, finalmente, um arrais de um barco grande (saveira, batel, barca) era mais respeitado que o de um barco pequeno (lança, bateira), não porque trazia mais peixe, mas porque comandava uma companhia maior, com mais homens.

Entre os camaradas, ser-se bom, médio ou mau pescador é também importante. Se entram nesta categorização factores de temperamento e comportamento pessoais e ela afecta o relacionamento social, a um nível formal – relativo simplesmente à definição hierárquica – esses termos opõem-se por si. Independentemente das razões que fazem do camarada bom ou mau ou médio, e das consequências que tal estatuto possa ter na vida social no mar e em terra, é importante que ele esteja assim definido perante a companhia.

Uma companhia estruturada em termos hierárquicos é o fundo comum e necessário ao funcionamento do sistema de pesca revelado em Sesimbra.

Arraises

Os arraises, por seu lado, participam a dois níveis no código do mar. São membros, enquanto mestres, das suas companhias dentro dos barcos, mas também elementos de uma teia alargada de relações que, através deles e entre si, especialmente, se tecem no mar.

Os termos em que a categorização dos arraises é definida, constituem um conjunto de condições arbitrárias e de acções e conhecimentos estabelecidos (a “sorte”, o “saber”, a idade, as qualidades morais, as “manhas” a que recorrem). Uma vez elaborado um juízo sobre o arrais, ele abrange a companhia, o barco e a safra do peixe pescado.

O estatuto de um arrais, estabelecido a partir da confrontação com os outros arraises, é um elemento importante na materialização do sistema. Dele depende a composição das companhias, a venda do peixe, a própria dinâmica da pesca. Se é difícil ser e permanecer um bom arrais, já descer de estatuto é mais fácil: um mau arrais pode sê-lo temporariamente. Dado que os elementos que o podem distinguir como tal são independentes entre si, porque pertencem a ordens diferentes, a formalização do seu estatuto é muito aleatória e varia nas interpretações dos

⁵⁶ Os moços, que não remavam, iam à proa, na “caverna”, perto da gambiarra, para a manter acesa.





pescadores. Existem bons arraises sem sorte, bons arraises com grandes defeitos pessoais e existem maus arraises manhosos, que pescam bastante. Mesmo a idade é um valor contraditório, não um dado seguro nessa formalização.⁵⁷

Dos atributos de um arrais de pesca ressalta um aspecto: a “inclinação natural” (fig. 13). Como se chega a ser arrais, como se demonstra capacidade de aprendizagem, sensibilidade e intuição para perceber os fenómenos naturais e o “espírito da companhia”, inteligência, é um processo que acompanha a vida social a bordo e também em terra. Normalmente, o candidato é parente próximo de um arrais. As relações familiares importam bastante sobre a escolha, a transmissão do cargo e do barco. Se o filho mais velho de um arrais demonstra interesse e aptidões será o primeiro em que se pensa para lhe suceder, mas pode também ser outro filho ou um sobrinho (a preferência vai para o lado materno), ou um genro – mais dificilmente será um irmão.

As relações entre irmãos são consideradas tensas em Sesimbra, por problemas ou de sucessão (entre os filhos de mestres proprietários) ou de competição no mar. Os atritos entre irmãos na mesma companhia são os mais frequentes. As histórias de zangas no mar têm irmãos como personagens centrais preferidas.⁵⁸

Se o irmão não foi já arrais, é raro que o seja por proposta do irmão (“burro velho não aprende línguas”). Certa vez, alguma “gente de terra” veio pedir informações a um arrais sobre um irmão com quem ele se tinha zangado em novo, e a quem

⁵⁷ O maior barco de pesca de Sesimbra, no início dos anos oitenta, tinha trinta e oito metros de comprimento. Era um antigo arrastão pertença uma cooperativa de pescadores, comandado por um arrais bastante novo, com trinta anos. Apesar de o barco não ganhar quase para o pagamento da sua dívida de compra, e apesar de fazer pescarias muito irregulares, os pescadores de Sesimbra (sobretudo os mais jovens) tendiam a avaliar positivamente o seu arrais: não era um “duro”, cativava afectivamente a sua companhia, permitia o contrabando nas Ilhas Canárias, e para mais não era um “velho”. Neste caso, a pouca idade agia no sentido inverso do habitual. Na medida em que traz conhecimento e experiência no mar e com os homens, a idade deveria ser um excelente definidor de estatuto, mas não o é obrigatoriamente – dois dos “grandes arraises” de Sesimbra, na altura em que este estudo foi realizado, tinham menos de cinquenta anos. Estes eram então os “novos arraises”. Os “velhos arraises” – os do antigamente, dos tempos da navegação à vela, anteriores ao uso generalizado da sonda eléctrica e à protecção do molhe de abrigo –, homens que permanecem ainda na memória da comunidade, já não exerciam, embora alguns ainda estivessem vivos ao tempo da realização deste estudo.

⁵⁸ Um arrais com quem contactei algumas vezes durante o estudo tinha uma barca das redes de emalhar, e era pai de dois filhos. O mais velho pescava temporariamente numa “cooperativa do anzol” e o mais novo trabalhava com o pai. Pareceu-me no princípio que as relações entre o pai e o filho mais velho não eram boas. O mais novo, de quinze anos, tinha, por sua vez, um notável ascendente sobre o pai. Quando lhe perguntei por que razão o filho mais velho não trabalhava na barca das redes, o arrais respondeu por evasivas. Alguns meses mais tarde, soube por um pescador amigo do irmão mais velho a razão. É que os irmãos andavam zangados (“a empacharem-se um ao outro”), porque eram “iguais um do outro” (tinham o mesmo temperamento). O mais velho largou a companhia do pai porque este se recusou a deixar o mais novo em terra.



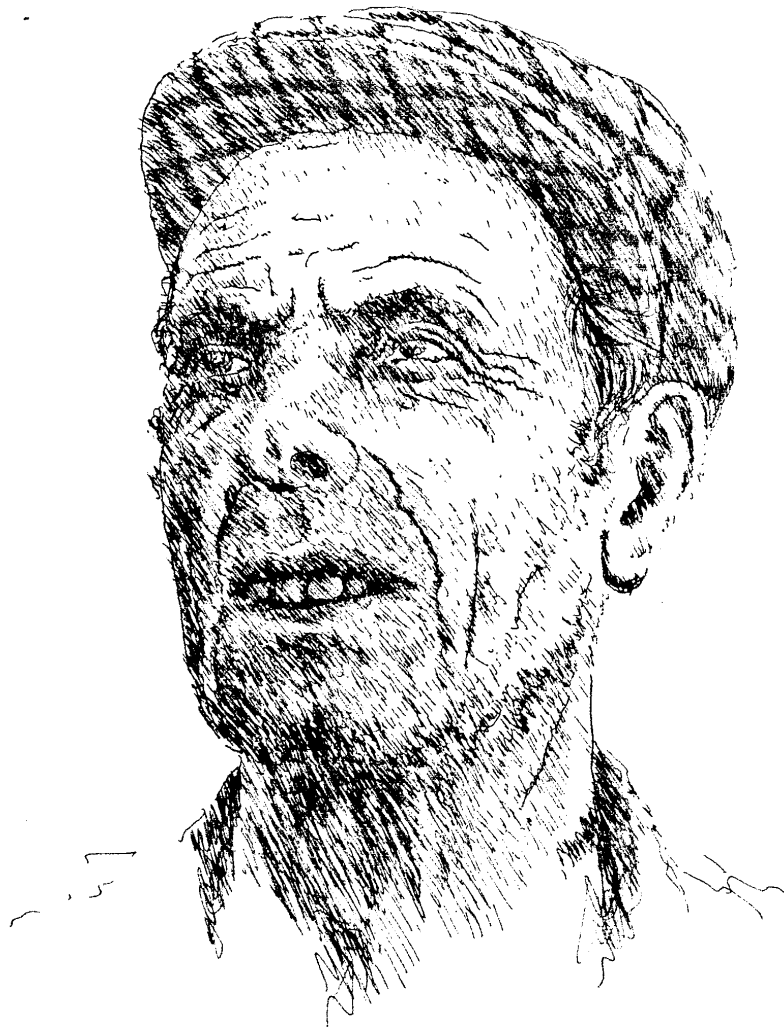


Fig. 13: O Arrais Alberto Pitorra.





pensavam oferecer o comando de uma barca do alto. O arrais deu-lhes informações negativas.⁵⁹ Um outro arrais, quando deixou de ir ao mar, vendeu o barco por uma ninharia para que o irmão não ficasse com ela. Neste caso o irmão era também arrais, mas de um barco de outro proprietário.

Embora os laços familiares tenham muita importância no interesse que o indivíduo possa vir a mostrar, e na possibilidade de conseguir o comando de um barco, isso não basta para que os pescadores o considerem arrais. O período em que é “moço a merecer” e o subsequente período como camarada, são cruciais para que os outros definam e avaliem as suas qualidades como trabalhador e companheiro. Se preferir dormir a aprender a conduzir o barco, a conhecer a orientação e forma dos fundos marítimos, a conseguir que o arrais lhe faculte os seus conselhos e conhecimentos⁶⁰, este nunca anotará a sua presença, os companheiros não o avaliarão como possível futuro arrais, e ninguém pensará impô-lo como tal. Se permite que o ridicularizem, e se responde com maus modos (o que provoca o redobrar dos chistes), “ninguém lhe toma respeito”. Passa a ser visto como um “pau mandado”.

Nos primeiros tempos em que é arrais, deve evidenciar poder de decisão, claramente demonstrado, e não cometer erros em relação aos locais onde “deita” o aparelho de pesca. Basta que a mão lhe “trema ao leme” (quer dizer, que não consiga manter uma trajectória recta para o pesqueiro, que tenha de corrigir frequentemente o rumo), que “deite” os aparelhos nos “parcéis” (zonas de pedra) e nos “sopéus” (depressões cavadas nos fundos) e assim perca os aparelhos e a peixe, que comece a vir o “aparelho perdido” (quer dizer, ainda com o isco – sinal de que não há peixe no local em que lançou o aparelho), e logo terá de suportar a censura em terra – porque tudo se sabe entre os pescadores; todos os episódios

⁵⁹ Ainda assim o contrataram. Dois anos depois, ele demitiu-se e a barca foi vendida porque não tinha dado o lucro mínimo para viabilizar o investimento.

⁶⁰ A regra é que tente aprender sem passar por ignorante, jogar com os dados que possui e aprofundá-los. Numa ocasião, assisti a uma conversa reveladora entre um arrais e o seu futuro genro (e possível futuro arrais), que ainda era moço, enquanto o barco se dirigia para um pesqueiro: o moço perguntava onde se iam lançar os aparelhos. “Na borda do meio do Mar Novo”, respondeu o outro. Depois, um silêncio. “Então vamos muito a sul!”, retorquiu. “Não vamos nada. Vai no rumo certo... A estrela está a cair em cima do enfiamento do farol” (do Cabo Espichel), explicou o arrais. “Então estamos lá daqui a 20 minutos!...”, comentou o moço. “Não, dez”, disse o arrais. E calaram-se. No dia seguinte, o futuro genro confessou-me que nunca tinha sabido bem como se chegava àquele mar pela Estrela Polar (Ou seja, não sabia qual o enfiamento exacto): “Há sempre a agulha (bússola) mas a estrela é mais certa” (referia-se aos desvios do norte magnético, provocado pelos objectos metálicos da ponte do leme). Ficou também a saber o tempo e a distância exacta da viagem para a borda do meio do Mar Novo, e sem passar por ignorante aos olhos do arrais.





burlescos, todos os erros, os problemas de bordo são alvo de cuidadosa “má língua” nos cafés, na Sociedade, no intervalo do cinema, nas conversas na muralha, nas “lojas”, etc..

Um dos arraises que mais pesca em Sesimbra e cuja companhia de pesca era, ao tempo deste estudo, das mais prezadas,⁶¹ começou por ter uma companhia onde se matricularam “todos os bêbados de Sesimbra” (porque era novo, porque tinha de aceitar quem viesse). Uma noite, em mares do enfiamento do Bugio, não conseguiu chegar ao pesqueiro: tinha-se desviado da rota por engano e passou a norte. Como o sol estava quase a nascer, lançou os aparelhos no local que ninguém já utilizava (era dado como estéril). Ao “alar” verificou que os anzóis vinham repletos de chernes. “Depois, caiu-me em cima o Rossio e a Trindade”; é que, ao regressarem a terra, alguns pescadores cometeram o erro imperdoável de dizer, na taberna, onde tinham estado. A notícia espalhou-se rapidamente e vários dos barcos da arte do anzol de Sesimbra passaram a ir pescar para lá. O efeito resultante foi um acréscimo imediato de popularidade do jovem arrais.

Falas de mar

“Vozes [ou razões] de mar não chegam a terra”. Ou seja, os conflitos no mar entre pescadores não se projectam na vida social da vila. E os pesqueiros das companhias, ou mais exactamente, os pontos desses pesqueiros onde os aparelhos e as redes, são lançados⁶² são raramente comentados entre pescadores de diferentes companhias.

Mas existe um leque variado de assuntos de conversa, sobre episódios no mar, sobre as condições climáticas, os problemas com aparelhos, etc.. São transmitidas informações sobre pescadores e arraises por vias informais. Também o que se não diz é susceptível de ser analisado. As conversas acerca de terceiros ausentes baseiam-se em interpretações do que é dito, em leituras de entrelinhas – porque a “má língua” não é o único objecto dessas conversas, apesar de ser o seu mais explícito suporte. É assim tecida uma teia de elações sobre o valor dos pescadores. Mesmo os “descuidos” de alguém sobre os locais onde pesca são apenas meias-palavras sobre as quais se especula. Um rasto de informações adicionais, feito através de conversas várias vem confirmar ou infirmar essas interpretações. Fala-se sem se

⁶¹ Isto é, fazia então viagens semanais que lhe rendiam em média 7.500 a 10.000 euros (1.500 a 2.000 contos) com uma companhia de quarenta homens (dezanove no mar e vinte e um em terra).

⁶² Hoje é relativamente fácil saber para onde se dirigem os barcos: As luzes de presença de bordo são obrigatórias e codificadas de acordo com regras internacionais impostas pela Direcção Geral da Marinha Mercante e de Pesca (sinais de navegação, de fundação, de pesca, etc); e existem radares de bordo com ecrã de sombras, aparelhos de localização por sinais de rádio em onda média e curta, etc.





ter a certeza da verdade do objecto da conversa, mas o juízo final acaba por ser rigoroso e correcto. Se um pescador diz a outro que um outro barco pescava perto do seu para norte ou sul, a outro ainda o que se pescou, ao fim de um certo tempo essas informações acabam por ser coligidas e chegar-se-á a conhecer o mar onde pesca. Se o seu barco faz bons “lances” regularmente, a curiosidade aumenta. Os pescadores acabam por informar os seus arraises e, se estes têm feito más pescarias, vão experimentar o mar de que se fala; ou então seguem o outro barco até ao pesqueiro.

Os circuitos de comunicação, em terra, atingem uma amplitude e uma dinâmica enorme na vida social da comunidade. A participação das mulheres é feita de um modo diferente (vide mais a frente), mas igualmente actuante.

No mar, a comunicação entre barcos é mantida pelos arraises, nomeadamente nos intervalos das suas funções – enquanto, sobretudo, o aparelho está a ser colhido, e a sua atenção para as manobras do barco não é tão necessária. Através dos aparelhos transmissores-receptores, fala-se de tudo com os arraises dos barcos que pescam por perto. Histórias antigas do mar são repetidas vezes sem conta, problemas financeiros são discutidos, comentários sobre acontecimentos em terra são apreciados, entre os arraises de dois, ou três, ou quatro barcos, simultaneamente. Também nestes momentos a curiosidade e a atenção à pesca de cada um constituem o pano de fundo das conversas.

Os inícios de comunicação são longas saudações repetitivas e inquirições subtis sobre a pesca de cada um. O hábito exige que se responda com evasivas.⁶³ Fala-se de terceiros, especula-se sobre o que se pescou, fala-se da sorte e do valor de

⁶³ – “Estou, estou! Aqui António, do “Salve-me Deus” (o nome do barco), aqui António... Quem anda aí?... Mané Zé, aqui António do “Salve-me Deus”, escuto.”

- Aqui Mané Zé do “Mar de Prata”. Aqui eu... Então António, fique com a graça de Deus, aqui Mané Zé... esteja bem António... escuto.”

- “Aqui António... A paz para si... disse, a paz para si... Aqui está marzinho... Está marzinho. Ando a perder os aparelhos... Está marzinho! A sua Maria e filhos estão regalados?”

- “...Com a graça de Deus estão... estão bem, sim... está marzinho, António, aqui também está correntia... isto não está a dar como deu... isto não está a dar... o peixe rende p’raí? Escuto.”

- “Isso é que é preciso... é preciso é que a Maria esteja bem... Está mar, está... isto é uma miséria, é uma miséria... o aparelho vai perdido... isto não dá nada...um ensaiozinho de peixe espada...um cherne magrinho... isto não vai bem! Escuto.”

- “Aqui Mané Zé... Eu quero é que isso venha pelas melhores... isso vai para melhor, digo eu!... o mal vai para aqui... isto está marzinho... ontem tive de tirar peixe do porão para comer... o peixe não dá para comer!... Eh! António... os homens têm o aparelho fiche no fundo... volto a ligar. Terminado.”

- “Aqui António... vai ver que ainda vai matar muito peixe... ainda mata peixe hoje... o aparelho bem cheio... há-de vir, Mané Zé... isto aqui é que não dá para nada... o peixe não paga o isco... vá com Deus. Terminado.”





cada um. No alto, a comunicação serve também para se poder marcar o rumo do barco e a posição relativa deste ou doutro através dos transmissores-receptores, por triangulação.⁶⁴

Enquanto os pedidos de auxílio urgente, os SOS, são lançados para quem esteja nas redondezas, não diferenciando entre pescadores de Sesimbra e de outros portos, outros pedidos são preferentemente lançados para barcos de Sesimbra. Quando o motor se avaria e o barco deve ser rebocado; quando o guincho da retenida se encrava e são necessárias peças ou ferramentas para o arranjar; quando um pescador está doente e a faina não acabou (outro barco o levará para terra se vai partir do pesqueiro), é aos conterrâneos que se recorre. Mas pedidos de ajuda menos importantes, como a compra ou dádiva de apetrechos de pesca, pequenos negócios, são feitos normalmente entre barcos de portos diferentes.

Um pescador de Sesimbra hesita em fornecer peões ou bóias ou cabos a outros do mesmo porto; o auxílio que contribua para que os outros pesquem mais e o medo de se estar a ser enganado são razões frequentemente citadas para esse comportamento. Por outro lado, a confiança na honestidade de um pescador de outro porto é muito maior – porque não há razão para que desconfie ou hesite em ajudar: “ele não me empacha, eu não o empacho!” A compra e troca de aparelhos, de instrumentos e mesmo de barcos, é muitas vezes feita no mar entre pescadores de locais diferentes. Se um barco vai “navegar à sorte” (ou seja, para terra) não hesita em ceder peões ou isco ou cabos a outro – desde que não seja seu conterrâneo. A vontade e necessidade de concluir e manter alianças passa por circunstâncias deste género. Não há competição, mas não há também, à priori, nenhuma relação entre eles. Entre pescadores de Sesimbra é o contrário que é válida; As alianças são feitas em terra entre pescadores ligados por laços familiares, por uma vizinhança prolongada, por relações de amizade na vila; no mar, os valores das relações sociais são invertidos, em prole de um sistema de trabalho que institui a competição – porque “no mar, não há amigos”.

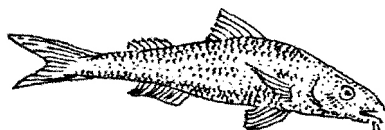
Note-se que esta situação não é generalizada, Embora os estudos feitos em Portugal sobre sistemas de pesca, póvoas de pescadores e organização do mundo marítimo, sejam parcelares e reduzidos, apreende-se pelo menos que existem, por um lado, diferenças de mentalidades e de organização social e ideológica profunda entre pescadores e agricultores – muitas vezes manifestas por oposição consciente entre estes quando vivem em proximidade geográfica; e por outro são diferenças variáveis entre os tipos de pesca e de pescadores na nossa costa. Em relação àquela, o litoral norte, centro, sul atlânticos, e a costa algarvia, constituem quatro regiões

- “Não, que isto vai mal... Aqui Mané Zé... vai mal para todos... é uma vida de miséria... fique com Deus, amigo António, terminado.”

⁶⁴ Gómio, Laurent, Omega – não citam o género de aparelho mas a sua marca de fábrica.



distintas entre si e com uma certa unidade. Em relação aos pescadores, se bem que a sua vida social se interligue com a pesca que pratica, cada terra constitui normalmente uma comunidade diferenciada e oposta em termos ideológicos às outras» Em Sesimbra, um “penicheiro”, um “aveirão”, um “setubalão”, um “sineiro” ou um “olhanense” são apontados como diversos entre si e em relação ao “sesimbrão”. Se bem que esta atitude se relacione com os sistemas de pesca e de organização de trabalho, em particular, a sua referência entra num quadro ideológico que se relaciona com o modo como são vistos, como são delineadas pelos de fora as suas mentalidades, a sua vida em terra, a sua estrutura social. Um “olhanense” é dito levar as mulheres consigo no barco; um “penicheiro” só trabalha bem nos barcos dos outros (é empregado de companhia, não companheiro); estas categorizações fundamentam um fluído mas constante complexo de oposições que, em última análise, estabelecem a categorização ideológica da própria comunidade de Sesimbra, porque recorrem ao mesmo fundo de valores éticos e ideológicos.





VIDA EM TERRA

Os pescadores vivem entre dois mundos, duas formas de estar (e de ser). No mar e em terra, a vida social está estabelecida, estruturada diferentemente. Os homens são os mesmos, mas comportam-se e reagem de modos distintos. Os seus códigos de valores alteraram-se e adaptam-se a situações que não se assemelham. No mar e em terra, os homens são diferentes.

Na vila, os pescadores acham-se ligados a solidariedades que muitas vezes não têm contrapartida a bordo. Têm uma vida familiar intensa, e compõem uma teia de relações sociais e de amizade variada que não coincide necessariamente com o grupo da sua companhia. Aí, há os cafés, as tabernas, a política, a informação local e os meios de comunicação social. Aí há o turismo, os banhistas que no Verão lhes devassam a vila, a atracção do comércio de consumo suplementar, os problemas com o dinheiro, as associações sindicais, etc.

Numa caricatura, poder-se-á afirmar que ao tomar banho após regressar a casa vindo do mar, o pescador se modifica visivelmente. A tensão que experimenta na pesca é aliviada; as formas de evasão, de controlo social da família, da vizinhança e da comunidade, numa palavra, as regras de terra, apoderam-se dele. O ar que respira em terra é outro.

O casal

É surpreendente em Sesimbra a estabilidade dos casamentos e da vida familiar. O mar é, em última análise, o agente desta estabilidade. Para mais, em Sesimbra morre-se de velho – quer dizer, a média do limite da vida dos homens é superior aos sessenta anos. Mas, morrendo em terra, os pescadores morrem geralmente devido ao mar; às doenças e fraqueza somática originadas por uma vida inteira, desde os doze, quinze anos,⁶⁵ vivida em condições fisicamente muito desgastantes.

Um pescador, mal o seja – mal mereça o estatuto de “camarada” –, casa-se e constitui família própria. Nos primeiros anos, poderá viver na casa paterna com a sua mulher, mas habitualmente os seus pais já fizeram os arranjos necessários para ele ter casa própria, se possível já mobilada, antes do casamento.

⁶⁵ Se nos anos oitenta os jovens tinham possibilidade de não irem para o mar se não quisessem, havendo sempre trabalho nas companhias de terra; só a partir dos dezassete anos, em média, é que se tornavam “moços de mar”. Actualmente o apelo do trabalho no comércio e na indústria turística, bem como a possibilidade de prosseguir estudos superiores, adiam ainda mais a decisão de embarcar – frequentemente ao ponto de a suspender em definitivo.





Até anos recentes, era o marido que fornecia a casa e a mobília. Hoje, a família da noiva contribui geralmente com metade do dinheiro. Não há memória de se ter dado alguma vez muita importância ao enxoval que a noiva devia trazer para o casal. Pelo contrário, era a mãe do noivo que o fornecia.

Uma vez casada, a mulher deixa de se maquilhar tanto e deixa de se vestir tão vistosamente. Mas só as mulheres mais velhas vestem luto permanente, e apenas pela morte do marido. É ela que educa os filhos, muitas vezes com a ajuda da sua mãe ou da sogra. Desde que casa, é ela que fica habitualmente com o dinheiro ganho pelo marido, e com o seu próprio, se porventura trabalha. No dia da distribuição dos quinhões, ele entrega a sua parte à mulher, embora guarde geralmente o que lhe coube das “alcavalas”. Quando vem do mar, traz-lhe sempre o peixe o que lhe é permitido retirar do produto da pesca. A mulher de pescador nunca compra peixe para alimentação. A carne é pouco consumida. Se o pai já não trabalha no mar, o pescador providencia também normalmente a sua alimentação.

É a mulher que organiza a casa, paga as contas, resolve os problemas relacionados com as “coisas de terra”, e não só compra as roupas do marido como lhe diz o que vestir quando está em terra (mesmo entre os mais jovens esta circunstância tende a verificar-se).

Um dito que percorre todas as zonas rurais (e não só) de Portugal afirma que “quem manda em casa é a minha mulher, quem manda nela sou eu”. Se na prática isto não parece óbvio, pelo menos é um sinal de uma ideologia machista estabelecida. Em Sesimbra nunca deparei com manifestações de uma tal mentalidade. As relações afectivas e de poder reais no casal apontam para uma situação contrária. É tido como certo que os conflitos e zangas do casal são raros e inconsequentes. O pescador nunca bate na sua mulher e não ostenta uma posição de dominância no casal, quando em situação social.

Para caracterizar a relação do casal, usam-se expressões como: “o pescador é o rei do mar, a sua mulher é a rainha do lar”, ou: “a mulher é a rainha de Sesimbra”.

As relações dos pescadores com as suas mulheres são geralmente afectuosas, positivas. Esta não é uma regra, mas a consequência provável de vários factores conjugados, dos quais se podem apontar a própria educação familiar, as ausências prolongadas no mar e a ausência de razões estruturais para que desponham conflitos na família. Apenas as relações entre irmãos e entre nora e sogra podem eventualmente estar sujeitas a atritos declarados. Entre genros e sogras as relações podem ser tensas e se houve oposição ao casamento por parte destes, o genro e os sogros preferem não entrar em conflito aberto, optando por um maior ou menor afastamento (que não envolve a relação da sua mulher com a própria família).





Se é o pescador que ganha o dinheiro para a subsistência do casal, é no entanto a mulher que é vista como “cabeça de casal” na vila. É especialmente através das outras mulheres que ela institui o seu comportamento como representante do casal. Sobre ela arca a responsabilidade do governo da casa, e é a sua conduta e não a do marido ausente que é vigiada e sujeita a apreciação e à “má-língua”.

A vida quotidiana do casal revela pequenos pormenores demonstrativos. O marido só decide sozinho nos assuntos referentes à pesca. As suas matrículas de bordo, os assuntos relacionados com o sindicato e com a Caixa de Previdência, são responsabilidade sua. Quando vai ao médico, a mulher acompanha-o e, em geral, fala por ele de modo subtilmente autoritário (indica os sintomas da doença, descreve a história clínica do marido, etc.). Quando vai visitar “a bruxa”, quando trata de assuntos pessoais, a mulher segue-o e ajuda-o. O voto em eleições é dito ser sugerido por ela. O pescador nunca vai só para a festa, para o cinema, ao futebol, a Lisboa, a casa de amigos.

Mas existem espaços sociais na vila em que a mulher tende a não penetrar facilmente. Raramente entra na taberna ou na cervejaria, a não ser para trazer o marido bêbado para casa; pouco ou nunca vai à praia; não entra dentro dos barcos nem se desloca ao porto de abrigo – só as mães e mulheres de pescadores que trabalham na pesca “do longe” os vão por vezes levar às “lojas de companhia” e esperá-los na doca quando chegam.

Se o pescador quer mudar de companhia, a mulher tenta arranjar-lhe lugar noutra por ele escolhida, através dos contactos familiares e de vizinhança. Em relação aos filhos, é ela que os impulsiona e os coage a ir trabalhar na pesca ou num emprego em terra. O seu papel estende-se (estendia-se, até aos anos setenta) à procura de futuras noivas e genros entre os familiares afastados, ou vizinhos e ao contacto com as famílias para os devidos arranjos.

O dinamismo social da mulher e a sua posição de relevo no casal conjuga-se com o facto de, em Sesimbra, ela participar abertamente na vida social. Ou melhor, de certa maneira, ela é protagonista da vida social da comunidade, sobretudo ao nível da vizinhança.

Em terra, o pescador parece evitar passivamente as responsabilidades familiares. O indivíduo solteiro é normalmente um “moço”, mas em terra é tratado por “rapaz”. Só é “homem” quando se casar, e só se casa quando for “camarada”. Entre os pescadores, há no entanto bastantes casos de indivíduos que vivem com mulheres sem estarem casados. A razão que apresentam é que, até tempos próximos, era mal visto aquele que não se casasse pela igreja (isto é, se casasse apenas pelo registo civil), enquanto que um “ajuntado” era normalmente considerado, embora continuasse a ser tratado por “rapaz”. As mulheres com quem vivem não são hostilizadas nem marginalizadas. A objecção, a oposição da família é pouco coerciva, subsistindo



embora uma certa incompreensão pela união de facto, ela não é sujeita à “má língua” da vizinhança.

O indivíduo solteiro vive com os pais e a influência da mãe só se dilui quando ele se casa. Quando começa a trabalhar, entrega metade dos ganhos à mãe e guarda o resto para si. A mãe, nunca o pai, tenta mantê-lo sob o seu controlo, insistindo em que “chegue a casa cedo”, em que poupe o dinheiro, que não dê motivo de preocupação à família, ou se torne alvo de bisbilhotice na vizinhança. Por vezes, bate-lhe, mesmo quando é crescido. Se, por alguma razão, irmãos, ou pai e filho, entram em conflito, é a mãe que tenta resolver os problemas, funcionando como mediadora.

Parentes

Entre parentes mais afastados, os laços afectivos tendem a ser pouco intensos entre parentes. Ainda assim, existem regras formais e informais de solidariedade e entreajuda. Para mais, ser-se sobrinho de X, ou primo de Y, ou cunhado de Z, constitui um elemento importante de referência na comunidade. Os pescadores costumam ter duas alcunhas: uma própria, dada pelos companheiros bastante antes do casamento, e outra de família (consanguínea), que une indivíduos com apelidos de registo diferentes (como primos, sobrinhos e tios do lado da mãe, etc.) sob o mesmo termo de apelação.

Entre famílias ligadas parentalmente pelo casamento, os laços afectivos são fracos. As relações são sobretudo mantidas pela mulher. Convites para festas, baptizados, etc., são transmitidos por ela oralmente. Negócios entre pescadores das duas famílias são concluídos através da mulher que as une. Pedidos de entrada numa companhia são feitos à mulher (do primo, do tio, do irmão, etc.) que tentará mover a sua influência no interior do seu grupo familiar. É raro o pedido ser feito directamente ao marido; a via habitual é o pedido (“a cunha”) à irmã, à prima, etc., que o transmitirá ao seu marido; tratando-se de parentes próximos do marido, como o irmão ou o pai, fá-lo-á directamente a estes.

Família

A família do pescador “é sagrada”. Quer dizer, a “honra” do núcleo familiar deve ser prezada acima de tudo. A companhia de trabalho e a amizade são postas em segundo plano quando abalançadas com o bem estar, a estabilidade e a honra da família. Contudo, o carácter ideal e transcendente desta ou do seu oposto (“a vergonha”; ver Peristiany, 1965), não é posto em relevância. Não existem sanções rígidas para prever desvios a esta ordem. O adultério ou a má-língua sobre



ele, mesmo o adultério feminino, é raro e o marido “corno” suscita pena mas não atitudes de repúdio formais; a mulher é criticada mas a sua integração na comunidade não é posta em causa. Quando o adultério ocorre, tende a revestir apenas forma temporária. É na vizinhança e não na família que o assunto mais se comenta.

Os filhos devem respeito aos pais, e as suas acções podem pôr em causa a honra destes. Um pescador honrado tem uma “boa” família, serve-a. O controlo da vizinhança e do conjunto de parentes sobre a mulher incide particularmente sobre a sua capacidade como representante permanente da família nuclear – não sobre o respeito que deve ao marido. Costuma dizer-se: “Agora já nem nos cozinham o jantar. É para não terem de lavar os pratos”.

Mas se um pescador desonra a família, o seu estatuto decairá facilmente. Se não a alimenta, se tem conflitos em casa, se não aparece em locais públicos com mulher e filhos, ou se despende demasiado tempo no café e pouco aparece em casa, é visto como “uma má peça” e atrai a atenção e o juízo dos outros, que desde aí esperam dele comportamentos “egoístas”, conflituosos ou “manhosos” em relação à companhia ou aos amigos. Isto é, esperam que ele transponha para o nível social o seu comportamento familiar para que a censura possa ser feita. Os problemas da família respeitam apenas a ela própria, mas uma conduta criticável de um mau marido ou de um mau filho é um factor determinante para que ao mínimo desvio social as consequências sejam exageradas (podendo ser minimizadas – e são-no de facto – quando um homem guarda respeito pela família).

Na família, apenas as más relações entre irmãos são formalmente permitidas e mesmo, de algum modo, ideologicamente fomentadas. Aceita-se que a rivalidade tem todo o fundamento quando ocorre entre irmãos, já que é à custa de um que se faz o estatuto do outro. A transmissão dos bens da família, assim como das qualidades herdadas do pai (aos olhos dos outros), é problemática e os irmãos são sempre vistos como mutuamente invejosos. É raro pertencerem de forma permanente a uma mesma companhia.

Também não é frequente pai e filho trabalharem lado a lado. Sendo as influências para que este encontre trabalho geralmente movidas pela mãe, ela recorre em primeiro lugar ao seu próprio grupo de parentes. Apenas quando o pai é arrais é que se espera que o filho fique a trabalhar com este.

A comunidade evita falar do assunto que opõe os irmãos, e pouco faz para os motivar a terminar o seu conflito. Mas se a conduta de algum é considerada culposa e exagerada em relação às suas causas, o processo de censura praticado com um mau marido, repete-se com um mau irmão. A comunidade, desde o momento em que o pescador deixa de “ter vergonha” em família, começa a vê-lo como um “mau pescador”.





Vizinhos

As relações entre vizinhos são sobretudo mantidas pelo grupo das mulheres. É entre portas que a sua vida social toma relevo e dinâmica. A vizinhança constitui um grupo de entreajuda, de estabelecimento de solidariedades e posições sociais. Origina uma teia de relações, tecida e mantida pelas mulheres, que geralmente se limita ao espaço da rua.

A vizinhança íntima é o fundo no qual as mulheres se inserem física e directamente na vida da comunidade. A rua é o meio mais propício para esta inserção, e consequentemente para o exercício do protagonismo activo da mulher de Sesimbra.

Como geralmente não trabalha fora, permanece grande parte do seu quotidiano entre portas. É este o meio onde os filhos são criados – entre vizinhas. O que as ocupa por largos períodos são as conversas sobre os assuntos locais, a vários níveis: comenta-se sobre os acontecimentos de maior relevo que abrangem o conjunto da comunidade; esmiúça-se a vida da todas as vizinhas; trocam-se informações sobre pequenos pormenores que não interessam senão ao espaço limitado da vizinhança. Os pequenos factos sobre a própria família são, por hábito, apresentados num tom casual e imediatamente se espalham a toda a rua.

A má-língua, que ocorre paralelamente à entreajuda,⁶⁶ fundamenta este tipo especial de relacionamento, que não se assemelha àquele que resulta da laços familiares ou de amizades. Os homens penetram mal neste pequeno e dinâmico complexo social, que é enformado pela própria estrutura habitacional e por uma biografia vivida em conjunto. Sem que exista obrigatoriamente amizade, as vizinhas acompanham íntima e mutuamente as vidas pessoais e familiares de cada uma.

A vizinhança é a resposta das mulheres à necessidade de manter um sistema de relação paralelo ao dos pescadores. Têm os seus códigos próprios, determinados pelo seu papel social e pelos limites da sua inserção na vida da comunidade. A constância e o sedentarismo da vida em vizinhança institui mesmo um modo de estar essencialmente oposto ao dos homens, caracterizado pela mobilidade, pelo trabalho social e por códigos de honra no interior da estrutura laboral. A vida das mulheres nada tem que ver com estes padrões do grupo masculino. Pelo contrário, para elas é formulada uma organização da vida independente, paralela: necessariamente mulheres de maridos ausentes, é no quadro da família e da rua que agem, num sistema muito mais fluido, de alguma forma menos sujeito a regras

⁶⁶ Pedidos de favores menores, como pedidos de provisões alimentares, o tomar conta por pequenos períodos dos filhos das outras, etc, motivam geralmente o estabelecimento e a dinâmica da má-língua; ou seja, muitas vezes se busca qualquer motivo para conversar, para informar, para recolher informações na vizinhança.





de controlo e de posicionamento social impostas, embora igualmente envolvente, e igualmente condenador de eventuais desvios pessoais aos limites dos códigos de conduta.

Culto

Os fenómenos da religiosidade dos pescadores de Sesimbra foram já analisados com detalhe pelo historiador Rafael Monteiro. Limitar-me-ei aqui a enunciar alguns aspectos mais importantes da crença e do carácter da religiosidade dos pescadores.

De imediato, convém notar que Sesimbra segue o padrão anticlericalista preponderante na parte sul do país. Ou melhor, mais do que anticlericalismo moderado, trata-se de indiferença perante a organização da Igreja e dos cânones da “religião oficial”. Os padres, mais do que sacerdotes de Deus e intermediários entre a comunidade e os poderes religiosos, são em Sesimbra considerados por vezes como mediadores entre os pescadores e os poderes locais, quase sempre tomados como personagens complementares e relativamente insignificantes da vida social masculina.

Em situações especiais, são “usados” – isto é, chamados a colaborar com o próprio sistema de crenças dos pescadores. À parte as missas a uma reduzida congregação de mulheres idosas (as “beatas”) e de cursos de catequese por vezes populares entre certos sectores da população – sobretudo entre alguns arraiais –, os padres funcionam geralmente, seja no quadro específico e temporário da procissão do Senhor Jesus das Chagas, que envolve toda a comunidade⁶⁷, seja a um nível mais restrito, perante as companhas no baptismo solene dos barcos ou, o que hoje é muito raro, na luta contra a “má sorte” ou porventura contra “maus olhados”,⁶⁸ através de orações especiais feitas sobre o “bailéu” do barco.

As mulheres dos pescadores participam, muito mais que estes, na vida religiosa da vila. Não apenas por uma questão de crença, mas por uma tradição de real participação nos ritos da Igreja católica. Os pescadores apenas entram na igreja para assistir à missa de celebração no dia do Senhor das Chagas (4 de Maio).

⁶⁷ E eventualmente, em certas épocas passadas, auxiliando no conjuro de calamidades naturais, de temporais muito fortes: assim aconteceu em 1935 e em 1940, datas em que a população solicitou ao padre que se colocasse na dianteira da procissão de penitência.

⁶⁸ Outra via para vencer a má sorte e o mau olhado eram as bruxas. Mas a última bruxa “tradicional” da Sesimbra (Leonor) morreu em 1981, sem deixar substituto. Desde então, os pescadores consultam preferentemente as bruxas de Almada; os motivos que os levam lá são actualmente de outra índole, muito mais conformes às crenças urbanas e à actual função das bruxas: normalmente, a resolução, por uma informal psicoterapia, de problemas familiares e doenças incuráveis (quase sempre desequilíbrios psicossomáticos e doenças de raiz neurótica ou psicótica).





Dizem, aliás, que “a Igreja ainda é pior que os partidos”, no sentido em que os seus objectivos, reais e imaginados, não se coadunam com os objectivos que os pescadores concebem para si próprios.

As manifestações exteriores que rodeiam a Festa do Senhor das Chagas, e o enquadramento dos poderes da Igreja no sistema político social, em oposição às formas que toma o culto paralelo do Senhor das Chagas (visto, não como o Filho de Deus, mas como a imagem personificada de um “santo” patrono), praticado pela comunidade de pescadores, em articulação com o culto de Nossa Senhora do Cabo (Espichel) merecem um estudo autónomo, dedicado à análise das exteriorizações religiosas em confronto com os sistemas de poder na vila.

Presentemente, limitar-me-ei a desenvolver algumas considerações sobre o que se poderia chamar o “outro lado” da religiosidade dos pescadores de Sesimbra: aquele que estende à vida marítima o sistema de valores religiosos, ele próprio parte de um sistema mais vasto de formulações simbólicas sobre o mar e a pesca.

Se, em terra, a visão religiosa se encarna num culto exteriorizado à imagem do “santo” de Sesimbra, no mar essa codificação é muito mais difusa, aplicada a um processo de simbolização “ecológica” dos fenómenos naturais. Esta liturgia semântica pouco tem que ver com a visão “oficial” do mundo religioso. O principal termo desta dissemelhança manifesta-se numa indiferença aos padrões que estruturam a visão religiosa do Universo Invisível perfeitamente definido: uma ideia de uma Trindade divina, conjugada com a encarnação numa Pessoa de natureza dupla e com o conceito de um Deus que sanciona e ajuíza a ordem social e cósmica.

No mar, crê-se sobretudo num Deus regulador da ecologia, numa imagem difusa da Divindade, simultaneamente opressora e negativa, e libertadora e positiva, num Deus que reina sobre uma natureza aleatória, hostil ou propiciadora de riqueza e paz, num Deus que dita as regras da relação do homem com o mar: “Deus [que opera sobre o mar e o clima] manda a fome e a fartura”.

O Senhor das Chagas oferece ao pescador um sistema de códigos estritamente religiosos. Como ouvi várias vezes dos pescadores, “o Senhor das Chagas é a religião de Sesimbra”. Mas, para além de ser uma expressão do Jesus Filho de Deus, descido à terra para auxiliar a humanidade, o Senhor das Chagas opera pela memória histórico-lendária de um milagre e transmite esperança face às adversidades que o mar pode causar. A imagem de Cristo na cruz veio do mar, dizem, no século XVI, para participar na vida religiosa da comunidade; surgiu na praia, erguida sobre a Pedra Alta, um pequeno rochedo a nascente da Fortaleza de Santiago, sem um braço; uma velha que buscava zimbros nos montes encontrou um tronco seco, transportou-o para casa e lançou-o à lareira, mas o tronco não ardeu: tratava-se do





braço que faltava à imagem anfíbia. O milagre é actualizado a cada maré alta na praia, ou a cada tempestade do Levante, na medida em que, diz a tradição, a Pedra Alta nunca foi coberta em permanência por água ou por areia.

Próximo dos pescadores, e por isso passível de manipulação votiva, o Senhor das Chagas é o “santo” a quem se recorre de forma imediata, sem intermediários, para propiciar bom tempo e sorte na faina. A promessa e o ex-voto, individual ou do grupo da companhia, e a procissão em que participa toda a comunidade, ou simplesmente a eventual oração solitária, constituem as modalidades dessa conjunção.

Mas uma visão religiosa permanece, mais latamente, como fundo da actividade simbolizadora do mundo natural que envolve os pescadores. O mar, as marés, as correntes, os ventos, os peixes – seus hábitos, suas variedades – e também os barcos, os aparelhos e a própria pesca, não obedecem unicamente à técnica e às forças físicas. Expressam também a riqueza de significados das forças que se regem por leis místicas do mundo líquido e incontrolável. O complexo de símbolos naturais e religiosos actua paralelamente à consciencialização material dos fenómenos. Os olhos pintados na proa dos barcos, os painéis, e pequenos retábulos com imagem do Senhor Crucificado (na ponte do leme), as preces e as promessas coexistem com os radares e as sondas de fundo. Se a pesca é fraca, se o peixe foge ao anzol, se o tempo piora, se as correntes destroem os aparelhos, a busca de explicação recobre duas ordens distintas: uma objectiva, causal, que busca factores materiais para a elucidação dessas circunstâncias (que se interligam a juízos e constatações sobre o erro humano, sobre os problemas de poluição das águas e da pesca do arrasto, sobre as informações meteorológicas, etc.); e uma outra que carece de explicação material, que busca uma causalidade sobrenatural, determinista, que exige uma atitude fatalista da parte do homem do mar e se subsume na expressão: “é a vontade de Deus”, indicando que são as Leis de Deus que regem os homens e o mar através dos “mistérios”.⁶⁹

Os peixes caem nos aparelhos porque “os compreendem” e porque os pescadores os enganam. Mas o facto de viverem nos mares de pesca, de passarem por certos pontos do mar, carece de explicação material – também nestes factos menores são expressos os “mistérios” de Deus. No entanto, a força da codificação de um sistema cognitivo partilhado (cujas premissas se manipulam com uma função primordial: a pesca), parece diminuir em contraposição com os rasgos de uma

⁶⁹ “Mistérios” é uma expressão muito utilizada para categorizar toda a série de fenómenos de circunstâncias naturais que, sem envolver uma explicação material, exigem um procedimento adequado: apanhados por um “temporal desfeito”, os pescadores não analisam as causas desse fenómeno. É uma situação de perigo que os envolve e por isso lançam-se preces, fazem-se promessas ao Senhor das Chagas, enquanto simultaneamente se luta por chegar a terra, por manter o barco sobre a água. O que rege as manifestações naturais que subjagam os pescadores são os “mistérios” de Deus.



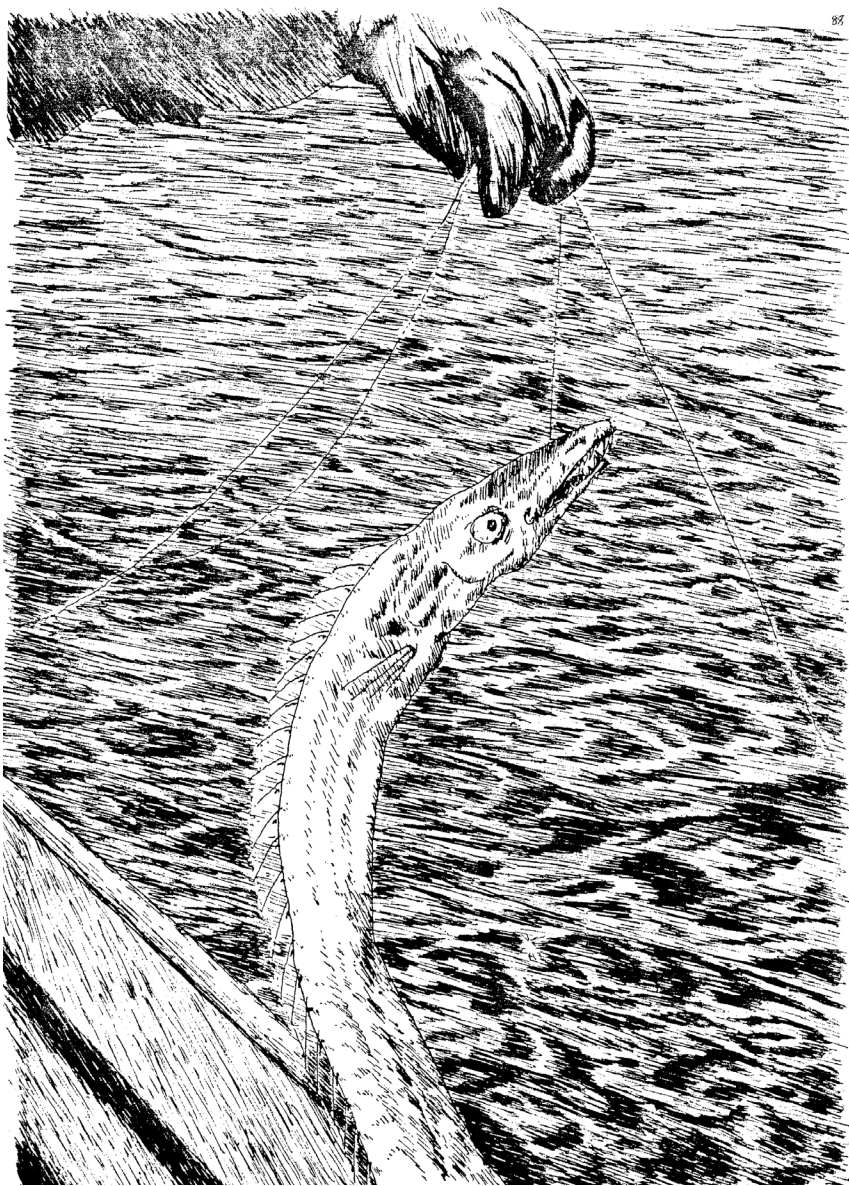


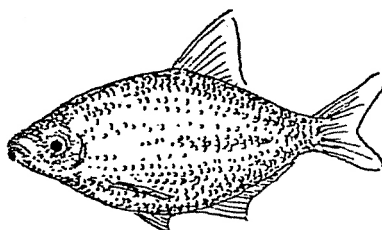
Fig. 14: Pesca Artesanal - peixe-espada “fiche” num aparelho de nylon.

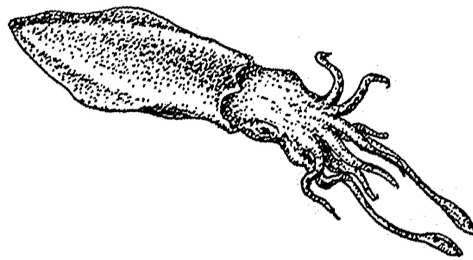


nova mentalidade, mais objectivista – que traduz uma menor dependência e subordinação às condições aleatórias do mar e do clima, e que fica a dever mais à influência e ao contacto com o mundo exterior. A vida no mar representa hoje uma tentativa de equilíbrio entre um sistema simbólico e religioso tradicional e a apreensão de um outro que fala a “linguagem de terra”, que se exprime em termos monetários, numa outra configuração social, numa outra “explicação” do mundo que utiliza os códigos da poluição ecológica, das leis físicas do clima e do mar, do vazio universal – que se ensinam na escola, através da comunicação social, nos livros, etc.

Uma parte dos dados da experiência acumulada e transmitida costumeiramente, refere-se por um lado ao conhecimento dos mares, das correntes, dos sinais da transformação do estado do tempo, dos hábitos das espécies pescadas e, por outro, ao próprio sistema da pesca, da organização da vida e do trabalho a bordo. A outra parte constitui a aplicação prática, a nível local, de um sistema económico e de um complexo ideológico mais objectivista, mais exterior, mais “urbano”.

É no primeiro sistema que se insere a experiência de Deus e os limites de uma explicação metafísica do mundo – opostos às premissas de uma lógica causal, que não permite a sobreposição da ordem social com a ordem natural e sobrenatural. No entanto, creio que é pela categorização simbólica da experiência social e ecológica que os pescadores de Sesimbra definem os limites éticos e religiosos da organização das companhas e da relação com o mar, respectivamente. A identificação e a interpretação dos vários componentes da ordem natural e dos termos das relações sociais é o fundo que permite a elaboração e o estabelecimento de uma ideologia que enquadra as regras de conduta dos pescadores no mar e em terra.







NOTA FINAL

Deixo aqui ao leitor o prazer ou o desprazer de ler, apenas levemente editadas, as notas finais do meu juvenil ensaio de 1982, que se fazia eco de uma certa inocência “pré-pósmoderna”.

I

De onde vem e o que é a “vida tradicional”? Os pescadores em Sesimbra vivem e trabalham segundo os padrões de uma “tradição”? O que a define?

Será a “cultura material”? Esta, vimos, evolui rapidamente, adapta-se a novas exigências económicas e sociais. Ao contrário dos arados radiais e das jangadas dos sargaceiros, não é tomada como uma curiosidade da “arqueologia do presente”, porque é “funcional”. Mas, ainda assim, nos seus princípios gerais, e no que implica a vários níveis da vida da comunidade, o aparelho de anzol é (até segundo a designação oficial) “tradicional” (fig. 14). O nylon, o polietileno, as sondas e os motores a diesel, não negam nem comprometem a permanência da “pesca artesanal”. Será então uma tradição moderna, recente, ou deveremos falar de uma tradição evolutiva? A bem dizer, opto por não dizer nada disso: a significação que damos ao conceito parece nula.

A vida material dos pescadores de Sesimbra é, de um certo ponto de vista, mais tradicional que o comunitarismo agro-pastoril [na época, esta era a “grande questão” da etnografia portuguesa], simplesmente porque, em vez de construída pelo discurso etnográfico, ela existe efectivamente, “funcionalmente”, numa comunidade⁷⁰ em relação directa e viva com os mecanismos de mercado, com o desenvolvimento urbano e com a indústria turística, e sem etnógrafos a reificá-la. Mas o complexo de objectos culturais, tomados como manifestações palpáveis do exotismo, essas têm pouco de “tradicional”. Não chegou ainda o dia em que veremos uma “tala” de nylon, ou um fato de oleado num museu etnográfico. O plástico está talvez demasiado perto de nós para que possamos ver o que ele pode significar como emblema de uma tradição cultural.

O tributo, a dízima, o imposto e o desconto, são termos familiares aos pescadores. Eles conhecem a economia de mercado suficientemente bem para serem dela, ou por ela, marginalizados. A pesca é trabalho que rende em metal sonante e hoje mais ainda que ontem. Satisfazem com ele necessidades consumistas que não estão

⁷⁰ Que ao nível ideológico possui uma identidade própria, com limites demarcados: antes eram os “camponeses”, hoje são os “banhistas” os termos que a definem – são o espelho que a comunidade necessita.





longe de lhes serem essenciais. Significa isso que estamos perante uma “sociedade de abundância”? Claro que não. Não satisfazem sequer as necessidades que têm. No mar, não precisam de dinheiro. Mas vivem mal no mar, porque estão habituados, porque é “tradicional”.

A comunidade dos pescadores de Sesimbra é uma adaptação local bastante efectiva da economia de mercado. Mas estamos mesmo assim perante uma economia de “recolacção”: os pescadores “caçam” para comer, e comem o que “caçam”; enquanto as mulheres, no seu universo paralelo e oposto, constituem-se em gerentes e promotores económicos de unidades de produção.

Consumistas, elas sim, as mulheres da comunidade estão, “por tradição”, habituadas ao dinheiro. Os pescadores poderiam pescar uma hora por dia e teriam com que viver, mas trabalham dez vezes mais porque são apanhados num sistema de relações económicas que os coage a tal. Em última análise, não são “livres”; são dominados e explorados pelas necessidades da “gente de terra”, de que as suas mulheres fazem indubitavelmente parte.

Haverá então “vida tradicional” em Sesimbra? Ou melhor, quais são os factores que garantem a construção de um tal conceito, quando o aplicamos a comunidades rurais ou piscatórias enquadradas num sistema de relações “das sociedades complexas”? Talvez apenas o que é universal, o que é comum a todas as comunidades, a todos os grupos humanos: uma estrutura perceptiva e cognitiva, um inconsciente simbólico subjacente aos vários sistemas conjugados de formas diferentes em cada sociedade, cada grupo, mas também a panóplia das emoções e funções comportamentais e as inatas regras “naturais” que fundamentam a diferença impondo a semelhança. Demonstrá-lo é um voo que não cabe a bordo dos barcos de Sesimbra, por inaptidão do etnógrafo.

Uma elaboração objectivista sobre sistemas sociais – da pesca, por exemplo – é difícil, se as proposições que determinam a definição de tais sistemas são viciadas pela utilização de modelos de pensamento não adequados. A pesca não traduz uma realidade aparentemente integrada num só registo social – reenvia a uma multitude de códigos que dificilmente se manifestam à primeira vista, e que não sabemos precisar se a sua origem é “comunitária”, “idiossincrática” ou “urbana”.

O conceito de “tradicional” (como o de “primitivo”, de “religioso”, de “cultural”) é operacional, “funciona”, em sociedades que, à priori, classificamos de “simples” (e “isoladas”), porque são sociedades que não conhecemos bem e nem precisamos de conhecer, e são assim susceptíveis de manipulação pelo observador. Mas, mais perto de nós, que buscamos? E que podemos apreender, utilizando meios e palavras “monossémicos” e redutores, a que recorremos para preencher áreas específicas da nossa ignorância?





Como se viu ao longo do trabalho presente, é o sistema de valores éticos, aplicado a uma organização assimétrica que, se não fundamenta e mantém uma “vida tradicional”, pelo menos revela-a (quer dizer, regula a vida social no mar “vivida” costumeiramente, aprendida nos limites da comunidade isolada – materialmente, a bordo, e ideologicamente, em terra).

II

4.06 A proposition can only be true or false in virtue of being a picture of reality.

Ludwig Wittgenstein

Tractatus Logico-Philosophicus

Ao longo das páginas que precedem, falou-se de tradição e de sistema, de códigos, de valores, mentalidades, de evolução e de comunidade. O que significam estas expressões, qual o seu valor?

Perante sujeitos que se recusam a meus olhos tornar-se objectos, toda a percepção de uma “realidade objectiva” que eu me devia esforçar por construir e justificar se esbate. Elaboraões teóricas, uso de modelos bem-pensantes, conceitos mal apreendidos, são fórmulas ridículas de ver os homens. Foi minha opção evitá-los, na medida do possível. Toda a minha simpatia se focou, enquanto perguntei, inquiri, entrevistei e observei na terra e no mar de Sesimbra, no livre (re)colher e (re)correr de impressões. O uso de modelos, de elaborações discursivas, se o houve, primou pela discrição inconsciente e pela aleatoriedade. Julguei que, quanto menos buscasse o que queria, mais encontraria.

A disponibilidade para aprender com os pescadores é talvez a melhor forma de descrever o modo como trabalhei em Sesimbra. Mais que um método e um recurso discursivo, revela uma *praxis*. A realidade que busquei e que não soube talvez expressar na escrita, ficou mesmo assim impressa nas minhas memórias, e é minha, inabalável e imune a toda a fixação abstracta no papel.

Imaginando-me tacteando conhecimentos “concretos” de outrem, é inegável que aceitei implicitamente toda uma tradição de perspectivas herdadas da disciplina antropológica. Inconscientemente ou não, optei por um caminho possível para lidar com um mundo que se escapa, hoje e sempre, das malhas dessa disciplina (ou porque é demasiado próximo”, ou porque não vem nos livros, ou porque é simplesmente “concreto”).





Aleatoriedade, impressionismo e tradicionalismo são críticas óbvias ao trabalho que precede. E aceitáveis, já que essa foi a via que quis seguir, porque se me afigurou mais próxima desse “concreto” e me parecia suficientemente honesta e razoavelmente modesta: as impressões e o acaso são dois termos relevantes de qualquer processo de integração dos sujeitos outros na minha subjectividade.

E, de qualquer maneira, que faz o etnógrafo? – “Il s’en tire” (como lembra C. Lévi-Strauss). Talvez por isso a terminologia usada aqui é aquela a que me habituei ao ler manuais e monografias etnográficas, e que seguramente não serve para exprimir uma realidade tão próxima de mim, a quarenta e dois quilómetros de Lisboa.

III

Fluído o método, inconsistente o objecto. Não existe “o outro”, existem “os outros” e neles não há unidade possível. E Sesimbra, como tudo na vida, é uma realidade demasiado extensa para que eu abrace algum modelo.

Sesimbra, de certo ponto de vista tão pouco etnográfica é, mesmo assim, importante para os amadores. Ensina, à nossa porta, que modelos e realidades não se confundem, que tarde ou cedo temos de abdicar de um deles;⁷¹ que os nossos conceitos são de garantia limitada; que o pescador X não é um símbolo num diagrama genealógico; que vive mais a vida do que eu, que me obrigo a pensar em pensar através de símbolos gráficos. E ensina que nos podemos sentir bem depois de duas semanas no mar, sem ter nunca lavado os dentes ou gritando “Água vai” junto à amurada do barco.

Um aspecto que gostaria ainda de focar cai bem no centro das preocupações dos etnógrafos. Pode uma disciplina como a etnografia passar sem “etnos”? E se sim (e se não) o que sinaliza o objecto de estudo aos devassadores das culturas, aos etnógrafos? A “tradição”, diz-se. Mas Sesimbra é tanto tradição conservadora como modernidade e progresso; é oposição, conflito, complementaridade e integração. Acha-se de tudo um pouco em Sesimbra, quando se quer. A tradição, é verdade, existe, está lá, no mar e em casa; entre as lições de português e o boletim meteorológico; entre os turistas e os electrodomésticos.

Houve razões para que se tivesse criado e mantido uma comunidade de pescadores neste local. O problema é que se os modelos nos falam de oposição e de choque de sistemas cognitivos e ideológicos, não nos elucidam sobre a possibilidade de síntese. Em “sociedades sem história” ou “sem escrita”, tudo se

⁷¹ Como no Hamlet, de Shakespeare: “Words, words, words... the rest is silence”.





torna aparentemente mais fácil: basta a tese. Mas como se pode em Sesimbra isolar um sistema de vida, de valorização ética? O sistema de pesca, as suas assimetrias, a sua teia de valores, é “tradicional”, sim. A partir dele podemos (re)construir um modelo; mas qual, e para quê?

A sedução e o perigo que o estudo etnográfico de comunidades pode encerrar, é a possibilidade, a obrigatoriedade mesmo, de questionamento, de re-pensamento do objecto e dos objectivos da antropologia. E, feliz ou infelizmente, agricultores ou pescadores, rurais, marítimos ou urbanos, são um travão à teorização pouco rigorosa; obrigam a uma “reinterpretação” mais modesta.

Em Sesimbra, poderíamos pretender chegar a inferir uma série de proposições mais abstractas sobre o sistema estruturado da comunidade de pescadores. Não é verdade que o trabalho e o lazer são dois lados do um eixo que percorre as acções quotidianas, em todos os lugares habitados pelos homens? (não existem “cigarras e formigas”, existem pinóquios com narizes de tamanhos diferentes). Assim é Sesimbra, assim são os pescadores: vivem entre dois planos distintos: o mar e a terra. De terra, da vila, levam para o mar, para o trabalho diário, as suas categorias e os seus valores de conduta para trazer peixe de novo para terra – para, ao fim e ao cabo, as suas mulheres. Reinventam em escala reduzida e grosseira uma quase caricatura, mas que lhes salva a vida, e as mulheres; um modelo de convivência social, semelhante e diverso ao ideologicamente justificado em terra (os mesmos termos, relações diferentes).

A ida ao mar, a pesca, não será quase um ritual, um rito diário? Possivelmente, se lhe dermos a acepção de Julian Huxley. A vida no mar poderá então ser vista (por nós, “homens de terra”) como uma série de fragmentos exagerados, caricaturados, dos códigos sociais da vila. Nesse caso, as assimetrias no interior do grupo, as regras de relação e de subordinação poderiam estar já previstas em terra. E, porque são resultantes dos séculos de contacto, relação e subordinação a outros poderes exteriores, o mar (o “Deus do mar” dizia Raul Brandão) institui-se nos termos em que Deus e o Estado foram ceconceptualizados em terra. O mar poderia ser mesmo olhado como a imagem de um Estado-providência ideal: aleatório, mas fornecendo sempre peixe; ou poderíamos até ver a vida do mar como antítese, como espelho do estado de exploração na vila.

A vida no mar como oposta à de terra: competição, assimetria, responsabilidade e honra são fragmentos de um código ideológico que se entrelaça e justifica o sistema tradicional da pesca. A pesca como rito existe apenas na cabeça dos “homens de terra”. O contacto com o mar fundamenta um conjunto de “símbolos naturais” mas apenas porque a função lógica desse contacto é a pesca; ou seja, o trabalho da “caça” de peixe. Para o pescador, a vida no mar não é a contrapartida da vida em terra. É o contrário que é provável: a institucionalização de um sistema

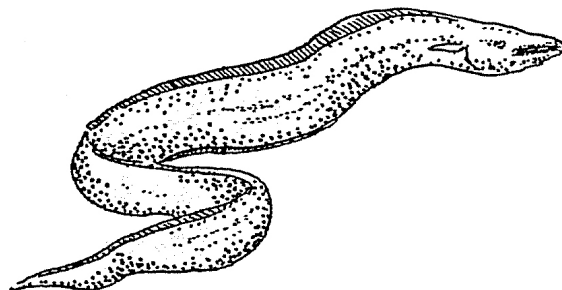




de pesca, de trabalho social no mar, a construção de um modelo comportamental e ético autónomo, para que possa funcionar, exige a total sujeição dos pescadores a ele. Com o trabalho, transportam-se para o mar as relações de poder, o padrão, a norma e o desvio de uma moral.

Ao contrário de mim, que fui para bordo para fugir aos automóveis, os pescadores, idealmente “livres”, estruturalmente subjugados pela pesca, vêm para terra libertar-se das exigências da vida social (no mar). É por isso que a vida em terra é a contrapartida da vida no mar. Daí, o carácter especial que tomam as suas relações com as mulheres; a passividade perante as responsabilidades sociais de terra, o desprendimento, a abertura a formas exteriores de existência.

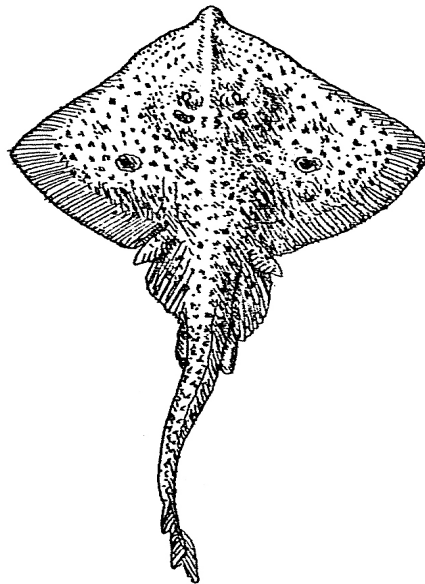
Quanto às mulheres, a comunidade dos pescadores investiu numa fórmula original para as dominar: deu-lhes a ilusão do poder. Como D. António Prior do Crato, as mulheres governam a vizinhança.

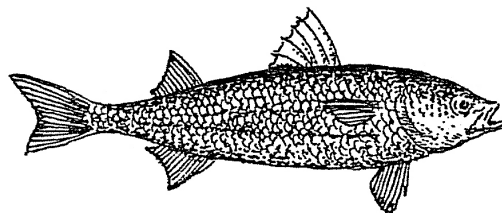
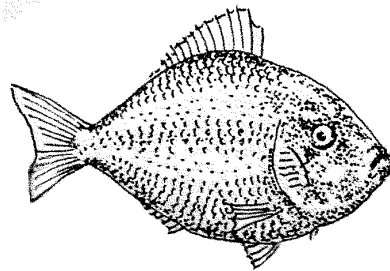
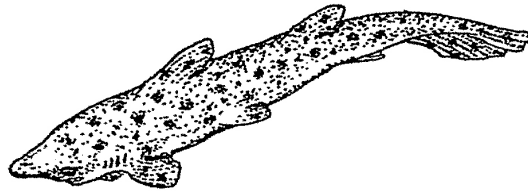




I need hardly say that this was the great exterminating chef-d'oeuvre of Williams at Mr. Marrs, No. 29 Ratcliffe Highway. That was the début of the artist; at least for anything the public knew.

Thomas de Quincey
On Murder Considered as one of the Fine Arts





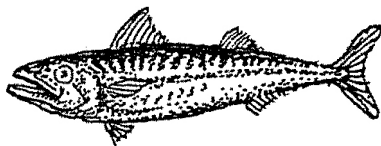


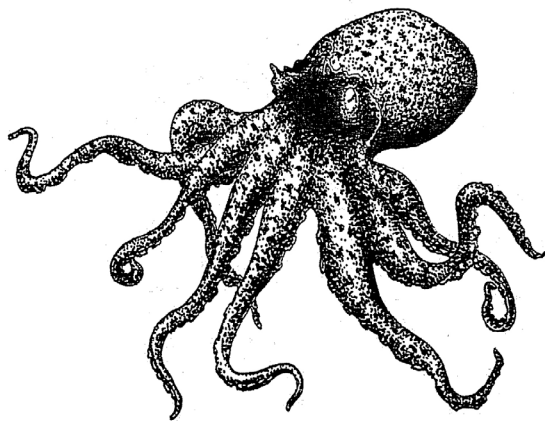
BIBLIOGRAFIA

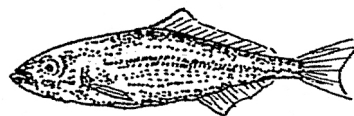
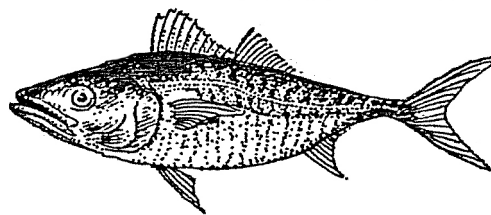
- ALDEIA, João C.; BATPISTA, Carlos M. (1973). "Rumos da pesca e arraízes de Sesimbra". *Cadernos de O Sesimbrense*, 643, (16 Set): 3.
- BALDAQUE DA SILVA, A. A. (1891). *Estado actual das pescas em Portugal compreendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o continente do reino, referido ao ano de 1886*. Lisboa: Ministério da Marinha e Ultramar.
- BERNARDO, Hernâni de Barros (1941). *Monografia de Sesimbra: Estudo geo-económico do Concelho*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.
- BRANDÃO, Raúl (1980). *Os Pescadores*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1980.
- BRANDÃO, Raul (1972). *Húmus*. Coimbra: Atlântida.
- CANDEIAS, Alberto (1939). "Estudos de plâncton na Baía de Sesimbra". *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles*, Lisboa, 11 (3): 11-72.
- CANDEIAS, Alberto (1942). *Os Segredos do Mar : Iniciação oceanográfica*. Lisboa: Cosmos.
- CORTESÃO, Jaime (1974). *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CRUZ, Maria Alfreda (1966). *Pesca e Pescadores de Sesimbra*. Lisboa, s.n..
- FONSECA, Carlos da (1979). *História do Movimento Operário e Ideias Socialistas em Portugal*, Vol. II. Lisboa: Publicações Europa-América.
- GEISTDOERFER, Aliette (1976). "Modèle d'enquête sur les techniques de pêche", in R. Cresswell; Maurice Godelier, *Outils d'enquête et d'analyse anthropologiques*. Paris: CNRS.
- I.N.E. (1970 a 1981). "Estatística da Pesca: Continente e Ilhas Adjacentes". *Instituto Nacional de Estatística*. LÉVI-STRAUSS, Claude (1960) "Introduction a l'oeuvre de Marcel Mauss", in Marcel Mauss, *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF.
- MONTEIRO, Rafael (1950). *Memória Breve sobre o Pescar de Arrasto*. Sesimbra: s.n..
- MONTEIRO, Rafael (1952). "O Senhor Jesus das Chagas". *Cadernos de O Sesimbrense*, Maio: 11-14.
- MONTEIRO, Rafael (1953). "Sesimbra e os seus homens do mar: Alguns subsídios", *Boletim da Junta Provincial da Estremadura*, Série 2, n. 30 (Jan./Mar).
- MONTEIRO, Rafael (1958). *A Propósito da fundação da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra*. Lisboa: R. Monteiro.
- MONTEIRO, Rafael (1962). *Alguns Mareantes Desconhecidos da Terra de Sesimbra*. Lisboa: s.n..
- MONTEIRO, Rafael (1973). "Esclarecimento da história da Vila Piscatória de Sesimbra". *Cadernos de O Sesimbrense*, 643, (16 Set): 6-12.



- PERISTIANY, J. G. (org.) (1965). *Honour and Shame: The Values of Mediterranean Society*. Londres: Weidenfeld and Nicolson.
- PRETO, Jorge (1967). *Sesimbra: No mito e na história da portugalidade*. Setúbal: Junta Provincial.
- QUINCEY, Thomas de [1995 (1827)]. *On Murder Considered as one of the Fine Arts*. Oxford: Oxford University Press.
- RIBEIRO, Orlando (1937). “A Arrábida. Esboço geográfico”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, 4, 5 (1-2): 51-131.
- RIBEIRO, Orlando (1961). *Geografia e Civilização. Temas portugueses*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- RUNINA, Joaquim (1936). *Algumas palavras sobre Sesimbra*. Lisboa: J. Rumina.
- SERRÃO, Victor (1982). “A Capela do Espírito Santo dos Mareantes”, *Revista Raio de Luz*, Sesimbra, (Maio).
- SILVA, Lino da (1968-1969). “Armações de pesca”, *Geographica*, 4, 16: 83-100; 17: 76-86.
- SILVEIRA, Cibele Dias da (1009). *A Terra e o Mar: Um estudo sobre as políticas e a actividade de pesca artesanal em Sesimbra sob uma perspectiva social* (Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.
- TOLOSANA, Carmelo Lisón (1979). *Antropología cultural de Galicia*. Madrid: Akal.
- VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim (dir.) (1971). *Dicionário de História de Portugal*, Vols. I-VI. Lisboa: Iniciativas Editoriais.







Título: “Memórias N.º 10” As Memórias dos Pescadores de Sesimbra:
Santiago de Sesimbra no Incício dos Anos 80 do Século XX

Autor: Manuel João Ramos

Editor: Sociedade de Geografia de Lisboa

ISBN: 978-989-96308-0-2
Julho de 2009

